

ADRIANO MESQUITA

ORALIDADE NO DIÁLOGO LITERÁRIO: OS ASPECTOS SOCIAIS E SUA  
INFLUÊNCIA NA LINGUAGEM

Mestrado em Língua Portuguesa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

São Paulo

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ADRIANO MESQUITA

ORALIDADE NO DIÁLOGO LITERÁRIO: OS ASPECTOS SOCIAIS E SUA  
INFLUÊNCIA NA LINGUAGEM

Mestrado em Língua Portuguesa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
como exigência parcial para obtenção de título de  
mestre em Língua Portuguesa, sob orientação do  
Prof. Dr. Dino Preti.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC–SP

São Paulo

2009

Comissão Julgadora

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

## Resumo

Os fundamentos analíticos contidos neste estudo referem-se às estratégias conversacionais e aos aspectos expressivos de que os falantes se valem, para que o ato de comunicação seja uma ação que ocorra com propriedade e garanta, portanto, a interação.

O intuito fundamental deste trabalho é o de analisar como o meio social interfere na atitude linguística do falante, caracterizando, assim, usos e linguagem específicos de grupo social.

Apesar de o objeto de nossa análise ser um *corpus* de segunda mão, ou seja, tratar-se de um romance e, por isso, uma recriação de falas e de diálogos caracteristicamente fictícios, acreditamos que esse material atende aos nossos anseios de estudo, uma vez que, como podemos observar durante a leitura da obra, as (re)construções delineadas durante a narrativa são verossimilhantes e facilmente constatáveis nas vozes de falantes de *status* sociais similares aos apresentados na narrativa. Desse modo, a análise do comportamento linguístico das personagens e os recursos que a oralidade lhes propicia possibilitam alinhar a obra ficcional e a representação da realidade apresentada pelo escritor.

Nossa análise, portanto, basear-se-á na confrontação dos usos linguísticos, nas condições de produção desses usos e na realidade social dos falantes. Para isso, empregaremos as teorias aqui apresentadas, a fim de entender os aspectos conversacionais, os recursos expressivos dos usos linguísticos, o procedimento de interação entre os falantes, juntamente com os papéis sociais e o conceito de hierarquia e de *status* empregados pelos moradores da Barra do Catimbó.

Palavras-chave: sociolinguística, gíria, oralidade, diálogos, *status*.

## Abstract

The contained analytical theories in this study refers to the conversational strategies and to the expressive aspects of which the speakers take advantage of, so that the communication act can be an action that occurs with property and guarantees, therefore, the interaction.

The basic intention of this work is to analyze as the social environment intervenes with the linguistic attitude of the speaker, characterizing, thus, specific uses and language of social group.

Although the object of our analysis is based on a secondhand *corpus*, that is, a novel and, therefore, a (re)creation of speaks and characteristically fictitious dialogues, we believe that this material takes care our yearnings of study, considering that, as we can observe during the reading of the work, the (re)constructions delineated during the narrative are easily verifiable in the voices of speakers of similar social *status* to the presented ones in the narrative. In this way, the analysis of the linguistic behavior of the characters and the resources that the orality propitiates to them make possible to line up the fictional work and the representation of the reality presented by the writer.

Our analysis, therefore, will be based on the confrontation of the linguistics uses, on the conditions of production of these uses and on the social reality of the speakers. Because of this, we will use the presented theories, in order to understand the conversational aspects, the expressive resources of the linguistics uses, the procedure of interaction between the speakers, together with the social papers and the concept of hierarchy and *status* used by the inhabitants of the *Barra do Catimbó*.

Keywords: sociolinguistic, slang, orality, dialogues, *status*.

## Sumário

Introdução .....	10
Apresentação do <i>corpus</i> .....	13
1. Contexto sócio-histórico.....	16
1.1 – A propósito dos fatos antecedentes ao Golpe de 64 .....	17
1.2 – João Goulart: o “herdeiro de Vargas” e a crise nacional .....	17
1.3 – A burguesia nas ruas: a “Marcha da família com Deus, pela liberdade” .....	21
1.4 – O Golpe de 1964 .....	22
1.5 – Regime Militar (1964 – 1985) .....	23
1.5.1 – AI -1: O Ato Institucional nº 1 .....	23
1.6 – Governos militares .....	25
1.6.1 – Governo Castelo Branco: os Atos Institucionais .....	26
1.6.1.1 – Os atos Institucionais 2, 3 e 4 .....	28
1.6.2 – Governo Costa e Silva: a luta armada .....	29
1.7 – Governo Médici: o auge da repressão .....	32
1.7.1 – O milagre econômico .....	34
1.8 – Governo Geisel: o início da abertura do regime militar .....	35
1.8.1 – A eleição de 1974 e o início da abertura .....	36
1.8.2 – O “Pacote de abril” .....	39
1.9 – Governo Figueiredo: a continuidade da abertura do regime .....	41
1.9.1 – As alterações no panorama político e econômico .....	44
1.9.2 – As eleições de 1982 .....	45
1.9.3 – “Diretas já” .....	46
1.9.4 – Eleições indiretas .....	47
1.9.5 – Assembléia Constituinte .....	48
CAPÍTULO 02 – Plínio Marcos: vida e obra .....	50
CAPÍTULO 3 – Recursos lingüísticos e o prestígio social dos usos .....	54
3.1 – Prestígio social dos usos lingüísticos .....	54



3.1.2 – Os papéis sociais .....	55
3.1.3 – Papéis sociais e <i>status</i> – uma abordagem do ponto de vista lingüístico..	56
3.1.4 – Papéis sociais e formas de tratamento .....	58
3.1.5 – Modalidades de tratamento .....	61
3.1.6 – Usos lingüísticos de maior prestígio e língua padrão .....	62
3.1.7 – “Corretistas” e “anticorretistas” : aceitabilidade do uso lingüístico .....	63
3.2 – Interação nos diálogos e as marcas conversacionais .....	65
3.2.1 – A Análise da Conversação .....	65
3.2.2 – Turnos e troca de turnos .....	66
3.2.3 – Marcas da oralidade: pausas, hesitações, silêncios e marcadores conversacionais .....	67
3.3 – Usos gírios .....	70
3.3.1 – A gíria .....	70
3.3.2 – Expressividade da gíria .....	70
3.3.3 – Aspectos sócio-culturais da gíria .....	72
3.3.4 – Usos gírios e grupos sociais .....	72
3.3.5 – A gíria e sua ligação com a marginalidade .....	73
3.3.6 – Usos gírios na linguagem escrita .....	77
3.3.7 – A construção da linguagem: a gíria e sua formação. ....	78
3.4 – A linguagem obscena e injuriosa ou o “palavrão” .....	80
3.5 – A linguagem como forma de agressão .....	82
3.5.1 – Conceito de violência .....	82
3.5.2 – Tipologia da violência .....	84
3.5.3 – Violência na linguagem .....	85
3.6 – Expressões da fala popular ou frases feitas .....	87
3.7 – Estratégias narrativas: personagens da narrativa e narrativa das personagens .....	88
 CAPÍTULO 04 – O desempenho lingüístico das personagens do romance <i>Na Barra do Catimbó</i> .....	 90

4.1 – A fala das personagens e os usos linguísticos de maior e menor prestígio social .....	90
4.2- Os usos linguísticos dos falantes da Barra do Catimbó e sua ligação com os papéis sociais .....	93
4.3– Nomes e papéis sociais .....	99
4.4- Formas de tratamento em Catimbó .....	103
4.5– Estratégias conversacionais no diálogo construído .....	107
4.5.1 – A oralidade como recurso expressivo na escrita .....	107
4.5.2 – Marcas da oralidade no diálogo escrito .....	109
4.5.3 – Turnos: a conversação das personagens .....	113
4.6 - Gíria e literatura .....	121
4.6.1 – Gíria comum: o emprego dos termos gírios na Barra do Catimbó .....	121
4.6.2 – Uso da gíria como recurso expressivo no diálogo construído .....	125
4.6.3 – Usos gírios na Barra do catimbó e sua ligação com os aspectos sócio-culturais .....	129
4.6.4 – A linguagem da marginalidade: os usos linguísticos empregados na Barra do Catimbó .....	135
4.6.5 – A gíria e sua formação: características dos vocábulos gírios .....	140
4.7– A linguagem injuriosa e violenta como forma de agressão .....	149
4.8 - A fala popular: os lugares-comuns da comunicação .....	154
4.9 – A narrativa no diálogo construído .....	158
Considerações finais .....	165
Referências bibliográficas .....	167
Anexos .....	

## Introdução

A linguagem que o falante emprega em seu cotidiano é reflexo de seus conceitos éticos e de suas posições diante dos aspectos sociais. Dissociar, portanto, falante e linguagem, ou ainda, linguagem e suas variantes de usos é negar que a língua é um recurso de interação social e que, nessa interação, há uma vasta gama de tipos que se expressam de maneiras diversas, sendo cada uma dessas variações expressivas, em presença de julgamentos e de vivências particulares, o modo mais apropriado de comunicação. Classificar, por conseguinte, essa ou aquela variante da linguagem como correta ou incorreta, adequada ou inadequada, feia ou bela é não considerar que cada falante emprega uma determinada variante da língua, de acordo com seu conhecimento e com suas experiências pessoais.

É preciso, todavia, que se evidencie que, em se tratando de sociedade, há uma série de critérios e de valores sociais, classificados de *status*, que norteia e estabelece os costumes, visando ao bem-comum e à ordem nas posições ocupadas pelos vários grupos que compõem a pirâmide hierárquica das classes sociais.

Ao tratamos de linguagem, portanto, não podemos deixar de considerar que, em nível de *status*, há variantes de maior e de menor prestígio e a aceitabilidade dessas mesmas variantes decorrem da situação de comunicação e da expectativa linguística do interlocutor. Se um falante expressar-se de modo a ser possível identificar-lhe desvios relacionados à norma considerada culta, provavelmente esse falante seria classificado como inculto. O mesmo se daria no caso de um falante comunicar-se com riqueza vocabular, simetria na exposição dos fatos, concordância sintática e nominal etc., o que certamente lhe facultaria a denominação de falante culto.

A fala desprestigiada, no entanto, apesar de configurar incultura do falante, na contramão do que alguns setores da sociedade apregoam, está rompendo com determinados arquétipos e posições ideológicas e, cada vez mais, vem ganhando

espaço nos meios em que, até há poucos anos, sua presença não era aceitável. É possível, atualmente, ouvirmos nas rádios, nos canais televisivos, seja em novelas populares, ou programas voltados ao público com nível de instrução considerado alto, expressões oriundas das camadas menos prestigiadas social e culturalmente. Jornais e revistas de importância também têm aceitado o emprego de usos anteriormente banidos da escrita. É preciso salientar, entretanto, o fato de que a linguagem distensa, aceita por muitos canais midiáticos, somente obteve acesso a esses veículos de comunicação, porque há a crescente necessidade de que sejam atingidos números cada vez maiores de pessoas, dos mais diversos grupos sociais, gêneros, idades etc. (cf. Preti, 1984:121-122). Esse acontecimento propicia que se estabeleça uma linguagem nivelada e acessível aos falantes dos mais variados níveis culturais e econômicos. Até mesmo na literatura, estilisticamente culta, constatamos usos linguísticos que outrora eram inadmissíveis. Retrospectivamente, se analisarmos a produção literária a partir da geração de 45, escritores como Graciliano Ramos, por exemplo, já admitiam, em seus textos, usos comuns à variante desprestigiada socialmente. Esse recurso de escrita, além de revelar uma ampliação na aceitabilidade dos usos, caracteriza uma considerável mudança nos costumes sociais. O emprego de termos gírios, de palavras obscenas, de marcas da oralidade nos diálogos escritos, dentre outras variantes que configuram a linguagem oral e popular, são utilizados visando a criar uma atmosfera verossimilhante nas obras que se valem desses recursos expressivos. Não apresentar uma linguagem distensa, para (re)criar a fala de uma personagem inculta, portanto, desabonaria toda sua construção e caracterização.

Tenhamos por certo que, em admitindo que as variantes da oralidade adentrem ao mundo recluso da escrita literária, não configuraremos seu desprestígio. Pelo contrário, acolheremos os usos que se propagam diariamente nas vozes de falantes das mais diversas posições sociais.

Delineadas essas afirmações iniciais, justificamos a escolha do romance *Na Barra do Catimbó* (1982), de Plínio Marcos, uma vez que a obra apresenta, durante os diálogos, usos comuns à oralidade e à variante linguística desprestigiada.

Ao longo do romance, o autor nos apresenta como vivem muitos brasileiros, cujos direitos constitucionais de cidadãos são negados. Além disso, a narrativa demonstra como a falta de acesso à educação, ao trabalho, à moradia, à alimentação etc. desestrutura os moradores da favela de Catimbó e como os efeitos da ausência dessas ações se refletem na linguagem empregada pelas personagens.

Por meio do comportamento linguístico das personagens, ao longo dos diálogos, analisaremos, portanto, como os usos e as variantes são empregados na linguagem da comunidade. Para isso, após os dois capítulos iniciais, nos quais apresentaremos o contexto sócio-histórico em que a obra foi produzida e vida e obra do autor, delinearemos as teorias a serem aplicadas, e, no quarto capítulo, as aplicaremos. Dentre as teorias, destacamos os recursos linguísticos e o prestígio social dos usos, tais como os papéis sociais, as formas de tratamento, a aceitabilidade dos usos, a análise da conversação em diálogos construídos, as marcas da oralidade no diálogo de ficção, turnos e trocas de turno, a gíria e seus recursos expressivos, a linguagem como forma de agressão, frases feitas e a narrativa das personagens.

## **Apresentação do *corpus***

O romance, *Na Barra do Catimbó*, é o relato da ausência absoluta de condições mínimas de existência. Além da esperança que persiste no coração das personagens, nada resta aos moradores da favela criada por Plínio Marcos. Favela essa que poderia ser a descrição das incontáveis comunidades que se espremem em meio à grandeza dos grandes centros urbanos, que subsistem em meio à fome, à violência, à falta de moradia adequada, à impossibilidade de acesso à cultura etc., fatos esses que corrompem, que violam e que animalizam os indivíduos.

Plínio Marcos, escritor preocupado com os problemas sociais e com os aspectos que os configuram, apresenta, em suas peças e romances, como milhares de brasileiros sobrevivem. Os pobres, as prostitutas, os operários, os marginais, as donas de casa, os analfabetos etc. têm seus dramas denunciados e expostos. Sobre a conduta artística de Plínio Marcos, Almeida afirma:

Numa época em que a censura e a repressão proibiam qualquer tipo de manifestação civil ou artística, que fosse considerada contrária aos padrões éticos e morais estabelecidos, Plínio Marcos se coloca como porta-voz dos dramas humanos, criando personagens que manifestam, por meio da linguagem, a indignação e a revolta por não poderem ascender socialmente.

Por essa razão, seus textos causam impacto por abrirem as portas do submundo, dando voz a criaturas marginalizadas e excluídas que denunciavam a indiferença da sociedade e das autoridades que as ignoravam. Sua postura crítica e irreverente na forma de apresentar as personagens, representava um questionamento e uma denúncia com relação às injustiças sociais. (2003: 18)

O espírito inquieto e denunciador de Plínio Marcos e seu posicionamento diante de assuntos dos quais muitas pessoas preferem não tratar não impossibilitou que o autor produzisse. Uma vez impedido pela censura militar, nos opressores anos de ditadura, de apresentar suas peças teatrais ou mesmo de difundir seus trabalhos na mídia, o autor optou pela escrita de romances:

Eu fui escrever literatura porque a censura não estava liberando nenhuma peça minha. O Querô ia ser mais uma peça de teatro. [Uma Reportagem Maldita – Querô, publicado em 1976, ganhou o Prêmio APCA de melhor romance desse ano.] Só escrevi em forma de romance porque não achei que iria passar na censura. Tanto é que ele está adaptado para teatro. Dentro da Noite, outra novela para televisão, também foi proibida. Nas Quebradas do Mundaréu é consequência das historietas que escrevi na Última Hora. Virou um livro. (site: Marcos: Sítio oficial, acessado em 05/12/08)

Particularmente sobre o livro *Na Barra do Catimbó*, o escritor tem, em um site mantido por seus filhos, lembrada uma declaração sobre as personagens que povoavam a favela e seu imaginário:

A Barra do Catimbó, que é outro romance meu, também foi proibido como novela de televisão. (...) Pra evitar esculacho, criei a Barra do Catimbó, onde passei a fazer acontecer todos os salseiros. E, aos poucos, me apaixonei pela Barra do Catimbó. Fui criando personagens que, de início, eram baseados nos tipos que conheci na minha cidade querida, mas que, aos poucos, foram crescendo, ganhando características próprias e, acreditem ou não, se formavam sozinhos, indiferentes à minha influência. Mestre Zagaia e os ensinamentos da sua Tabuada das Candongas, colhidos nos

estreitos, esquisitos e escamosos caminhos do roçado do bom Deus. Nega Bina Calcanhar de Frigideira, que no começo era só mulher do crioulo Catimbó, fundador da Barra, e que ganhou importância quando mataram seu marido. Oscarino Vaselina, eterno candidato a vereador, Seu Olegário, Seu Azulão, Mané Cheiro de Peixe, Mãe Begum de Obá, Chupim, Pé de Bicho, Intrujão Guegué, Bolinha do Mobral, Dona Cotinha Fofqueira, Quim Ilhéu, Azevedo do Apito, Valdo Camelô, Catulé Sambista, e tantos outros. (...) Eu os amo por serem frágeis diante dos duros combates do dia-a-dia, mas que não se rendem nunca. Porém (e sempre tem um porém), o que quero dizer e o que pesa na balança é que já pensei, e penso muito, chego a ser atormentado por essas figuras, em meter tudo isso no palco de um teatro. (id.)

As personagens citadas pelo autor representam a classe menos favorecida econômica e culturalmente. Em suas falas, pode-se observar como os aspectos sociais se manifestam na linguagem, na maneira de as personagens tratarem-se, nas ações e em suas obras. A linguagem, apresentada nos diálogos e como ela se reflete nos relacionamentos na comunidade de Catimbó, se apresenta de maneira violenta e hostil, repleta de desvios normativos, de gírias, de palavras obscenas etc.. Até mesmo temas comuns como alimentos, moradia, relacionamentos pessoais são sempre tratados com dureza, frieza e agressividade. A depreciação das ações cotidianas, dos sentimentos mais simples aos mais complexos, as conversas mais banais ou mais tensas, os tratamentos etc. espantam pela brutalidade e pela violência verbais.



## 1 – Contexto sócio-histórico

A história é a documentação dos caminhos trilhados pela humanidade, ao longo dos tempos. Essa biografia humana é o registro de todo seu desenvolvimento e de toda sua trajetória como agente transformador do meio social.

A arte, além de ser um instrumento de cultura, age, igualmente, como uma representação do homem e do seu tempo, caracterizando, assim, uma época ou um momento histórico. A arte também documenta.

Os contextos histórico e sociocultural permitem compreender os aspectos que configuram uma criação artística, por isso, para tratarmos de Plínio Marcos, é imprescindível considerá-los.

Escritor preocupado com as questões sociais, Plínio Marcos relata em suas obras os temas mais profundos e obscuros da nossa sociedade, principalmente, aqueles relacionados ao submundo e aos aspectos que o envolvem, tais como a prostituição, o crime, a violência, a marginalidade etc.

Na obra *Na Barra do Catimbó* (1982), o escritor não apenas cria e, por meio da narrativa, relata as dificuldades de uma comunidade que vive às margens da subsistência, mas também apresenta os acontecimentos, como se eles fossem um depoimento do que acontece nas incontáveis favelas do nosso país.

O romance, *corpus* da nossa análise, foi escrito em meio a um dos períodos mais conturbados da nossa história: a ditadura militar, mais especificamente no ano de 1982. Apesar de, durante aquela década, o poder militar já estar perdendo força, é imprescindível fazermos um acompanhamento dos fatos históricos, para assim, melhor apresentarmos nossa análise.

## 1.1 – A propósito dos fatos antecedentes ao Golpe de 64

Muito se tem tratado a respeito do golpe militar de 1964. Os aspectos agravantes que antecederam ao golpe, do mesmo modo, necessitam de uma explanação, para termos delineados, desse modo, os acontecimentos que contribuíram para a formação do governo militar

## 1.2 – João Goulart: o “herdeiro de Vargas” e a crise nacional

O governo de Jango (João Goulart) teve seu início em um momento de grandes turbulências econômicas e sociais.

Quando Goulart assumiu o governo, o país passava por um intenso período de crise. A economia estava à bancarrota, uma vez que a dívida pública era crescente e não havia condições monetárias para se investir. Politicamente, o Brasil passava por um substancial embate entre forças antagônicas: de um lado a população e de outro o governo. Conflito esse já às margens de um confronto armado.

Em uma edição especial da revista *Caros Amigos*, a propósito do Golpe de 64, Azevedo (19:04) assim aponta aquele momento:

João Goulart assumiu o governo em 7 de setembro de 1961, em meio a um confronto de classes e à crise do regime. Dois projetos de país se defrontavam havia décadas. O embate entre essas forças já levava Getúlio Vargas à morte. De um lado, o projeto de desenvolvimento capitalista nacional, reformista, que, *grosso modo*, buscava a independência em relação aos Estados Unidos e à Europa, que produzira a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e a Petrobrás contra a vontade dos americanos, que introduzira o

movimento dos trabalhadores na política, ampliando a democracia e a participação destes na renda nacional (...), apostando na construção de um mercado de massa como motor do desenvolvimento econômico.

Ainda envolvendo a situação, havia, também, o comunismo, cujo sistema incutia nas pessoas um sentimento de pavor, diante da possibilidade de esse modelo governamental se instalar no país, uma vez que, durante esse período surgia, na América Latina, a implantação do regime comunista, com a Revolução Cubana.

Na América do Norte e na Europa, dava-se o auge da guerra fria entre os Estados Unidos e a então União Soviética. O embate entre aqueles dois países deixava o mundo em estado de atenção constante.

No Brasil, desde a renúncia de Jânio Quadros, a situação, internamente já conflitante, “havia levado as forças políticas e militares a uma situação de antagonismo agudo: a posse de Goulart (herdeiro de Vargas e dirigente máximo do movimento trabalhista) na presidência era inaceitável para as forças conservadoras, e para grande parte dos chefes militares.” (id.).

Dá-se, assim, a primeira tentativa de golpe militar. Essa investida, no entanto, falhou, visto que as forças militares se dividiram e a população, somada à classe política, mobilizou-se em pró do governo e da Constituição.

Os militares, descontentes com fracasso, liderados pelo ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, retalharam e impuseram uma condição para que Jango fosse empossado: o regime parlamentarista.

Muito se tem conjeturado acerca das circunstâncias que motivaram João Goulart a aceitar a imposição dos militares, visto que Jango podia contar com o apoio dos trabalhadores, da opinião pública, de muitos setores da classe média e de alguns partidários de esquerda (cf. id.).

Azevedo, a respeito desse episódio da história do Brasil, relembra os acontecimentos:

O certo é que naquela noite calorenta de 04 de setembro de 1961, em Porto Alegre, a decisão de Goulart de aceitar tomar posse sob o parlamentarismo envolveu muito mais que seu futuro político, envolveu o destino do Brasil por muitas décadas. A construção do seu caminho à presidência, ainda que com poderes mutilados, exigiu muita habilidade. Mas, para chegar a essa solução conciliatória, Goulart estava levando as sementes da conspiração e do golpe para dentro do seu governo. Disse na ocasião: “Viajo para a capital sem marcar com o sangue generoso das famílias brasileiras as escadas que conduzem à Brasília”. (19:05)

Goulart, mesmo tendo seus poderes presidenciais suprimidos pelo regime parlamentar, iniciou seu mandato em 1961. Seu gabinete de chefia foi ocupado por Tancredo Neves, político mineiro que fora ministro da justiça de Getúlio.

A linha de governo de Jango foi marcada pela moderação, pela demonstração de sua aversão ao comunismo e por sua afeição aos princípios democráticos.

De acordo com Fausto (2007:445), já no início do governo Goulart, colocou-se “a questão dos poderes presidenciais. O ato que estabeleceu o parlamentarismo previa a realização e um plebiscito em 1963, no qual a população deveria decidir em definitivo sobre o sistema de governo. Nos meios ligados a Goulart, começou uma campanha pela antecipação da consulta popular. Tinha-se quase certeza do triunfo do presidencialismo. Nas condições em que tinha sido implantado, o parlamentarismo era claramente um arranjo para limitar a ação de Jango.”.

Em meio a todas essas questões, havia, ainda, a convicção de que um presidente, com maior liberdade para governar, poderia, enfim, implantar as mudanças de que o país necessitava, as chamadas “reformas de base”.

## Essas reformas

abrangiam um amplo leque de medidas, entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo.

Ao lado da reforma agrária, defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários das casas alugadas.

No plano político, sustentava-se a necessidade de estender o direito de voto a dois setores diversos: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas.

Ao lado disso, as reformas de base incluíam medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas estavam a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica; a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior; e a extensão do monopólio da Petrobrás. (Fausto, 2007: 447-448)

As medidas, contudo, despertaram nos latifundiários, nos empresários e, inclusive, na classe média, um sentimento de resistência. Esses setores da sociedade defendiam a tese de que seriam prejudicados, caso as reformas tomassem as diretrizes defendidas pelo governo. As “reformas de base” foram, então, classificadas de populistas e, inclusive, rotuladas de tendenciosamente comunistas.

### **1.3 – A burguesia nas ruas: a “Marcha da família com Deus, pela liberdade”**

A burguesia brasileira, cada vez mais descontente com as reformas, começou a mobilizar-se. A Igreja e alguns políticos, somados aos mais abastados, engrossaram as fileiras dos contrariados e iniciaram uma manifestação de cunho religioso, político e social: a “Marcha da família com Deus, pela liberdade”.

A organização da manifestação deu-se no ano de 1964 e durou cerca de cinco dias. O deputado federal, pelo PSD, Antônio Sílvio da Cunha Bueno, foi o articulador político mais atuante e, percorrendo de norte a sul do país, arrecadou fundos junto às federações industriais, tais como a FIESP, aos políticos, aos latifundiários etc. (cf. Azevedo, 09:07).

Na contra-mão da marcha, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, juntamente com os demais partidários das reformas, cruzava o Brasil, apregoando as benfeitorias sociais que as medidas do governo trariam à nação. Em Belo Horizonte, entretanto, “Brizola foi impedido de discursar por um grupo de senhoras religiosas e anticomunistas que carregavam o terço não mãos.” (id.)

Em um comício, na Central do Brasil, o episódio ocorrido em Minas Gerais

fez com que os ânimos borbulhassem ainda mais. Indiretamente, Jango disse que se “rosários da fé” não podiam “ser levantados contra o povo”. Se, por um lado, a marcha teve um caráter cívico-religioso, como afirmou a União Feminina (UCF), por outro, bem mais forte, serviu de afirmação do poder elitista da burguesia paulista e foi a oportunidade “montada” que os militares precisavam para precipitar o golpe. (id.)

## 1.4 – O Golpe de 1964

Os acontecimentos favoreciam as ações dos militares e o golpe estava em marcha. O general Olímpio Mourão Filho mobilizou suas tropas, sediadas em Juiz de Fora, e com apoio do governador Magalhães Pinto, precipitou o golpe, deslocando seus subordinados rumo ao Rio de Janeiro. (cf. Fausto, 2007:460)

O golpe, então, se propagara. “No Rio de Janeiro, Lacerda armou-se no interior do Palácio Guanabara, à espera de um ataque dos fuzileiros navais comandados pelo almirante Cândido Aragão, o que não aconteceu.” (id., 2007:461). Rumando, também ao Rio de Janeiro, as tropas do I e do II Exércitos reforçavam o batalhão de militares.

Goulart, diante dos acontecimentos, voou de Brasília em direção a Porto Alegre, tentando evitar o embate eminente.

Com a fuga de Jango, “o presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu o cargo, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares.” (id.)

Goulart, então, exilou-se no Uruguai, onde, meses após, Brizola também se expatriara, depois de uma tentativa mal sucedida, com o intuito de mobilizar a população, contra o levante militar.

De acordo com Fausto (id), Goulart e seus partidários “tinham uma visão equivocada do quadro político.” O autor afirma que Jango e seu grupo acreditavam que os militares adeririam às reformas, uma vez que, devido à origem e a história de muitos integrantes do exército, eles condescenderiam com as mudanças e acreditariam em seus benefícios. O historiador continua:

É certo que a maioria da oficialidade preferira, ao longo dos anos, não quebrar a ordem constitucional, mas havia outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados

esses princípios , a ordem se transformava em desordem, e a desordem justificava a intervenção. (id)

## **1.5 – Regime Militar (1964 – 1985)**

O regime militar justificava-se, nas palavras dos membros das Forças Armadas, pela necessidade de se combater a corrupção e o comunismo e, com isso, restaurar a democracia. O novo regime, todavia, valendo-se de decretos, os chamados Atos Institucionais (AI), gerou, por meio da força, da tortura e da repressão, novas diretrizes governamentais no país.

### **1.5.1 – AI -1: O Ato Institucional nº 1**

Em 9 de Abril de 1964, foi baixado o primeiro decreto militar, pelos comandantes da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. Essencialmente a constituição de 1964 havia sido mantida. Havia, no entanto, uma série de emendas que modificava seus aspectos fundamentais. O Congresso e o Senado foram mantidos, sofrendo, contudo, muitas restrições.

Fausto (2007:466) afirma que muitas “das medidas do AI –1 tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de trinta dias na Câmara e no Senado; caso contrário seriam considerados aprovados.”

Dentre outras medidas do Ato Institucional nº 1, houve a suspensão da imunidade parlamentar nas esferas municipal, estadual e federal, fato que permitiu aos militares suspender e até mesmo cassar mandatos políticos.



O AI – 1 propiciou, ainda, a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMS), “a que ficavam sujeitos os responsáveis ‘pela prática de crimes contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária’.” (Fausto, 2007:467).

Dá-se, naquele momento, o início das perseguições aos contrários ao governo militar e iniciam-se as prisões e as torturas.

Apesar de a repressão cercear os direitos individuais, havia, naquele momento, alguma liberdade: alguns recursos jurídicos, como o *habeas corpus*, por exemplo, podiam ser utilizados e a imprensa mantinha parcialmente sua liberdade.

Sobre o papel desempenhado pela imprensa, durante a instalação do AI – 1, Fausto afirma:

Foi sobretudo graças às denúncias do jornal Correio da Manhã que o presidente Castelo Branco determinou uma investigação sobre a prática de torturas, a cargo do então chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. A investigação foi arquivada “por insuficiência de provas”, mas de qualquer forma a tortura deixou de ser uma prática sistemática. (id.)

A repressão, todavia, continuava a restringir os direitos dos cidadãos. Os estudantes foram vitimados pelas investidas militares. A sede da UNE (União Nacional dos Estudantes), no Rio de Janeiro, foi invadida e destruída. As universidades, tais como a USP, a Universidade de Brasília, entre outras, tiveram seus *campi* marcados como alvos do regime. Professores e intelectuais foram perseguidos e torturados.

A repressão mais violenta, concentrou-se, porém, no campo. Fausto (cf. id.) observa que principalmente no norte do país houve intervenção nas Ligas Camponesas, além de desapropriações, mortes etc.. Nas cidades, os sindicatos e as federações de trabalhadores, por sua vez, também foram objetos da repressão.

Houve interdição em muitos desses órgãos. Na área pública, os servidores tiveram sua estabilidade trabalhista cessada e, deste modo, muitos trabalhadores perderam seus cargos. O mesmo ocorreu no âmbito político, com a deposição de alguns governadores. Podemos citar, por exemplo, Miguel Arraes e Seixas Dória, governantes de Pernambuco e de Sergipe, respectivamente. Nem mesmo os membros das Forças Armadas foram poupados. Muitos militares que davam indícios de serem contrários aos princípios do governo militar tiveram seus cargos cessados.

Espalhava-se no país um sentimento geral de opressão. O estado de medo e de insegurança ia-se propagando. Não obstante, em junho de 1964, o regime militar criou, para controlar efetivamente os suspeitos e os desagradados dos militares, o Serviço Nacional de Informações (SNI).

O principal idealizador do SNI foi o general Golberi do Couto e Silva e o intuito primeiro daquele ato era o de “coletar e analisar informações sobre questões de segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na ‘luta contra o inimigo interno’.” (Fausto, 2007:468).

## **1.6 – Governos militares**

O AI – 1, dentre as medidas já aqui delineadas, também estabeleceu uma eleição, realizada no Congresso Nacional, por meio de votação indireta. Naquele pleito, em 15 de abril de 1964, fora eleito o presidente Castelo Branco, cujo mandato se estendeu até 31 de janeiro de 1966.

### 1.6.1 – Governo Castelo Branco: os Atos Institucionais

Entre os anos de 1956 e 1958, Castelo Branco foi o presidente do Departamento de Estudos do ESG (Escola Superior de Guerra). Ao assumir a presidência da República, muitos de seus ministros de governo haviam sido membros daquela instituição. Podemos citar, por exemplo, o ministro do Interior, Marechal Cordeiro de Farias (primeiro comandante da escola) e o ministro do Transportes, Marechal Juarez Távora (segundo comandante).

Dentre os ministros de origem militar, havia, em número menor, alguns ministros civis. O ministro do Planejamento, Roberto Campos, ainda que não fosse filiado à ESG, tinha ligações com a instituição. Suas relações com a escola eram baseadas nas conferências por ele ministradas.

É oportuno mencionar que, ainda que os ministros civis não fizessem parte do quadro da ESG, todos eles mantinham contatos com a instituição, fato esse que propiciou a escolha daqueles ministros por Castelo Branco.

Formado, então, chamado “grupo castelista”, deu-se início ao primeiro governo militar.

O objetivo inicial do governo de Castelo Branco era “instituir uma democracia restringida”. Ou seja manter as diretrizes e os critérios de governo apregoados pelo AI – 1.

As principais propostas de Castelo se direcionavam ao plano da economia. O intuito do governo era reformar o sistema econômico, modernizando-o, para, assim, afastar a “ameaça comunista”.

“Tendo em vista esse fim”, afirma Fausto (2007:471), “foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), sob a responsabilidade dos ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia Bulhões. O PAEG tratou de reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Buscou controlar os gastos dos Estados, ao propor uma lei que proibia que eles se endividassem sem autorização federal.” Além disso, o programa econômico também aumentou impostos e tarifas públicas,

tais como as taxas de energia e das ligações telefônicas, cortou subsídios direcionados aos produtos como o trigo e o petróleo, por exemplo, organizou a estrutura econômica das empresas públicas etc.

No mesmo período, Castelo Branco instituiu a lei de greve. Com essa lei foram criadas exigências burocráticas que visavam a tornar as paralisações legais uma ação inexecutável. O presidente, também, cessou o direito que os trabalhadores possuíam e que era garantido pela CLT: a estabilidade trabalhista após dez anos de serviços prestados. Para isso foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O fundo, ainda que não fosse de caráter obrigatório, à época de sua instalação, tornou-se, na prática, uma substituição da estabilidade trabalhista, e obter emprego sem se optar pelo sistema FGTS passou a ser impossível.

No campo, do mesmo modo, foram tomadas medidas que cercearam os direitos dos trabalhadores. Fausto observa:

Com relação ao campo, a política repressiva do governo contra os chamados agitadores veio acompanhada de medidas que procuravam encaminhar soluções para o problema da terra. Em novembro de 1964, o Congresso aprovou o Estatuto da Terra para os fins de execução da reforma agrária e da promoção de uma política agrícola. Mas a lei, assim como outros instrumentos que se seguiram a ela, ficou em grande medida no papel.

Com o PAEG, a inflação passou a ceder e o déficit anual fora reduzido, como podemos observar na tabela<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos, *Que Brasil é este?*

Ano	Inflação: variação %	PIB: variação anual %
1964	91,9	2,9
1965	34,5	2,7
1966	38,8	3,8
1967	24,3	4,8
1968	25,4	11,2

No âmbito político, as determinações do AI – 1 foram seguidas e as eleições diretas estaduais foram realizadas em outubro de 1965.

Apesar de as eleições ocorrerem por meio do voto direto, a chamada linha-dura do governo militar impugnou muitas candidaturas. Não obstante, a oposição venceu em muitos estados com peso político, como em Minas Gerais e Brasília, por exemplo. A derrota dos militares naqueles estados causou sobressalto entre os militares. “Os grupos de linha-dura, adversários dos castelistas, viram nela a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Eles pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito do sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção.” (Fausto: 2007:474)

#### **1.6.1.1 – Os atos Institucionais 2, 3 e 4**

Diante da pressão dos militares linha-duras, Castelo Branco baixou o AI – 2, em 17 de outubro de 1965.

Com o segundo Ato Institucional, as eleições presidenciais somente se realizariam por meio da maioria absoluta do Congresso, em votação nominal. Ou seja extinguiu-se o voto secreto e, deste modo, possíveis derrotas.

Além dessa medida, o AI – 2

reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar atos complementares ao ato, bem como decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional existentes. Mas a medida mais importante do AI – 2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. (Fausto, 2007: 474)

O AI – 3, por sua vez, ampliava as diretrizes do AI – 2, abrangendo, também, as eleições estaduais. Promovera-se, assim, as eleições indiretas nas Assembléias Estaduais.

Castelo Branco, com a aprovação da Constituição de 1967, finalizou o ciclo dos Atos Institucionais de seu governo, com a implementação do AI – 4.

A aprovação da Constituição de 67, deu-se da seguinte forma:

Submetido por novas cassações, o Congresso fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocato pelo AI – 4 para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional. (id.)

### **1.6.2 – Governo Costa e Silva: a luta armada**

Castelo Branco não conseguiu eleger seu sucessor. Foi eleito para o cargo de presidente da República, no ano de 1967, o general Arthur da Costa e Silva e para a vice-presidência, o civil Pedro Aleixo.

Ainda que Costa e Silva figurasse como ministro da Guerra de Castelo Branco, o militar não era íntimo do grupo de seu antecessor. Havia entre ambos

uma certa divergência de estilo. Em Costa e Silva se concentravam “as esperanças da linha-dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas. Estes estavam descontentes com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos e de facilidades concedidas aos capitais estrangeiros.” (Fausto, 2007:476)

Na formação de seu ministério, Costa e Silva não acolheu nenhum membro do antigo governo, consubstanciando a quebra com governo anterior.

O número de militares a ocupar cargos do primeiro escalão do governo aumentou consideravelmente. Com exceção dos ministros da Fazenda e do Planejamento, Antônio Delfin Netto e Hélio Beltrão, não havia outros civis a ocuparem cargos nos ministérios.

Ao contrário do que supunha a linha-dura das Forças armadas, seria

um erro supor que Costa e Silva tenha sido no poder um instrumento da linha-dura. Levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com a oposição moderada e tratou de ouvir os discordantes. Ao mesmo tempo, iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças sindicais confiáveis. (id.)

Em contrapartida, desde o ano de 66, a oposição começava a se preparar. A Igreja, as federações, as organizações estudantis, mobilizando-se, organizaram uma passeata a favor da redemocratização do país, a chamada a “Passeata dos 100 mil”.

Ao mesmo tempo, em todo o país, aconteciam outras manifestações públicas, como as greves em Osasco e no ABC paulista, por exemplo.

Diante dos levantes que se iniciavam, Priore & Venâncio (2001:368-369) afirmam:

Alegando a ameaça comunista e acentuando uma tendência de endurecimento, que vinha desde o ano anterior, o governo militar tende a se tornar cada vez mais ditatorial. Nesse contexto é fortalecida a doutrina de segurança nacional, que tornava prioridade entre as forças armadas a luta contra a ameaça interna e não mais a defesa contra inimigos estrangeiros. Assiste-se também a ampliação das redes de espionagem e de repressão. Paralelamente ao *Serviço Nacional de Informações* (SNI), criado em 1964, atuam agora outras organizações, como o *Centro de Informações da Marinha* (CENIMAR), a *Operação Bandeirantes* (OBAN) e o *DOI-CODI*, somente para citarmos algumas delas.

Inicia-se no país, então, a luta armada. A perspectiva que se apresentava no Brasil era a de que somente o confronto armado poderia restabelecer a democracia. Convém mencionar que havia, na América Latina, ações que influenciavam o motim, tais como a Revolução Cubana e guerrilhas como as que ocorriam na Venezuela, Peru, Colômbia etc.

As primeiras ações dos grupos de luta armada deram-se em 1968, com instalação de uma bomba no consulado americano, em São Paulo. (cf. Fausto, 2007:476-478)

Em resposta aos atos de revolta, o governo militar decretou o AI – 5. “O presidente da república pode agora, a seu bel-prazer, fechar desde câmaras de vereadores até o próprio Congresso Nacional, pode nomear interventores para qualquer cargo executivo, pode cassar os direitos políticos de qualquer cidadão e pode também suspender o recurso a *habeas-corpus*.” (Priore & Venâncio, 2001:370). Houve, além disso, cessação de cargos de muitos funcionários públicos, atingindo principalmente os professores universitários, a vigorar a censura nos meios de comunicação e a tortura tornou-se um método recorrente.

O AI – 5 , ao invés de controlar a luta armada, funcionou como um agravante a mais para que a revolta se propagasse. O regime, por outro lado,



mantinha-se sempre inflexível e a ditadura passava agir com mais brutalidade. A partir de 1969, as lutas armadas se intensificaram em todo o país.

Em meados do mesmo ano, Costa e Silva foi acometido por um derrame cerebral que impossibilitou sua permanência no governo.

De acordo com a ordem de sucessão, caberia ao vice, Pedro Aleixo, assumir o cargo. Os militares, todavia, desrespeitando a ordem constitucional, impediram sua posse. Fausto lembra que, além de “ser civil, Pedro Aleixo tinha o grande defeito de ter-se oposto ao AI – 5.” (2007:481) Assumem, então o cargo da presidência, os ministros Lira Tavares, do exército, Márcio de Souza, da Aeronáutica e, da marinha, Augusto Rademaker (cf. id). Dá-se, para a posse dos ministros, o AI –12.

Seguindo do AI –12, outros dois Atos Institucionais foram postos em prática: os AIs – 13 e 14.

O 13º Ato Institucional visava a banir do território brasileiro aquele que se “tornasse inconveniente , nocivo ou perigoso à segurança nacional. O 14º Ato, por sua vez, estabeleceu a pena de morte, “para os casos de guerra externa , psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva.” (id.)

Em contrapartida a esses atos, a área econômica caminhava rumo à recuperação do país. Impulsionado pelas indústrias automotivas, químicas e de construção civil, o ritmo de crescimento do país galgou os números de 11,2% e de 10,0% do PIB, “o que corresponde a 8,1% e 6,8% no cálculo *per capita*. Inicia-se o chamado milagre econômico” . (id, p. 482)

## **1.7 – Governo Médici: o auge da repressão**

Em 1969, Costa e Silva ainda vivia. O presidente, no entanto, já não tinha condições físicas para dar continuidade ao seu mandato. A Junta Militar declarou, portanto, a vacância dos cargos de presidente da República e de vice-presidente.

A eleição foi marcada para outubro daquele ano e o mandato do futuro presidente estender-se-ia até o ano de 1974.

Foram eleitos, então, pelo Alto Comando das Forças Armadas, o general Emílio Garrastazu Médici, para o cargo de presidente, e o ministro da Marinha Augusto Rademaker, para a vice-presidência.

Médici, gaúcho assim como Costa e Silva, havia sido comandante da III Região Militar e Chefe do Estado-Maior de seu antecessor.

O governo de Médici foi dividido em três áreas distintas: a econômica, a cargo do ministro Delfin Netto, a militar, chefiada pelo ministro do Exército Orlando Geisel e a política, sob o comando do professor de direito Leitão de Abreu. Segundo Fausto, dá-se, nessa divisão, um comando presidencial tripartido, tendo como característica principal o período mais repressivo da era militar.(cf. id. p. 483)

A repressão se tornara tão eficaz, que a luta armada, iniciada nos anos do governo de Castelo Branco, já não causava preocupações aos militares. Havia apenas poucos focos de resistência, como a guerrilha do Araguaia, por exemplo.

A repressão, entretanto, não foi o único recurso empregado para exaurir totalmente a revolta. Um outro artifício de que se valia o governo militar, para assim extinguir os atos revoltosos, foi a propaganda.

Fausto observa que, para atingir a população de maneira maciça, “o governo contou com o grande avanço das telecomunicações no país. As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão: em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%.” (id. p. 484)

Além disso, o governo privilegiou algumas emissoras de televisão, como a então TV Globo, que se expandiu pelo país até tornar-se rede nacional. A agora Rede Globo transformou-se, durante o governo Médici, em porta-voz do governo, promovendo suas propagandas.

Surgiram, então, as campanhas “Brasil grande potência”, “Ninguém segura este país”, a marchinha “Pra frente Brasil”, que impulsionou o país durante a copa do mundo de 1970, entre outras.

Um sentimento de esperança se espalhava no país. O progresso parecia enfim atingir o Brasil e o “milagre econômico” dava indícios de conduzir a nação a tempos melhores .

### **1.7.1 – O milagre econômico**

Durante os anos de 1969 a 1973, deu-se o período chamado de “milagre brasileiro”. Naqueles 4 anos, o Brasil combinou um crescimento econômico considerável e um controle da inflação estimadamente baixo, para a época:

Os técnicos do “milagre”, com Delfim à frente, beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos. (...) Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento do capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares, quase o dobro do nível de 1971 e mais de três vezes o de 1970. (Fausto, 2007:485)

Aliados ao capital estrangeiro que invadia o país, houve a implantação de crédito direcionado à população, incentivos à produção das empresas automobilísticas, aumento e diversificação das exportações, isenção de tributos , entre outros.

O milagre econômico, por outro lado, era vulnerável. A subordinação ao capital, ao comércio e ao sistema financeiro externos, a necessidade de produtos importados, como o petróleo, por exemplo, a dependência dos empréstimos e do

investimento internacional contribuiriam, mais tarde, para o enfraquecimento do milagre.

Outro aspecto que caracterizou negativamente o milagre econômico foi de cunho social.

A distribuição da renda tornou-se um dos pontos fracos do período do milagre. Enquanto o PIB atingia números consideráveis, caracterizando, assim, um desenvolvimento econômico surpreendente, os números que apontavam as estatísticas *per capita* demonstravam um desequilíbrio significativo.

O ministério da economia, sob o comando de Delfin Netto, defendia

o propósito de fazer crescer o bolo para só depois pensar em distribuí-lo. Alegava-se que antes do crescimento pouco ou nada havia para distribuir. Privilegiou-se assim a acumulação de capitais através das facilidades já apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média. (Fausto, 2007:487)

A política de “fazer crescer o bolo para só depois pensar em distribuí-lo” gerou uma concentração de renda expressiva e a distância entre as classes sociais solidificou-se.

## **1.8 – Governo Geisel: o início da abertura do regime militar**

Semelhantemente ao que aconteceu a Castelo Branco, Médici não conseguiu eleger seu sucessor. A alta cúpula das Forças Armadas elegeu, em meados de 1973, o general Ernesto Geisel, para a presidência.

Geisel, além de sua carreira no Exército, mantinha cargos administrativos no governo, como presidente da Petrobrás, por exemplo.

Ernesto Geisel colaborou “com o governo Dutra e ajudou a formar o compromisso que garantiu a posse de João Goulart em 1961. Suas ligações com o grupo castelista eram notórias, como membro do corpo permanente da ESG e chefe da Casa Militar de Castelo Branco. Nesse cargo, contribuiu para manter a ‘linha-dura’ à distância’.” (Fausto, 2007:488)

A vitória de Geisel foi vista como uma conquista do grupo de Castelo Branco, e, evidentemente, uma derrota para a linha-dura do regime.

O estilo moderado de Geisel, permitiu ao MDB, partido voltado a redemocratização do país, realizar uma política de oposição. Foi apresentada uma série de candidaturas simbólicas, como a de Ulysses Guimarães, para a presidência, por exemplo. Os opositores se classificavam como anticandidatos e denunciavam o cerceamento das liberdades civis, as eleições indiretas, a concentração de renda resultante do modelo econômico etc..

### **1.8.1 – A eleição de 1974 e o início da abertura**

A criação de um Colégio Eleitoral, modificou a forma de voto para presidente da república. Para tal mudança, o governo promulgou a 1ª emenda da Constituição de 1967.

Em 15 de março de 1974, eleito pelos membros do Congresso e pelos delegados das Assembléias Legislativas dos Estados, Geisel tornou-se o primeiro presidente eleito pelo Colégio Eleitoral.

“O governo Geisel”, nas palavras de Fausto (2007:489), “se associa ao início da abertura política que o general presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos.”

Apesar de a “linha-dura” dos militares pressionar o presidente e agir contrariamente ao afrouxamento do regime, Geisel desejava controlar o processo de abertura, instalando no país uma democracia conservadora.

Se de um lado Geisel era pressionado a manter o regime militar, por outro também havia forças contrárias ao governo ditatorial. Além de haver, dentro do governo, certa predisposição à liberação do regime, a pressão social contra o militarismo contou com mais outro aspecto que influenciaria o presidente a permitir abertura do sistema. Fausto observa que

a oposição começara a dar em 1973 claros sinais de vida independente; o confronto entre a Igreja Católica e o Estado era também muito desgastante para o governo. A equipe de transição de Geisel tratou aliás de estabelecer pontes com a Igreja, a partir de um ponto comum de entendimento – a luta contra a tortura. Mas a oposição política e a Igreja não eram o termômetro mais sensível a indicar a necessidade da distinção. Esse termômetro se localizava nas relações entre as Forças Armadas e o poder (2007:490)

O poder que as Forças Armadas exerciam trouxe reflexos negativos ao contexto hierárquico dos militares. De acordo com as ordens internas do regime, um militar, ainda que cuja patente fosse inferior, poderia decidir, sem consultas às instâncias superiores, sobre a vida ou a morte de um suspeito de contrariar os princípios militares. Assim eram atingidas e desrespeitadas a ordem e a hierarquia do regime, fato inaceitável ao comando das Forças Militares. O risco à integridade do agrupamento militar foi uma indicação de que era preciso enfraquecer a linha-dura e propiciar a “volta dos militares aos quartéis”. (cf. id)

O governo começa, portanto, a combater, ainda que paulatinamente, a chamada linha-dura.

As eleições de 1974 se realizaram em uma situação de relativa liberdade. O MDB, entre outros partidos, obteve acesso ao rádio e à televisão. E, apesar de o

governo contar com uma vitória tranqüila da Arena, o MDB, por meio de uma quantia considerável de votos, venceu em muitos estados do país. Essa vitória deu-se principalmente nas cidades cuja população era formada por 100 mil habitantes ou mais.

O principal confronto entre a linha-dura e o governo Geisel se deu em São Paulo, quando o diretor de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, apresentou-se ao DOI-CODI e fora executado. A informação prestada pelos militares, acerca da morte do jornalista, restringia-se a suicídio por enforcamento. A opinião pública não aceitou tal justificativa e a classe média paulista e a Igreja agiram contrárias ao governo, denunciando as torturas e os maus-tratos impostos pelo regime militar.

O presidente Ernesto Geisel já demonstrava seu descontentamento com relação às “atitudes” do regime e resolveu agir:

Um poder paralelo se instalara em São Paulo com as bênçãos, ou, no mínimo, a omissão do comandante do II Exército, Eduardo D'Ávila Melo. Geisel substituiu-o por um general de sua inteira confiança - Dilermando Gomes Monteiro - , que começou a usar de outra linguagem e a estabelecer pontes de contato com a sociedade. (Fausto, 2007:492)

Outro fato importante, que também contribuiu para o embate do governo Geisel e a linha-dura, foi a invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Comandada pelo coronel Erasmo Dias, a Polícia Militar agiu violentamente contra a organização da UNE na instituição. Essa intervenção na universidade causou espancamentos, lançamentos de bombas e graves queimaduras em vários estudantes. (cf. id.)

### 1.8.2 – O “Pacote de abril”

Além de o governo preocupar-se com a linha-dura dos militares, suas atenções também estavam voltadas à oposição. Após a eleição de 1974, a derrota dos militares da Arena para o MPD era factível.

Em 1976, o governo propôs uma modificação na constituição, batizada de Lei Falcão. Essa emenda direcionava-se às eleições municipais, nas quais “os partidos políticos poderiam apresentar no rádio e na televisão apenas o nome, número e currículo dos candidatos em uma fotografia destes no caso da televisão.” (Fausto, 2007:493) É necessário ressaltar, por outro lado, que a Lei Falcão não afetava apenas os integrantes do MDB, mas também os partidários da Arena. O grande prejudicado, contudo, foi de fato o MDB, uma vez que os membros da oposição ficaram impedidos de divulgar suas idéias.

Apesar de o governo militar tentar restringir as ações da oposição, o MDB conquistou vitórias expressivas, principalmente nas regiões ao sul e ao sudeste do país.

Geisel, diante da derrota nas urnas, revidou, e, em 1977, introduziu no país uma série de medidas conhecida como o Pacote de Abril.

Sobre o Pacote, Fausto afirma:

O “pacote” foi baixado depois de uma crise entre o Executivo e o Congresso, quando o governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para aprovar várias alterações constitucionais . O presidente, em resposta, colocou o Congresso em recesso e, a partir daí, emendou a Constituição e baixou vários decretos-lei. (id.)

Dentre as mudanças impostas pelos decretos-lei do “pacote de abril”, destacaram-se: a eleição indireta, realizada por meio de um colégio eleitoral, cujo



intuito era o de barrar a eleição dos candidatos pelo MDB, e assegurar, portanto, o número necessário de senadores da Arena; o mandato do presidente passava de cinco para seis anos; o critério de proporção fora estabelecido, priorizando, na Câmara dos Deputados, um número maior de vagas aos políticos dos estados do norte, onde a vitória dos militares estava assegurada.

Contrariamente a essas ações, o governo Geisel iniciou, em meados de 1978, encontros com o MDB, a CNBB etc., para assim encaminhar e restaurar a abertura política de que o país necessitava.

No mesmo ano, o Congresso aprovou a emenda à constituição de nº 11, que entrou em vigor em 1º de janeiro, do ano seguinte. Essa emenda visava a revogar o AI – 5 . A partir daquele ato, o governo “já não poderia declarar o Congresso em recesso, cassar mandatos, demitir ou aposentar funcionários a seu critério, privar cidadãos de seus direitos políticos. O direito do *habeas corpus* foi também restaurado em sua plenitude.” (id., p. 494)

Com a revogação do Ato Institucional de nº 5 , propiciou-se aos cidadãos o retorno da liberdade e do manifesto, ainda que com algumas restrições. Os controles à imprensa foram afrouxados e houve um retorno gradativo da sua liberdade. O MDB continuava a galgar vitórias sobre a Arena e aos poucos ia conquistando mais espaço no Congresso e na Câmara.

No plano econômico, do mesmo modo, houve consideráveis mudanças.

No segundo semestre de 1973, ocorreu a primeira grande crise do petróleo. Os países árabes, produtores do óleo, se articularam e, unidos, diminuíram a produção diária de barris e, deste modo, promoveram o aumento no preço do combustível. Assim, a crise do petróleo atingiu fortemente o Brasil. O país importava mais de 80% do que consumia.

A euforia dos anos do “milagre brasileiro” já não perdurava e o crescimento da economia não apresentava o mesmo vigor. Os responsáveis pelos ministérios da economia e do planejamento eram então Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Veloso.

O governo lançou, para reativar a economia, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - o I Plano fora lançado no governo Médici. (cf. id. p. 495)

O II PND visava a incentivar os investimentos na área industrial, aumentando a produção de bens de capital. Houve, também, volumosos investimentos nas empresas públicas, como a Eletrobrás, a Petrobrás, a Embratel etc.

Fausto observa, no entanto, que havia um “problema existente desde a fase do milagre” que “residia no fato de que o crescimento econômico acelerado tinha como alavanca importante a capacidade ociosa das empresas; em outras palavras, fora possível crescer utilizando-se apenas a capacidade produtiva existente. Para continuar crescendo, seria necessário ampliar o investimento, contando com novos e maiores recursos externos, pois a poupança interna era insuficiente. “(2007:497)

Diante dessa conjuntura econômica, os empréstimos de origem externa foram feitos, fato esse que elevou em muitos bilhões de dólares a dívida do país. No fim do ano de 1978, o saldo devedor, tanto público quanto privado, chegou à soma de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do montante referente aos últimos três anos. (cf. id)

O período Geisel, por outro lado, manteve um crescimento interno bruto considerado satisfatório. Entre os anos de 1974 e de 1978 a média anual do PIB apresentava-se em torno de 6,7% e 4,2% e a inflação subiu média de 37,9 durante o período. (cf id.)

### **1.9 – Governo Figueiredo: a continuidade da abertura do regime**

Diferentemente dos antecessores de Geisel, o presidente conseguiu eleger seu sucessor: o general João Batista Figueiredo assumiu a presidência da República, no ano de 1979.

A chapa encabeçada por Geisel derrotou a do MDB, formada pelo general Euler Bentes Monteiro. Para Fausto, todavia, a maior vitória de Geisel e de sua chapa foi interna, no âmbito das Forças Armadas, uma vez que “a indicação do

general Figueiredo passara por uma séria prova de força, pois o ministro do Exército Sylvio Frota lançara sua própria candidatura, nos meios militares e em sondagens no Congresso, como porta-voz da linha-dura.” (2007:500)

Figueiredo, anteriormente à presidência, havia sido chefe do SNI, no governo Geisel, e chefe do Gabinete Militar, durante o governo de Médici. Sua ligação com os ex-presidentes afeitos à abertura do regime, dava indícios de que seu governo seguiria os mesmo ideais.

Podemos caracterizar o governo de Figueiredo, de maneira pontual, segundo as palavras de Fausto (id.):

O período de Figueiredo combinou dois traços que muita gente considerava de convivência impossível: a ampliação da abertura e o aprofundamento da crise econômica. Pensava-se que as dificuldades econômicas estimulariam conflitos e reivindicações sociais, levando à composição de novos controles autoritários por parte do governo. (...) Sem dúvida, os raros momentos de folga na área econômica facilitavam os lances no processo de abertura. Mas, como um todo, a abertura seguiu seu curso, em meio a um quadro econômico desfavorável.

Como ministro do planejamento, e encarregado da área econômica, foi mantido o ministro Simonsen, dando continuidade às diretrizes econômicas de Geisel. Delfin Netto retornou ao governo e fora indicado para a pasta da Agricultura. Simonsen, no entanto, ao tentar impor uma política de restrições na área econômica, sofreu uma série de retaliações de alguns setores empresariais que lucravam com os altos índices de inflação. O ministro decidiu, então, deixar o cargo. Dá-se, a partir daquele momento, o retorno de Delfin Netto ao ministério da economia.

Delfin retorna, pois, ao governo como homem de prestígio, sendo-lhe atribuídos todos os méritos pelo “milagre econômico”. “Agora porém a situação era

outra, tanto no plano interno como no internacional. Um segundo choque do petróleo, com conseqüente elevação dos preços, agravou o problema do balanço de pagamentos. As taxas internacionais de juros continuaram subindo, complicando ainda mais a situação”. (id. p. 502)

Já não havia tanta facilidade de créditos como nos anos anteriores e a situação fora inegavelmente agravada.

Delfin Netto optou assim por refrear a economia no início da década de 1980. Para isso foram tomadas as seguintes medidas: aumentou-se a taxa básica de juros, diminuiu-se o investimento do governo e das áreas privadas e limitou-se a emissão de moeda. (cf. id)

Desde 1947, não se sentia tamanha crise no país. Iniciam-se, entre os anos de 1981 a 1983, os anos de recessão.

Já em 1981, o PIB apresentou números negativos, caracterizando uma queda de 3,1%. Durante os anos seguintes, o país obteve declínio médio de 1,6% (cf. id)

Os setores mais atingidos pela recessão foram os industriais direcionados aos bens de consumo duráveis, como os de automóveis e de eletrodomésticos, por exemplo.

A renda do trabalhador médio declinou e o poder de compra baixou consideravelmente. Especula-se que o período foi tão grave quanto os anos de crise referentes à conjuntura de 1929.

Diante da situação de crise e do “freio” no setor econômico, a inflação deu indícios de queda, após ter atingido o impressionante índice anual de 110,2%. Em meados do segundo semestre de 1981, o índice de inflação atingiu 95,2%. No ano seguinte, contudo, a média inflacionária voltava a subir e atingia 99,7%. (cf. id)

Figueiredo, apesar da crise econômica, prossegue com o processo de abertura do regime, iniciado por seu antecessor Geisel.

Dá-se assim a lei da anistia, que promove o retorno ao país de muitos exilados pela linha-dura militar.

A linha-dura, contudo, não se manteve aparte ou subserviente e promoveu uma série de retaliações. Houve ataques à bomba aos jornais da oposição. Uma carta bomba foi enviada ao presidente da OAB, vitimando a secretária da instituição. Em 30 de abril de 1981, durante a realização de um festival de música no Riocentro, outra bomba, que não fora instalada, explodiu dentro de um automóvel. No interior do veículo havia dois militares que foram atingidos pela explosão. (cf. id.)

O governo instaurou uma investigação acerca do ocorrido. Os envolvidos no episódio, por sua vez, alegaram inocência. Os investigados, agraciados pela condescendência do julgamento militar, foram isentados dos ataques.

### **1.9.1 – As alterações no panorama político e econômico**

Para Fausto (2007:508), “as eleições se transformavam em plebiscitos em que se votava pró ou contra o governo. O voto contra conferido ao MDB abrigava diferentes ideologias e refletia descontentamentos de todo tipo.”

Para tentar fragmentar a oposição que crescia e se organizava, o governo aprovou a Lei Orgânica dos Partidos.

A lei extinguiu os partidos existentes, Arena e MDB, e aprovava a criação de novas organizações partidárias. Além disso, a Lei Orgânica exigia a palavra “Partido” no início das novas denominações políticas. Assim a Arena modificou seu nome para Partido Democrático Social (PDS) e o antigo MDB manteve sua sigla, incorporando apenas a letra “P” ao seu nome e passou a chamar-se PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Em meio a esse quadro político, surgem novos partidos, a partir das forças rurais, trabalhistas, sindicais etc. Dentre eles destacamos o Partido dos Trabalhadores (PT), vinculado às forças sindicais e trabalhistas, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado e dirigido por Leonel Brizola, o Partido

Popular (PP), que reunia adversários conservadores, como Tancredo Neves e Magalhães Pinto, entre outros.

### **1.9.2 – As eleições de 1982**

As eleições de 1982 interessam-nos particularmente, porque, além de terem sido um evento ocorrido no ano da publicação do *corpus*, que será objeto da nossa análise, elas são mencionadas, ainda que indiretamente, durante o romance.

As eleições de 82 seguiram o calendário eleitoral mantido por Figueiredo e foram realizadas em novembro daquele ano.

Naquela eleição, o governo, temendo ser derrotado, cercou os oposicionistas, instituindo o voto vinculado. Essa modalidade de voto consistia em o eleitor, ao optar por um candidato de um determinado partido, deveria, nos demais níveis de representação política, votar nos candidatos da mesma sigla. Caso essa determinação não fosse obedecida, o voto seria invalidado e descartado.

A intenção do governo com a vinculação do voto era a de permitir ao PDS obter vantagens sobre as demais siglas partidárias, visto que esse partido tinha suas representações mais consistentes voltadas aos candidatos a vereador.

O PDS, se valendo desse estratagema, triunfou em muitos estados, mas perdeu nos grandes centros, tais como em São Paulo, que elegera Franco Montoro, em Minas Gerais, com a eleição de Tancredo Neves, no Paraná, com a vitória de José Richa etc., todos eles do PMDB.

### 1.9.3 – “Diretas já”

Em 1983, com uma iniciativa do PT, surge a campanha pelas eleições diretas. Essa campanha reivindicava o retorno do direito que fora suprimido durante o regime militar: o direito de voto direto. A investida do Partido dos Trabalhadores, entretanto, não obteve a repercussão esperada.

O PMDB, em junho do mesmo ano, engajou-se à campanha e, juntamente com o PDT, a CUT, a Conclat etc., realizou um comício, ainda que modesto, em Goiânia.

No início de janeiro do ano seguinte, o PMDB se dedicou à causa das eleições diretas de maneira mais contundente. Realizou-se, então, em Curitiba, um comício de proporções muito maiores, mobilizando um número considerável de pessoas.

Por iniciativa do governador Franco Montoro, outros comícios foram realizados na Praça da Sé, em São Paulo, congregando milhares de pessoas.

A partir dos comícios da Praça da Sé, a campanha pelas eleições diretas se espalhou pelo país, tendo seu núcleo na região sudeste, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

“A campanha das diretas já expressava”, de acordo com Fausto, “ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: expectativas de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.” (2007:509)

Apesar de haver uma série de manifestações pelo país, para que houvesse as eleições diretas, era preciso mais do que manifestações populares ou apoio de alguns políticos. Era necessário, sobretudo, que houvesse mudança na Constituição. Para isso era imprescindível haver uma votação, cujo resultado contasse com pelo menos dois terços do Congresso Nacional e aprovação, em seguida, pelo Senado. O PMDB não tinha apoio da maioria no Congresso

Nacional ou mesmo do Senado. Era preciso, portanto, que os membros do PDS votassem conjuntamente com os defensores das “diretas”.

A votação se realizou no dia 25 de abril de 1984. Havia enorme expectativa da população e para demonstrar seu anseio pelo voto direto, organizou-se uma manifestação, chamada “buzinação”. A emenda, todavia, não foi aprovada.

#### **1.9.4 – Eleições indiretas**

A derrota da campanha pelas eleições diretas causou um sentimento de frustração na população e na oposição. A batalha pela votação direta, no entanto, continuou no Colégio Eleitoral.

Para a sucessão presidencial, em meio a muitas ações nos bastidores e estratégias políticas, Paulo Maluf conseguiu sua indicação pelo PDS.

A indicação do paulista, para a presidência da República, gerou, porém, uma série de desentendimentos internos no partido, causando dissidências.

Os descontentes com a indicação de Maluf se uniram e, assim, formaram outro partido: o Partido da Frente Liberal (PFL). Esse novo partido, então, aproximou-se do PMDB e apoiou a indicação de Tancredo Neves à presidência.

Fausto lembra que apesar de “ser candidato de uma eleição indireta, Tancredo apareceu na televisão e nos comícios, reforçando seu prestígio e a pressão popular favoreceu a sua candidatura. Maluf tratou de utilizar suas técnicas de sedução na tentativa de ganhar um a um os membros do Colégio Eleitoral. Dessa vez, sua estratégia falhou.” (2007:511-512)

Em 15 de janeiro de 1985, a candidatura de Tancredo Neves e de José Sarney, para a vice-presidência, obteve êxito e venceu o candidato da situação. Pela primeira vez, durante o regime autoritário, a oposição chegava ao poder.

Tancredo Neves, contudo, não tomou posse do cargo de presidente. A doença o acometeu semanas antes da data de sua diplomação. José Sarney,



então, assumiu a presidência. Tancredo, tendo o quadro médico agravado, sofreu uma série de intervenções cirúrgicas, contudo, não resistiu e faleceu.

### **1.9.5 – Assembléia Constituinte**

Durante o governo de José Sarney, e em meio a muitos “planos econômicos” fracassados, organizava-se a nova Constituição.

A Assembléia Nacional Constituinte começou a reunir-se em 1º de fevereiro de 1987, finalizando os trabalhos oficialmente em 5 de outubro de 1988. Houve, no entanto, muitas críticas ao texto da Constituição. “As grandes empresas, os militares, os sindicalistas etc. procuraram introduzir no texto normas que atendessem a seus interesses ou se harmonizassem com suas concepções. Em um país cujas leis valem pouco, os vários grupos trataram assim de fixar o máximo de regras no texto constitucional, como uma espécie de maior garantia de seu cumprimento.” (Fausto, 2007:524-525)

A nova constituição, mesmo prevendo uma série de mudanças e pretendendo assegurar direitos e deveres individuais e coletivos, não garantiu o direito de voto direto.

Para que, enfim, o direito de voto fosse assegurado aos brasileiros, em 7 de setembro de 1993, houve um plebiscito, no qual a população escolheu entre os sistemas de governo republicano, monarquista ou parlamentar.

Somente depois dessa longa trajetória que aqui delineamos, foi restaurado o direito aos brasileiros de exercerem a escolha de seus representantes.

Os outros aspectos referentes aos direitos democráticos dos cidadãos, como a igualdade, a dignidade, o trabalho, enfim, os direitos que promovam e assegurem acesso à cultura, à segurança, à moradia, à saúde etc., ainda não foram firmados.

Fausto observa que o “fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos facilitou a

continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo o fim do autoritarismo levou o país a mais uma ‘situação democrática’ do que a um regime democrático consolidado” (2007:527)

Em meio a essa “situação de democracia”, na qual direitos fundamentais são suprimidos, sobrevive, em nosso país, uma parcela considerável de nossa sociedade. O romance, *Na Barra Catimbó* (1982), de Plínio Marcos, relata a dura realidade desses milhares de brasileiros, cujos direitos democráticos e constitucionais são diminuídos e, até mesmo, usurpados pela desigualdade social.

## 2 – Plínio Marcos: vida e obra

A arte não é somente uma manifestação expressiva ou uma materialização cultural. Toda criação ou recriação artística é composta por encadeamentos de sensações, de vivências, de pensamentos, entre outros. Além disso, disseminadas na alma do artista, suas experiências no meio social e a sua trajetória durante o período histórico somam-se aos seus princípios e se manifestam na criação artística. Artista e arte, portanto, representam e se transformam no reflexo do seu tempo. Desse modo, desassociar a arte do artista e o artista de sua época é suprimir fatos relevantes para o entendimento de sua obra e de sua finalidade social.

Para entendermos, portanto, uma criação artística, é preciso contextualizar homem, espaço e tempo, e com isso aproximarmos-nos de seu mundo e de sua obra.

Plínio Marcos, natural da cidade de Santos, nascido em 1935, circulou, desde muito jovem, por várias áreas profissionais, tais como a arte circense, a estiva portuária, o comércio popular (camelô), as forças armadas, o jornalismo, as artes cênicas (representação e dramaturgia) etc. Essa flexibilidade em poder “representar vários papéis” durante sua vida, já caracterizava uma alma irrequieta e com feições artísticas.

De acordo com Almeida (2003:51), a dramaturgia brasileira, a partir da década de 1950, “passa por um processo de renovação. Os problemas sociais começam a ser alvo da atenção e da preocupação do teatro que procura atuar como instrumento de transformação social.”

Envolto por esse contexto, o surgimento de Plínio Marcos no teatro dá-se em 1959, com a peça *Barrela*, obra que denuncia a violência carcerária, fato que já dividia as celas com os presidiários da época.

A ditadura militar, fortemente presente e atuante no país, agia contra qualquer criação ou expressão artística que visasse a ir contra as imposições governamentais. Para isso a repressão, o autoritarismo, a tortura etc, eram as

formas pelas quais o governo se valia para diminuir os protestos dos meios artísticos e populares.

Diante da postura opressiva da ditadura, Almeida (2003:52), baseada em Peixoto (1989: 68-70) observa que a

promulgação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), acarretou inúmeras dificuldades no campo artístico. A instalação da censura nos meios de comunicação teve como resultado a proibição de apresentações teatrais, a mutilação de textos, perseguição e exílio de atores e diretores. Por essa razão, a fim de escapar à ação violenta da censura, os textos passavam por processos de modificação que deixavam a expressividade subordinada à “elaboração de formas” escolhidas com a finalidade de “ludibriar a censura” e assim denunciar a atuação repressiva.”

A propósito da atuação repressiva e ditatorial, em edição comemorativa da Folha On-line - Ilustrada 50 anos (24/11/2008), Plínio Marcos tem uma de suas declarações relembradas:

Quase não tenho possibilidade de fazer Teatro neste país, onde um governo de força impede a manifestação das artes. Isso tudo é lamentável, mas dá bem a idéia do triste momento que vivemos no Brasil. Somos quase tão tristes quanto os estudantes poloneses, que estão nas ruas defendendo a liberdade de expressão. Infelizmente, nós ainda não temos uma tradição de luta que nos permita responder com energia e rapidez a cada afronta que o governo faz à liberdade. É doloroso ver um país de analfabetos, famintos, desempregados, com um presidente que lê peças de teatro, não para aumentar sua cultura, mas para proibi-las.

Tenho a impressão que o povo brasileiro está farto de mordça.  
(originalmente publicado em 16/03/1968).

Diante da situação imposta pelo governo, dramaturgos como Guarnieri, Plínio Marcos, dentre outros contemporâneos, se depararam com a necessidade de ocultar, nas entrelinhas de seus textos, os pontos fundamentais de suas montagens teatrais, para assim não sofrerem censura das suas peças. Ainda assim, contudo, o regime militar proibiu a apresentação de muitas obras de Plínio Marcos (cf. Almeida, 2003: 52)

A respeito da censura imposta pelo regime militar, Soares (2001: 58) observa:

As informações sobre Plínio Marco, sejam em entrevistas, artigos ou comentários escritos sobre ele, confirmam o seu caráter contestador por sua obstinação em denunciar as injustiças em tempo de transição, procedimento que lhe trouxe muitas dificuldades.

Plínio Marcos é considerado um dos maiores dramaturgos de nosso país. Sua obra é composta por vários gêneros: prosa, poesia, dramaturgia, campo no qual atingiu maior destaque, além de muitas peças adaptadas ao cinema e à televisão.

Dentre suas obras, podemos destacar: *Barrela* (1959), *Navalha na carne* (1968), *Quando as máquinas param* (1971), *Histórias das quebradas do mundaréu* (1973), *O abajur lilás* (1975), *Uma reportagem maldita – Querô* (1976), *Inútil canto e inútil pranto pelos anjos caídos* (1977), *Dois perdidos numa noite suja* (1978), *Novas histórias da Barra do Catimbó* (s/d), *Na Barra do Catimbó* (1982), etc.

Suas obras têm, como distinção fundamental, “a inovação na linguagem e, principalmente, a ousadia na arte da dramaturgia, repensando a cenografia, valorizando o ator e envolvendo o espectador, provocando o debate. Leva para o

palco cenas de fatos, ambientes, costumes do cotidiano marginal, usando linguagem até então proibida pelas regras e convenções sociais, portanto ignorada pelos dramaturgos conservadores e proibida pela censura.” (Soares, 2001:56).

A linguagem marginal, as palavras obscenas, a escrita coloquial e não condizente às normas gramaticais cultas e aceitáveis, o modo de fala popular, os termos gírios etc. são empregados por Plínio Marcos, em seus textos, com o intuito de buscar uma apresentação verossímil das figuras representadas em suas personagens, conferindo autenticidade aos fatos expostos.

A propósito do emprego da linguagem em seus textos, Plínio Marcos explicou:

Escrevo assim porque é assim que o povo fala. Não faço pesquisa de linguagem. Vou para o cais de Santos, falo com o pessoal e fico atualizado na gíria. Sou um repórter que vê os fatos e os põe no palco. (Folha On-line - Ilustrada 50 anos (24/11/2008) - originalmente publicado em 16/03/1968)

Sua preocupação em retratar as prostitutas, os cafetões, os negros, os trabalhadores migrantes, os menores de rua, os assaltantes e assassinos etc., traz aos olhos da sociedade toda a violência, o sofrimento, a miséria e a falta de oportunidades de um povo que tem sua vida, esperança e fé subsistindo escondidas nos becos das favelas e em seus barracos, nos botecos das periferias, nas celas das carceragens, nas sombras da marginalidade social às quais muitos homens, mulheres e crianças estão submetidos.

### 3 – Recursos lingüísticos e o prestígio social dos usos

Para tratarmos de *uso e de prestígio lingüístico*, é preciso, *a priori*, termos em vista o que se entende por *uso de maior* ou *de menor prestígio* e o que determina as posições sociais que os falantes ocupam na sociedade.

#### 3.1 – Prestígio social dos usos lingüísticos

Sabemos que nossa sociedade é dividida em classes sociais e que, nessa divisão, há um conceito de hierarquia social que determina o poder que uma dada classe social detém sobre as outras. Nas classes de maior posição, ou *prestígio social*, encontram-se várias subdivisões que norteiam as normas e as regras de convívio, tidas como sinônimos de bom gosto, de conhecimento, de poder etc.. Dentre essas posições de maior destaque social, como a política, econômica, etc., a que nos interessa, propriamente, é a que norteia os usos lingüísticos tidos como referência de bom uso, ou seja, a *classe culta*.

De acordo com os estudos de Preti (cf. 2006:14), podemos observar que há duas modalidades orais que podem diferir a classe de maior prestígio social e a de menor prestígio: a *culta* e a *popular*. A primeira é praticada por aqueles que têm, em tese, maior grau de escolaridade, que moram em grandes centros urbanos, que possuem acesso à cultura etc., e que, por isso, teriam uma preocupação maior de expressar-se de modo apropriado à sua condição. A segunda é praticada por pessoas cujos níveis de estudo são menores, por aqueles que não têm acesso às diversas modalidades culturais etc., e que, diante disso, preocupações de ordem lingüísticas não são fundamentais. O autor continua:

As linhas que delimitam essas variedades, porém, são tão tênues que se entrecruzam. Não raro, caminham paralelas, próximas, apresentam coexistência de formas, em virtude de os falantes que as praticam desempenharem uma variedade muito grande de papéis sociais. (id.)

Deparamo-nos, então, com a dificuldade em definir, em tese, o que seriam as pessoas *cultas* e, portanto, de maior *prestígio social*, por meio da fala, visto que as formas *popular* e *culta* se entrecruzam.

Cabe-nos, então, observar outro ponto referente à ideia de *prestígio*, que pode ajudar na questão: os *papéis sociais*.

### 3.1.2 – Os papéis sociais

Podemos entender por *papéis sociais* as posições desempenhadas pelos indivíduos, na sociedade em que vivem:

O conceito sociológico de *papel* está intimamente ligado ao de *status* e ambos se referem à participação do homem no *grupo social*. Assim, é natural entendermos que cada indivíduo tem uma posição dentro de um grupo (seja ele um grupo restrito ou *primário*, como a família; ou um grande ou *secundário*, como o Estado, por exemplo). Mas, podendo pertencer a vários grupos sociais, pode ocupar também várias posições sociais. Poderá, por exemplo, ao mesmo tempo, ser o pai, na família; o professor, na escola; o jogador na equipe esportiva; o pregador, na Igreja etc. A essas posições sociais definidas do indivíduo no grupo costuma-se chamar *status*. (Preti, 2006: 180).



Observamos, deste modo, que as posições sociais englobam questões de valores sociais (*status*), de acordo com a função empenhada pelo indivíduo no grupo social e que cada indivíduo interfere nos demais grupos, relacionando-se com eles.

Temos, deste modo, a definição de *prestígio* e de *papéis sociais* e a ideia de pessoa *culta*. A partir dessas afirmações, podemos entender, portanto, quais são os parâmetros que determinam quais usos linguísticos são tidos como de maior ou menor *prestígio social*.

### **3.1.3 – Papéis sociais e *status* – uma abordagem do ponto de vista linguístico**

Observamos que a língua é um fato social e que nesse acontecimento está baseada toda uma série de ocorrências que vai além do estudo da língua como objeto de interesse puramente gramatical.

A língua, além de instrumento de comunicação, funciona como um elo de identificação entre os interlocutores e a observação dessa ocorrência ajuda a entender como alguns fatos sociais contribuem para que determinados usos sejam utilizados.

O ato de comunicação, segundo Aléong (1983), funciona como uma ação de interação e pode adquirir formas diversas, de acordo com aquele que a emprega (cf. p. 2). Esse fato determina que haja vários usos, mediante a intenção ou ao interlocutor com quem se trata.

Ao referir-se à língua como “veículo simbólico”, o autor sublinha o fato de que ela é um instrumento de interação social, que vai além do fato da fala, e que, por isso, outros recursos expressivos são utilizados para que um indivíduo se exprima, tais como um gesto, um manear de cabeça, seu vestuário, modos de se

apresentar etc.. Tudo isso, lembra o autor, passa informações a respeito do indivíduo que convive no meio social e o faz expressar-se. (cf. id.)

Esses atos sociais de expressão carregam valores que permitem àquele que faça parte do ato de comunicação desempenhar determinada postura social. O falante, deste modo, além de comunicar-se, exprime um conjunto de informações a seu respeito que o enquadra em determinado subgrupo do emaranhado social.

Para explicar os fatos que regulam os comportamentos ou posturas linguísticas, e, portanto, sociais, Aléong parte de três pontos (cf. p.3):

- I – As formas de enquadramento social: a família, a escola, o direito etc.
- II – A interação e os papéis sociais:
- III – A consciência ou a percepção de si mesmo.

O primeiro age de modo que os envolvidos nesses grupos sigam determinadas posições que os ajustem ao convívio geral, funcionando como parte integrante da base social. O segundo engloba o convívio do indivíduo como ser social e seu relacionamento com os demais membros do(s) seu(s) grupo(s). Essa participação do indivíduo, em determinadas áreas sociais, confere-lhe e atribui-lhe uma posição de maior ou de menor destaque nas camadas sociais, o que chamamos de *status*. O terceiro, por fim, refere-se a como o indivíduo se sente e como se insere no meio social e o faz atribuir, de maneira subjetiva, o valor ao *status*.

Para o autor, o indivíduo pode ser formado a partir de dois prismas concomitantes: o indivíduo como ser único e como ser social. A participação do sujeito nos vários grupos que formam nossa sociedade determina sua formação como indivíduo social. Podemos citar como exemplo as profissões, as etnias, as religiões, os gêneros, a idade, o local de origem etc. (cf. p.3).

Uma pessoa, portanto, ao participar de vários grupos sociais ao mesmo tempo, age de acordo com o grupo no qual ela está inserida, visando sempre à compreensão e ao tratamento adequado, mediante ao seu *status* ou ao papel social representado. Aléong se vale de um exemplo que ilustra essa afirmação, ao citar o que ocorre em Wolofs, no Senegal, cujos falantes utilizam formas diferenciadas de saudação, de acordo com o interlocutor e com seu *status*, variando as formas familiares/afetivas ou as formas tensas, referindo-se aos interlocutores de maior posição social, de maneira respeitosa. (cf. p.9)

Os papéis sociais e o *status* interferem, portanto, na linguagem dos integrantes de diversos grupos, marcando-lhes sua posição social, sua intenção de comunicação, seu grau de afetividade, de intimidade etc.

#### **3.1.4 – Papéis sociais e formas de tratamento**

Como já observamos nas palavras de Preti (2006:180), podemos entender por papéis sociais as funções que cada indivíduo exerce em seu grupo ou comunidade, com atitudes e modos determinados, de acordo com o caráter inerente à sua modalidade. Sendo possível, ainda, a cada pessoa exercer mais de um papel social, uma vez que, mesmo grupos primários (pequenos), como a família, se ligam a grupos secundários (maiores), como grupos profissionais, religiosos, acadêmicos etc..

Dentre os diversos papéis sociais, é sabido que, em nível social, há os de maior evidência e os de menor destaque, de acordo com sua importância, caracterizando assim a idéia de *status*.

Como notamos, nas afirmações de Preti, chamamos de *status* as posições sociais atribuídas aos membros de um grupo, sendo-lhes conferidas características diversas. Ainda sobre *status*, o autor afirma:

Um *status* pode ser atribuído ou adquirido. No primeiro caso, a sociedade, em razão do sexo (pode-se falar de *status* de uma mulher casada), da idade (o *status* do idoso, por exemplo), da raça (o *status* do negro, por exemplo), da classe social (o *status* do nobre, na sociedade antiga, por exemplo) da religião etc., estabelece uma série de comportamentos a que o indivíduo deve obedecer, em função de seu *status*. O nobre, o cavaleiro, por exemplo, na sociedade antiga, possuíam um *status* atribuído que o acompanha a vida toda. Independente de qualquer adversidade, obrigando-os a comportamentos rigorosos e prefixados. Já o *status* adquirido conquista-se pelo mérito, pela competição, como o dos cargos eletivos ou o dos profissionais liberais, dos empresários etc. Esse *status*, também, vai exigir dos indivíduos escolhidos comportamentos julgados convenientes. (2006:180-181).

De cada pessoa, portanto, de acordo com seu *status*, seja ele atribuído ou adquirido, espera-se comportamentos adequados às suas funções ou às suas atuações sociais. Podemos afirmar, deste modo, que o indivíduo deixa de ser (pelo menos aparentemente) a pessoa que é, para tornar-se aquilo que é vinculado ao seu status social. Em Goffman, encontramos uma observação que melhor delinea essa afirmação:

Às vezes, [o indivíduo] agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim. Ocasionalmente, expressar-se-á intencional e conscientemente de determinada forma, mas, principalmente, porque a tradição de seu

grupo ou posição social requer este tipo de expressão, e não por causa de qualquer resposta particular (Goffman, 2004: 15).

O indivíduo, portanto, assume o que Goffman chama de *fachada* (2004: 29), e assume não uma personalidade específica, mas uma visão projetada sobre uma imagem social. O político, por exemplo, deixa de ser o homem atrás do cargo eletivo e passa a ser o próprio papel que ele deve representar como pessoa pública, e vive em função dessa representação, exigindo que as pessoas, que com ele convivem, o vejam e o tratem como tal:

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de exigir que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. (...) Conseqüentemente, quando um indivíduo projeta uma definição de situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar.(id.p. 21).

Os indivíduos, exercendo seus papéis sociais, portanto, diante de uma “exigência moral”, impõem e esperam, como direito pessoal, um tratamento condizente ao papel social representado por eles. Isso nos remete, então, à função que a língua exerce no âmbito social e como ela permite que seus usuários se refiram e se dirijam às pessoas das mais diversas posições sociais (*status*):

### 3.1.5 – Modalidades de tratamento

Já observamos que, de acordo com o papel social representado pelo indivíduo, há uma maneira apropriada de tratá-lo, visto que o conceito social de *status* determina um tratamento adequado ao indivíduo e este, por sua vez, espera que o tratem de modo correspondente à posição que ocupa. Há, entretanto, diferentes modalidades e intenções de tratamento, além das que determinam *status*:

De uma maneira geral, pode-se dizer que as formas de tratamento estão ligadas a fatores diversos, como intimidade, solidariedade, polidez, afetividade, reverência, hierarquia, poder. Podem ocorrer nos diálogos ou nos vocativos e, nestes, apresentam uma grande variedade, aberta às mais inesperadas *situações de comunicação*.

Em português, o sistema de tratamento pode ser representado: 1) por formas nominais, ou seja, pelos pronomes pessoais (*tu, vós*); 2) por formas prominalizadas, isto é, com valor de pronomes pessoais (*você, senhor, Vossa Excelência; Vossa Senhoria* e suas variações); 3) por formas nominais, constituídas por nomes próprios, prenomes, nome de parentesco ou equivalentes, antecidos de artigos, uso restrito ao português de Portugal, ou ainda, por uma grande variedade de nomes empregados como vocativos, ou formas de chamamento. (Prete, 2006: 184-185).

Podemos verificar, então, que a língua portuguesa oferece uma ampla possibilidade de tratamentos, para melhor desempenhar uma ideia, função, papel

social etc., simbolizando o conceito de diferenças, sejam elas hierárquicas, afetivas, não-íntimas etc., entre os indivíduos que dela se servem.

### 3.1.6 – Usos linguísticos de maior prestígio e língua padrão

Em Rosenblat (1967), encontramos a constatação de que a língua é um instrumento de cultura e de expressão (cf. 122). Podemos afirmar, portanto, que o modo de falar do indivíduo pode identificar-lhe, além de suas intenções de comunicação, sua condição social, sua origem, seu nível de estudo, enfim tudo que o caracterize como ser social. A fala desse indivíduo pode ser aceitável, ou não, dependendo do ambiente em que ele se encontre. Haja vista que as classes sociais tidas como *cultas*, determinam se a fala do indivíduo atende às necessidades de expressão adequadas, caracterizadas pela *norma padrão*.

Para Rosenblat, a *norma padrão* é a *língua ideal*, aceita por uma grande comunidade e que serve de modelo de expressão. Essa *língua padrão*, que é caracterizada, segundo a afirmação de Paul Garvin e de Madeleine Mathiot, pela “forma codificada y gramaticalizada de uma língua” (cf. 125), é determinada pela classe de maior *prestígio social*, pois, tida como *culta*, detém o poder de proclamar o que é correto e o que é incorreto nos usos linguísticos.

A problemática de determinado uso ser correto ou incorreto, por outro lado, não envolve, apenas, uma questão de se adequar, ou não, uma variante linguística à norma gramatical. Abrange, também, questões de valores individuais ou coletivos, o que nos remete à *aceitabilidade dos usos* e aos *critérios de correção*.

### 3.1.7 – “Corretistas” e “anticorretistas” : aceitabilidade do uso linguístico

Como observamos, a questão de se expressar correta ou incorretamente não envolve, apenas, pontos de ordem gramatical, mas, também, de valores culturais e sociais. Ou seja, os usos atribuídos às *classes cultas* são tidos como mais adequados, em detrimento dos usos que fogem a essa visão, por questões sociais que envolvem hierarquia e questões de valores .

Tratar, portanto, da aceitabilidade, mediante essas questões e discutir sobre correção ou não-correção, não implica, apenas, debater a propósito de norma gramatical, mas, também, do indivíduo e do meio social que o cerca.

Diante dessas ideias, deparamo-nos, então, com a seguinte problemática: é válida a defesa da correção?

No estudo de Rosenblat, encontramos as seguintes afirmações, que tratam da ideia da anticorreção:

No existe ni el bien ni el mal, la corrección ni la incorrección; el habla de cada cual es tan legítima e irreprochable como la de cualquier supuesta autoridad, y toda intromisión es dañina. La prescripción de correcto o incorrecto aumenta la división entre clase superior e inferior precisamente cuando necesitamos mayor unidad” (...) “es un resabio de actitud anti-democrática, incompatible con las aspiraciones modernas”, “es una forma de *snobismo* y de discriminación social. (id. 137)

Apesar de as ideias delineadas tocarem em pontos muito importantes, acerca dessa problemática, e trazer à discussão a questão social como um grande complicador nesse tema, o autor afirma que tais opiniões são, de certo modo, extremistas e seria impossível, até mesmo aos “anticorretistas”, a negação da



ideia de que há formas de *maior* ou *menor prestígio social* nos usos lingüísticos (cf. 139), e para contestar esse extremismo, o autor afirma:

Los usos lingüísticos, como todo comportamiento social, responden siempre a una norma, estricta en unos casos, flexible en otros. (id. 140)

Podemos entender, desse modo, que há certa flexibilidade nos usos lingüísticos e que todo uso obedece a uma determinada norma, sendo esta de maior ou de menor prestígio, e que a língua é mantida por hábitos sociais e que seu sistema de uso pode, por isso, variar de acordo com as circunstâncias ou com o meio social.

Diante dessa observação, nas palavras de Fries, Rosenblat propõe:

El maestro debe desarrollar en los alumnos el uso libre del lenguaje apropiado a las ideas, a la ocasión y al interlocutor. Debe proveerles las formas de mayor aceptabilidad social. (id. 139)

Observamos, portanto, que os usos corretos são aqueles empregados de acordo com as circunstâncias de interação social. O indivíduo deve saber se comunicar mediante as diferentes ocasiões com as quais ele se depara, tendo em vista que ele pode expressar-se despreocupadamente, com seus amigos, usar linguagem afetiva, com pessoas íntimas, quando necessário, ou, até mesmo, empregar *termos gírios*, se esses forem os melhores meios de expressão e a situação assim lhe propiciar.

Em nível social, no entanto, o modo mais valorizado de expressão é modo de falar *culto*. Isso não impede, contudo, que o falante mantenha determinado uso que o familiarize com um certo grupo social, mas que ele deve, para atingir outros

grupos sociais, valer-se de os todos níveis de expressão que nossa sociedade abrange.

### **3.2 – Interação nos diálogos e as marcas conversacionais**

#### **3.2.1 – A Análise da Conversação**

A Análise da Conversação (daqui por diante AC), segundo Marcuschi (1991:6), visa a observar os “aspectos envolvidos na atividade aconversacional.” Ou seja, o intuito da AC é tentar compreender como a conversação se desenvolve, como os falantes se entendem, como emissor e receptor atingem uma conversação coordenada e uma compreensão mútua, como são criadas condições para que a conversação se desenvolva etc. (cf. id. 7)

Para entendermos como a conversação se realiza, é preciso observamos alguns pontos fundamentais que compõem o ato conversacional:

A conversação “é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicaremos pela vida afora.” (id. 14). O ato conversacional é, dentre as várias formas de comunicação, uma ação natural do individuo e se desenvolve com ele diante da necessidade de compreender e de ser compreendido.

Para que a conversação seja uma ação efetiva e bem sucedida, segundo Orecchioni (2006:8) “não basta apenas que dois falantes (ou mais) falem alternadamente, é ainda preciso que eles se falem, ou seja, que estejam, ambos, ‘engajados’ na troca e que dêem sinais desse engajamento mútuo”. Ou seja, para que a conversação ocorra com propriedade, é preciso que haja interação entre os falantes. Isso significa que falante e receptor, além de se revezarem na troca de turnos (se alternarem nas ações de falar e de ouvir) , precisam interessar-se pelo tema da conversação, indicar que a conversa está fluindo e atingindo pontos

comuns (seja com um acenar de cabeça, seja com uma troca de olhares etc), sentirem-se atendidos em seus anseios e expectativas conversacionais (indicados, muitas vezes, por marcadores conversacionais) etc. (cf. Orecchione, 2006:7-10)

### **3.2.2 – Turnos e troca de turnos**

Ao analisarmos o ato conversacional e seu funcionamento, é preciso observar que toda conversação é situada em um contexto ou em uma circunstância em que os falantes estão inseridos (cf. Marcuschi, 1991:18). Além disso, a conversação fundamenta-se, no que Marcuschi, apoiado em Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), denomina de “troca de turno” (id. 17)

A “troca de turno” baseia-se no conceito de “falar um de cada vez”. Ou seja, cada falante deveria obedecer a um conjunto de regras, socialmente estabelecido, no qual cada falante espera o momento apropriado de falar e de ceder a vez para que o outro fale, e assim sucessivamente, caracterizando a conversação.

Podemos constatar, entretanto, que a conversação, muitas vezes, não obedece ao sistema pré-estabelecido de “falar um de cada vez” e os falantes podem tomar o turno concomitantemente, ocasionando o que chamamos de falas simultâneas ou de sobreposições de fala (cf. id.23).

Diante dessas observações, Marcuschi afirma:

As falas simultâneas e as sobreposições de vozes são momentos cruciais na organização conversacional, pois aí o sistema pode entrar em colapso. Os mecanismos reparadores de tais situações constituem outro tipo de organizadores conversacionais ao lado das técnicas de tomada de turno. (1991:23)

As falas simultâneas podem ocorrer, quando os falantes se auto escolhem e falam durante o turno do outro, ou seja, falam ao mesmo tempo. As sobreposições, por sua vez, se dão quando o ouvinte, concordando ou não com a fala do participante que detém o turno, interfere durante sua fala, sem tomá-la para si. (cf. id.)

### **3.2.3 – Marcas da oralidade: pausas, hesitações, silêncios e marcadores conversacionais**

As trocas de turnos podem ser caracterizadas, também, pelos silêncios e hesitações que podem servir como “convite à tomada de turno” ou até mesmo como uma “espécie de co-autoria” de turno (Marcuschi, 1991:27). Nesse caso, contrariamente às falas simultâneas, podemos observar que o falante que detém o turno cede sua vez para que o outro fale.

Geralmente os silêncios e as hesitações “servem como momentos de organização e planejamento interno do turno e dão tempo ao falante de se preparar.” (id.).

Além das hesitações e das pausas, os marcadores ou sinais conversacionais também têm funções importantes no ato conversacional. Esses recursos, característicos da oralidade, podem ser categorizados em (cf. id. 68):

Sinais do falante				Sinais do ouvinte		
Pré-posicionado		Pós-posicionado		Convergentes	Indagativos	Divergentes
Início de turno	Início de unidade comunicativa	Final de turno	Final de unidade comunicativa	Exemplos	Exemplos	Exemplos
olha	então	né?	né	sim	será?	não
veja	aí	certo?	não sabe	ahã	não diga	duvido
bom	daí	viu?	certo?	mhm	mesmo?	discordo
mas	portanto	entendeu?	entende?	claro	é?	essa não
eu	veja	sacô?	de acordo?	pois não	ué?	nada disso
não,	e	é isso aí?	tá?	de fato	como?	nunca
não	assim	e então?	não é?	isso	como	perai
epa	por exemplo	é ou não	etc.	ah sim	assim?	calma
perai	digamos que	é?		ótimo	o quê?	etc.
certo	quer dizer	etc.		taí	etc.	
sim	eu acho			etc		
sei	como vê					
não	etc.					
etc.						

Os marcadores conversacionais podem ser, ainda, subdivididos em três categorias: verbais, não-verbais e supra-segmentais. (cf. id. 63)

Os marcadores verbais são aqueles que não contribuem com novas informações acerca do tema da conversação e servem apenas para situar a conversação diante do contexto, indicando interação entre os falantes. Segundo Marcuschi (id.) , muitas dessas palavras não são sequer lexicalizadas, por exemplo: ué, ahã, mm etc.

Os marcadores não-verbais, por sua vez, podem ser compreendidos por meio de sinais corporais, tais como um olhar, um manear de cabeça, um sorriso, um gesto etc.

E, por fim, os marcadores supra-segmentais são aqueles que, apesar de não serem verbais, são de caráter linguístico, como as pausas, o tom de voz etc. (cf. id. 63-65).

Os sinais conversacionais podem ser dados, como observamos no quadro, tanto pelo falante, quanto pelo ouvinte. O falante pode valer-se dos sinais ou marcadores conversacionais, segundo Marcuschi (id. 71), para

sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, monitorar o ouvinte, explicitar intenções, nomear e referir ações, marcar comunicativamente unidades temáticas, indicar início ou final de uma asserção, dúvida ou indagação, avisar, antecipar ou anunciar o que será dito, eliminar posições anteriores, corrigir-se, auto-interpretar-se, reorganizar e reorientar o discurso etc.

O ouvinte, por sua vez, pode utilizar os marcadores conversacionais para

orientar o falante e monitorá-lo quanto à recepção. Aos sinais de concordância como “ahã”, “sim”, “claro”, o falante pode animar-se; aos sinais de discordância como “não”, “impossível”, o falante pode reformular-se ou acrescentar algo mais, sinais como “diga, diga”, promovem uma exploração adicional do tópico, e assim por diante. Marcam a posição pessoal do ouvinte localmente, encorajam, desencorajam, solicitam esclarecimento e não têm apenas uma função fática ou algo semelhante.

### **3.3 – Usos gírios**

#### **3.3.1 – A gíria**

Para entendermos a gíria e os empregos linguísticos que fazem dela um instrumento constantemente difundido na fala comum, é preciso termos em mente que estamos tratando de um “fenômeno tipicamente sociolinguístico” (Preti, 2006:66). Ou seja, podemos compreender os usos gírios como um acontecimento intrinsecamente ligado aos fatores sociais que incidem na vida do falante.

Segundo Preti, podemos estudar esse fenômeno em presença de duas perspectivas: a *gíria de grupo* e a *gíria comum*. A primeira pode ser entendida como “um vocabulário de grupos sociais restritos, cujo comportamento se afasta da maioria, seja pelo inusitado, seja pelo conflito que estabelecem com a sociedade”, e a segunda, como “vulgarização do fenômeno, isto é, o momento em que, pelo contato dos grupos restritos com a sociedade, essa linguagem passa a fazer parte do vocabulário popular, perdendo sua identificação inicial.” (id.). Assim podemos compreender a *gíria de grupo* como a linguagem utilizada por policiais, por marginais, por artistas, por estudantes etc., em uma situação de interação e de identificação grupal, e a *gíria comum*, como a linguagem que outrora era específica de um grupo particular e que passa a ser empregada, de maneira mais abrangente, pelo conjunto social.

#### **3.3.2 – Expressividade da gíria**

Atualmente, podemos constatar, na fala comum, que a gíria tem sido usada por um número cada vez maior de falantes e tem sido empregada com mais frequência na mídia. Diante dessa observação, Preti afirma que muitos “estudos

modernos do fenômeno gírio, considerados, por exemplo, aqueles dos últimos dez anos, vêm apontando uma ampliação considerável do uso desse vocabulário, nas mais diversas situações de comunicação” (Preti, 2006:87).

A linguagem que outrora determinava grupos de menor prestígio social, como os marginais, por exemplo, hoje, tem muitos de seus termos usados sem essa classificação, de modo a perder seu estigma de linguagem de grupo. É comum, desse modo, ouvirmos o emprego da gíria nos corredores e salas de aula das escolas e universidades, nas empresas, no comércio, nos programas televisionados etc. Tal fato pode ser compreendido diante do caráter expressivo, criativo que muitos vocábulos gírios possuem, fazendo deles a linguagem mais apropriada em momentos menos tensos da conversação.

Para entendermos tal afirmação, é importante lembrarmos que a língua é um sistema em evolução contínua. A gíria, recurso linguístico da comunicação diária, funciona como um conjunto expressivo a mais, fruto dessa evolução constante.

O vocabulário gírio, além de possuir propriedade expressiva importante, ainda apresenta uma série de fatores que favorece o ato conversacional, tais como (cf. Preti, 2006:66-70):

Em determinados contextos da conversação, a flexibilidade de significados, a dinâmica, rapidez e despojamento nos empregos dos termos gírios podem fazer dessa linguagem uma opção a mais de interação, uma vez que atuam como facilitadores no entendimento diário. Os termos gírios podem, ainda, funcionar como indicadores de ironia, de agressão, de humor, de competitividade etc., e propiciar à comunicação uma propriedade semântica mais intensa que o modo de expressão culto.

O uso da gíria pode agregar, ainda, um *status* de contemporaneidade, de atualização a seu tempo àquele que a emprega, de identificação com os grupos com quais há necessidade de interação, de demonstração de personalidade etc.



O vocabulário gírio, além de ser altamente expressivo, carrega consigo um conjunto de informações acerca dos aspectos socioculturais do falante, podendo revelar, assim, dados significantes da vida daquele que o emprega.

### **3.3.3 – Aspectos sócio-culturais da gíria**

Observamos, nas palavras de Preti, que “a gíria é fenômeno tipicamente sociolinguístico” (2006:66). E a utilizamos “porque ela é geralmente mais vívida, vigorosa e expressiva do que as palavras de uso padrão.” (Wentworth & Flexner, 1967:9).

Ao empregar um termo gírio, o indivíduo não apenas expressa uma ideia ou uma necessidade. Ele também comunica uma série de fatores sócio-culturais que compõe sua vida. Para Wentworth e Flexner “a gíria é utilizada para mostrar aos outros (e para que nos lembremos) nossa formação biográfica, mental e psicológica; para mostrar nosso social, econômico, geográfico, nacional, racial, religioso, educacional, ocupacional...” (1967: 11).

Entendamos, portanto, que os usos gírios estão diretamente ligados aos aspectos socioculturais do falante e seus usos podem passar, desse modo, informações importantes a respeito da vida do sujeito, tais como sua visão de mundo, sua relação com a sociedade, sua posição social etc. (cf. Wentworth & Flexner, 1967:14-16).

### **3.3.4 – Usos gírios e grupos sociais**

O conceito de grupo social, segundo Horton & Hunt (1981:128), é caracterizado não apenas “pela proximidade física, mas pela consciência de interação conjunta.” Ou seja, um grupo social não pode ser definido apenas como

uma reunião de pessoas. É preciso que os indivíduos envolvidos em um grupo tenham em mente que eles fazem parte desse conjunto de pessoas e que partilham dos mesmos conceitos sócio-ideológicos.

Se observarmos os grupos por meio da linguagem, como aqui nos propomos, percebemos que eles configuram o que Carvalho (1967: 291) classifica de “comunidade linguística”, cujo cerne “constitui um grupo mais ou menos extenso de indivíduos ligados entre si pela convivência e pela participação mais ou menos direta e atuante nas mais variadas atividades e nas mais variadas ordens de interesses, mediados ou imediados, quer materiais, quer espirituais.” A linguagem empregada pelo indivíduo, peça de um conjunto social, está diretamente ligada ao seu meio e ao grupo do qual ele faz parte, de modo que o uso lingüístico pode ser demarcador de nível cultural, de faixa etária, de profissão, de condição social etc. e assim evidenciar a qual ou a quais grupos sociais ele pertence.

Os grupos sociais são formados por conjuntos de maior ou de menor número de integrantes. Podemos adotar como exemplificação de grupos pequenos, a família, restritamente composta por pais e filhos, e como amostra de grupos grandes, as empresas que congregam pessoas dos mais variados costumes, ideologias, *status* etc., que, por sua vez, são representantes de outras comunidades, sejam elas religiosas, acadêmicas, esportivas etc., formando, deste modo, um imenso emaranhado social.

### **3.3.5 – A gíria e sua ligação com a marginalidade**

O estudo da gíria, por ser um “fenômeno tipicamente sociolinguístico” (Preti, 2006:66) deve considerar, portanto, não apenas os aspectos linguísticos que a envolvem, mas também os sociais. Sua característica fundamental é ser empregada como uma “linguagem de grupo”, cujo uso caracteriza uma linguagem particular e restrita.

Os grupos restritos, como no caso da marginalidade e de criminosos das mais diferentes esferas, por exemplo, empregam os termos gírios como uma linguagem fechada, conferindo-lhe um sentido “criptológico, cujo domínio pertence apenas a um grupo restrito de falantes.” (Preti, 2006:89)

Para Ferrero (1974:02-03) o emprego da gíria tem por intuito principal o de “subtrair-se ao controle dos outros, estabelecendo um tipo de comunicação decifrável somente por quem possua seu código colocando-se, assim, fora da norma social. Essa circunstância tem feito da língua especial dos malfeitores a gíria por excelência”.

O emprego criptológico, secreto da gíria, além de ser uma forma de identificação e engajamento grupal, caracteriza, também, no caso da marginalidade, uma forma de preservação e de autodefesa, de modo que apenas os iniciados nesse tipo de linguagem a compreendem. Assim, em meio aos

marginais do crime, por exemplo, a ausência da compreensão do ouvinte para determinado vocábulo pode ser uma forma infalível de identificar o inimigo. Por outro lado, um vocábulo gírio, uma simples forma de saudação pode ser o sinal de identificação que permite o início de uma interação que se processará livremente, dentro da linguagem de grupo (Preti, 2006:89).

Seguindo o mesmo pensamento, Cabello (1991:50) afirma que em um “primeiro estágio, a gíria marginal circula no âmbito restrito de um grupo marginal. Aí, parece como léxico criptológico e funciona como elemento de identificação e de auto-afirmação dos falantes. Neste ponto aproxima-se ela do *argot* moderno. E, ao mesmo tempo, veículo de comunicação, de defesa e de preservação do grupo restrito, sendo de observar que quanto mais forte o sentimento de união e coesão grupal, mais se acentuam as características diferenciadoras do grupo em relação à classe dominante.”

A necessidade de manter a linguagem fechada ao grupo restrito faz com que haja uma constante renovação de seus vocábulos, de modo que, assim que um termo passa a ser difundido na linguagem comum, outro seja empregado para substituí-lo. Esse artifício é um dos recursos que fazem com que o vocabulário gírio seja efêmero e constantemente recriado, fato este que dificulta sua documentação e seu estudo (cf. id.).

Podemos observar, porém, que a gíria, mesmo sendo essencialmente uma linguagem fechada em um grupo restrito, não se mantém exclusivamente como um privilégio do grupo, uma vez que um termo gírio, ao passar para a linguagem comum, deixa de ser uma palavra característica de um grupo particular e torna-se de domínio de outros grupos ou de domínio geral.

“A gíria de grupo”, segundo Preti (2006:91), “apresenta como característica básica a sua forma criptológica, sugerindo no seu uso que os interlocutores pertencem a uma parcela especial da comunidade. No momento em que aumenta a sua popularidade, tornando-se conhecida dos falantes em geral, essa gíria despersonaliza-se e perde sua condição de *signo de grupo*.”

Assim, podemos afirmar que um termo gírio que originalmente pertencia a uma linguagem marginal ou carcerária pode, por exemplo, ultrapassar os muros das prisões ou mesmo as barreiras sociais e ser empregado na linguagem comum.

Para Cabello (1991:51), o processo de transição de linguagem restrita à comum que a gíria percorre, pode dar-se da seguinte forma:

As relações sociais (...) agem sobre a dinâmica da linguagem e o emprego da gíria vai, pouco a pouco, se estendendo para certos contextos situacionais onde, em tempo anterior, não era desejada nem admitida. Caminha para um segundo estágio ao extrapolar os limites do grupo restrito, e penetra em um domínio intermediário, no qual ainda não perde o estigma do grupo e origem, mas não está, ainda, incluída na linguagem comum. Esse segundo estágio e de domínio intermediário são os da gíria de trânsito. Daí ela passa a um terceiro estágio, no qual perde aquele estigma, quando se

vulgariza: é o estágio da gíria comum. Daqui pode passar facilidade à linguagem comum.

Apesar de muitos falantes direcionarem a gíria a uma comunidade marginal e defini-la como linguagem de foras da lei, sabemos que os usos confrontam essa afirmação. Por mais que um termo gírio possa ter sido originalmente criado com uma intenção criptológica e de preservação grupal, seja ele marginal ou não, é temeroso afirmar que a linguagem gíria é algo facultado apenas à marginalidade, até porque em nossa sociedade há uma série incontável de grupos sociais, cada um com sua linguagem característica e, portanto, com sua gíria particular. Observemos, por exemplo, os termos técnicos, a linguagem acadêmica, os termos empregados pelos jovens nos corredores escolares etc., caracteristicamente expressos como signos grupais, cujos significados estão fechados, muitas vezes, aos membros desses grupos.

Não podemos dissociar totalmente, por outro lado, a gíria da marginalidade. A gíria é ainda uma forma característica de emprego linguístico dessa parte da sociedade, por razões que foram expostas no início deste item. Desse modo devemos caracterizar a gíria não apenas como uma linguagem de um determinado grupo social, seja ele marginal ou não, mas sim como uma linguagem de grupos sociais. Fato esse observado por Ferrero (1972:04), que afirma que a “gíria não tem unicidade precisa, mas confunde e amalgama fala de grupos bem diversos entre si, é feita de infinitas outras gírias bem diversas entre si”. Assim, mesmo que os mais diversos grupos sociais possuam um modo particular de expressão e vocábulos característicos de grupos específicos, os termos gírios transitam entre os diversos grupos que, somados, formam o que nomeamos de sociedade.

### 3.3.6 – Usos gírios na linguagem escrita

A gíria, além de ser um recurso a mais de expressão em conversações menos tensas, tem sido utilizada constantemente na imprensa, como podemos observar nos jornais diários, nas revistas, nos programas de televisão, de rádio etc.

A mídia passou a atingir, a partir da década de 50, um número cada vez maior de pessoas (cf. Preti. 1984: 121-122). Para informar os leitores, cujos interesses de leitura e/ou de informação geralmente voltam-se para temas cotidianos, como violência, esporte etc., alguns canais midáticos propiciam uma linguagem caracteristicamente menos tensa, ou seja, mais popular. Deste modo, a escrita dos meios de comunicação passou a admitir que recursos linguísticos, outrora desprestigiados por seu caráter *inculto*, surgissem, fossem empregados e aceitos na escrita.

Uma vez que os aspectos mais populares de expressão oral passaram a ser aceitos pela mídia, a gíria continuou enveredando no campo da escrita e atingiu, também, a escrita literária. Palavras, expressões, usos linguísticos que antes não eram empregados na linguagem escrita, caracterizadamente culta, passaram a ser utilizados em muitos textos literários. Segundo Preti (1984:104), esse acontecimento pode ser entendido da seguinte forma:

A penetração da fala na prosa literária pode ocorrer de várias formas. Primeiramente, através do discurso direto, em que se perde a noção dos vários *registros* das personagens e toda linguagem se rotula pelo nível do narrador. Também o discurso indireto livre representa uma tiragem da voz narrativa, mas nele aproveitam-se muitas variantes da fala das personagens, ficando, muitas vezes, nebulosos os limites entre ambas. O discurso direto, teoricamente, representa a transcrição dos vários níveis da linguagem, na medida em que o autor aceita as variações de *norma*

dos grupos sociais que retrata, bem como todos os desvios linguísticos provenientes da ação de fatores sócio-culturais sobre as personagens.

Por último, um processo de empatia, a linguagem do narrador e das personagens ou do grupo social a que elas pertencem entram em sintonia. Há plena incorporação das variações da fala, mesmo as mais populares...

De acordo com Urbano (2000:135), podemos observar que “a linguagem que usam os falantes está condicionada a uma variedade muito grande de níveis ou registros linguísticos, de acordo igualmente com uma muito grande variedade de fatores condicionantes das situações e dos próprios falantes que produzem socialmente os mais diversos tipos linguísticos.” Desse modo, muitos autores se valem de expressões populares, de gírias, de linguagem violenta, obscena etc., em busca de um modo de expressão fidedigno, visando à verossimilhança dos tipos representados em suas personagens.

### **3.3.7 – A construção da linguagem: a gíria e sua formação**

A gíria não é uma linguagem nova ou independente da linguagem comum, uma vez que, em seu processo de construção, não há criação de termos novos, além dos existentes na língua. Ocorre, para formação da gíria, uma recriação de palavras e de significados, cujos fundamentos se enraízam e se dão a partir da linguagem comum, de modo que os termos gírios se valem da fonética, da morfologia, da sintaxe e do léxico da linguagem comum, para sua formação. (cf. Cabello, 1991:51)

Cabello (1991:50) assim caracteriza os processos de construção dos termos gírios, apresentando os seguintes aspectos:

1. linguagem altamente conotativa, mas com pouco aproveitamento das formas sutis de relação e com grande número de especializações semânticas;
2. freqüência da sufixação, em torno da base semântica originária;
3. supressão fônica e derivação por encurtamento de vocabulário, feitas por um povo que mais ouve do que lê;
4. tendência à formação de oxítonas e de formas verbais da primeira conjugação;
5. presença de composição onomatopaica e de repetição de bases significativas com propósito intensificador, além de composições equivalentes e qualificadores;
6. empregos de termos com sentido especializado;
7. depreciação de seres, valores e instituições advindos da sociedade dominante;
8. adaptação fônica e empréstimos;
9. tendência à concretização do abstrato;
10. gosto por formas rimadas; e
11. predileção por certas palavras-eixo (bastante concretas) e por conceitos-eixo (relativos à prostituição, ao dinheiro, ao jogo, ao roubo, ao tóxico etc.).

É importante salientar, ainda, que, aliados a esses aspectos, estão as questões sociais que também agem de modo a contribuir para a formação da gíria, tais como ideologia, grau de escolaridade e cultural, profissão, idade, nível socioeconômico etc. do grupo.



### 3.4 – A linguagem obscena e injuriosa ou o “palavrão”

Tratar de linguagem obscena é tratar de tabus e de questões que ultrapassam o conceito meramente linguístico, uma vez que, assim como os termos gírios, esse tipo de linguagem carrega em si aspectos morais, éticos, sociais etc.

As palavras obscenas (ou popularmente os “palavrões”) têm seus termos baseados nos tabus sexuais e nos escatológicos, depreciando, geralmente, essas ações, o que caracteriza sua vulgarização.

É comum ligar-se, em nossa sociedade, os termos obscenos a uma “linguagem baixa” e, por isso mesmo, empregada pela “classe baixa” da sociedade, ou seja às pessoas com menor grau de instrução ou desprovidas de posses materiais. Isso ocorre porque, segundo Preti (1984:28), “as próprias raízes rurais de nossa sociedade, conservadora, em particular no campo ético, sempre conduziram a uma acentuada preocupação purista na língua, a preconceitos arraigados contra neologismos, formas populares e termos obscenos, mormente na linguagem escrita”

Atualmente, todavia, podemos observar que há um declínio na posição preconceituosa de algumas vertentes sociais, como por exemplo na classe artística, e muitos termos anteriormente tidos por imorais, hoje, expressam uma atitude informal e despojada. Esse fato pode ser entendido, ainda segundo as palavras de Preti (id.), uma vez que no

contexto urbano brasileiro, o uso cada vez mais intenso da linguagem obscena, em registros *coloquial* e *comum*, estaria possivelmente ligado a duas causas: primeiro, os conflitos sociais, a violência, a insatisfação crescente, motivada pela crise econômica; segundo, a revolução sexual, talvez como forma paliativa para esses mesmos conflitos, o afrouxamento dos tabus morais, conseqüente de uma ausência cada vez maior da educação

religiosa (talvez pela mudança de direção da própria filosofia da Igreja brasileira), o aviltamento da escola, pelo descaso do governo.

É preciso observamos, também, que a aceitação de usos, que outrora causavam o repúdio de alguns falantes, revela uma mudança de postura e de atitude social, fato este ligado a “toda uma ideologia moral de uma época” e que “os valores éticos que o povo atribui às palavras não se alteram a não ser em função das próprias alterações da estrutura social”. (Prete, 1984:29)

Em alguns contextos, as palavras obscenas, além de serem comumente empregadas por falantes como uma linguagem comum, atingem também as mídias, sejam elas impressas ou televisionadas, e fomentam o sucesso de muitos estilos musicais, de filmes e de programas de televisão (principalmente os direcionados aos jovens). “A própria literatura contemporânea”, afirma Prete (1984:43), “incorporou esse vocabulário ao estilo de seus escritores, incursionando perigosamente pelos domínios da linguagem vulgar, pitoresca, que, às vezes, entretanto, se revelou eficiente para transpor a ideologia da violência e da agressividade urbana, através da palavra de seus narradores ou de suas personagens.”

As palavras obscenas, devido ao emprego excessivo, no entanto, têm perdido, ao longo dos tempos, sua força inicial e muitas delas já não causam repúdio a alguns falantes ou sequer soam como imorais. Um termo, que pode ser considerado uma palavra vulgar diante das normas de etiqueta e do bom uso, pode não ter o mesmo sentido agressivo para outro, devido ao emprego e à constância desse emprego dado pelo falante:

Dentro dos limites da nossa sociedade, podemos dizer que estamos vivendo hoje, no Brasil, a época desmistificadora do “palavrão”, paralela à rápida superação dos tabus morais de toda espécie que ele representa.” (Prete, 1984:42).

Pode-se afirmar, portanto, que as palavras obscenas não apenas se “popularizam” ao longo dos anos, mas assim como a gíria, se “elitizam”, e rompem, desse modo, barreiras sociais e linguísticas, derrubando, portanto, antigos tabus e conceitos morais.

### **3.5 – A linguagem como forma de agressão**

#### **3.5.1 – Conceito de violência**

Discutir a violência é, *a priori*, colocar em questão alguma situação ou atitude que foi violada. Essa violação pode, em muitos casos, não estar necessariamente ligada a um ato de violência física, mas a uma transgressão das normas determinadas pelo contrato social de convivência.

Quando um fundamento ético é ultrapassado ou desrespeitado, a sociedade anseia por uma resposta, ou seja, exige punição àquele que, por algum motivo, foi levado a transgredir uma norma que fora naturalmente entendida e absorvida pelos demais membros da sociedade.

Entender a violência é, portanto, pensar a sociedade juntamente com os códigos sociais que a norteiam e, sobretudo, avaliar as razões que induzem um indivíduo a não respeitar esses códigos.

Sobre o conceito de violência, Dias (2003:101) afirma:

A apreensão da violência é complexa, porque sendo um produto de sociedades ela muda de fisionomia e de escala de acordo com as mudanças dos aspectos da vida social. Nesses termos, coloca-se como impossível conceber e apreender a violência independentemente de critérios e pontos de vista.

De acordo com Michaud (1984:12), esses pontos de vista relacionados à violência “podem ser institucionais, jurídicos, sociais e às vezes pessoais – segundo a vulnerabilidade física ou a fragilidade psicológica dos indivíduos.”

Diante de tantos pontos de vista diversos, como caracterizar, de modo unívoco, a violência?

Dentre os vários pontos de vista, para definição do termo, ainda nos baseando no pensamento de Michaud (id), acreditamos que um sentido plausível para o conceito de violência é aquele defendido pelo autor:

A violência é portanto assimilada ao imprevisível, à ausência de forma, ao desregramento absoluto. Não é de espantar se não podemos defini-la. Como as noções de caos, de desordem radical, de transgressão, ela com efeito envolve a idéia de uma distância em relação às normas e às regras que governam as situações tidas naturais, normais ou legais. Como definir o que não tem regularidade nem estabilidade, um estado inconcebível, no qual, a todo momento, tudo (ou qualquer coisa) pode acontecer? (...) A palavra “violência” é então como a denominação de uma situação de caos absoluto, comparável ao estado de natureza de Hobbes, onde reina a guerra de todos contra todos.

Atualmente muitos atos violentos têm causado espanto à sociedade. Inúmeras pessoas vivem reclusas em condomínios, evitam sair de casa a partir de determinada hora do dia, temem ir a certos locais, refugiam-se em seus automóveis, amedrontadas diante da possibilidade de serem vítimas.

Odalía (1991:12) afirma, todavia, que o “viver em sociedade sempre foi um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces.”

As “várias faces” da violência, de que a autora trata, remete-nos à caracterização dos tipos de violência, como veremos no tópico seguinte.

### 3.5.2 – Tipologia da violência

Ao pensarmos em violência, é comum caracterizarmos-la como uma ação física, relacionada à força, à brutalidade etc. A violência, entretanto, abrange outros aspectos além do meramente físico.

Para Odália (cf. 1991:), a categorização da violência pode ser feita da seguinte forma:

- I - A violência original
- II - A violência institucionalizada
- III - A violência social
- IV - A violência política
- V - A violência revolucionária

A primeira pode ser entendida como aquela que é natural do homem e dos seres. Podemos sumariá-la como um ato de agressão, como violência física por meio da força, da hostilidade etc.. A segunda – violência institucionalizada – pode ser definida como aquela que norteia o que é tolerável ou não em nossa sociedade por meio de leis, dos atos governamentais e/ou empresariais etc. A terceira – violência social - é aquela a que estamos submetidos em nossa sociedade, tais como a pobreza, a violência no trânsito, a poluição, o capitalismo e seu sistema de produção e de consumo etc.<sup>1</sup>. A quarta – violência política – pode

---

<sup>1</sup> É importante ressaltarmos que, segundo o autor, todo tipo de violência é uma violência social, uma vez que o emprego dessa nomenclatura é dirigido a “certos atos violentos que: ou atingem, seletiva e preferencialmente, certos segmentos da população – os mais desprovidos, evidentemente - , ou, se possuem um alcance mais geral, são apresentados e justificados como condições necessárias para o futuro da sociedade.” (Odalia, 1993: 39)

ser caracterizada por um assassinato político, por um ato terrorista, por uma guerra, por fraudes públicas, etc. A quinta – violência revolucionária -, por fim, se dá, segundo a autora, quando há uma “transformação que afeta de maneira essencial as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, de uma sociedade” (1991:64). Podemos citar, por exemplo de revolução, a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Soviética<sup>2</sup> de 1917.

Dentre os tipos de violência aqui delineados, a que nos interessa propriamente é a violência social, já que é o tipo de violência que engloba a linguagem.

### **3.5.3 – Violência na linguagem**

Dentre os tipos de agressão, tais como uma ação violenta contra o físico ou o psicológico, a linguagem, também, pode apresentar-se como um ato de violência.

A palavra age como uma forma de agressão, quando ela é empregada em uma situação de embate, seja para a defesa ou o ataque, entre os falantes. Em uma discussão, por exemplo, a palavra é a arma de que se valem os envolvidos nesse conflito.

De acordo com Maffessoli (1994:57), assim define-se o conceito de palavra:

A palavra é o que responde e o que elucida e, seja nas reuniões públicas ou nas discussões supérfluas no cafezinho, seja

---

<sup>2</sup> Segundo o autor a violência revolucionária “é, também, inquestionavelmente, uma violência política; no entanto, ela goza de um prestígio tal que, muitas vezes, a palavra ‘revolucionário’ é utilizada para justificar movimentos políticos que longe, muito longe, estão de ser revolucionários.” (Odalía, 1993: 63)

no falatório cotidiano ou no intenso diálogo do encontro, ela é o paradigma da relação social, ela é, no sentido comum do termo, a troca simbólica por excelência, pois ela permite o acordo ou o confronto (a diferença é, neste caso, pouco importante) de subjetividades que se assumem enquanto tais e se superam umas às outras, nem mesmo movimento, numa alteridade plural.

Em nossa sociedade, a batalha constante pela dominação, a necessidade de ganhos e de posses materiais, os embates entre as classes sociais etc. conduzem o homem à violência verbal. Deste modo, compreender “a fala como elemento da violência social, é compreendê-la como superação da atomização; ora, é exatamente no princípio da separação, poderíamos mesmo dizer no princípio da identidade, que reside a essência do poder.” (Maffesoli id.). A palavra tem poder, e tem mais poder ainda aquele que a detém. A linguagem, por sua vez, age como a representação expressa desse poder.

A gíria e os termos obscenos caracterizam a linguagem violenta, uma vez que esses recursos da linguagem têm por finalidade a defesa e a agressão:

Falando diferente, estropiando a linguagem usual, ele [o falante] agride o convencional, opõe-se ao *uso* aceito pela maioria, e deixa marcado seu conflito com a sociedade

Mas esse fenômeno, em termos de linguagem, ultrapassa o limite do conflito grupo x sociedade. Como a linguagem obscena, por exemplo, a gíria perde sua ligação com grupos, integra-se na fala e na vida do povo, em particular das camadas mais humildes, e alcança a condição de um verdadeiro instrumento na luta de classes. (Preli, 1984:05-06)

### 3.6 – Expressões da fala popular ou frases feitas

É corriqueiro ouvirmos, na linguagem comum, um conjunto de expressões que se liga ao modo de fala popular. Essas expressões, conhecidas como frases feitas, são empregadas como um recurso linguístico fundamentado no senso-comum e são, freqüentemente, expressas mecanicamente pelos falantes. Segundo Dias (2003:70), se nós observarmos “a linguagem oral do dia-a-dia, veremos que os falantes não manifestam muitas variantes para expressar as mesmas ideias, utilizando com frequência frases feitas.”

Frases como “quem não chora, não mama”, “cada um por si, Deus por todos”, tal pai, tal filho”, “lugar de mulher é na cozinha” etc. são empregadas pelos falantes em conversas habituais e devido a seu sentido amplo, perpetuam ao longo dos tempos, se enquadram e atendem a muitos atos conversacionais:

Esses tipos de frase, muitas vezes, em razão da carga expressiva, fogem à estrutura comum das demais, por não apresentarem elementos básicos como sujeito e predicado. Denominadas por Martins (1989) como frases incompletas (inorgânicas, inarticuladas, elípticas), têm seu sentido vinculado a uma situação de comunicação, no contexto linguístico. (Almeida, 2003:65)

As expressões fixas, como no caso dos provérbios ou mesmo das frases feitas, de acordo com Salomão (2001:14) “são objetivas, diretas, de compreensão imediata, conclusivas. Sua constituição lingüística se reveste de extrema simplicidade, mas atende a certas necessidades definidas da linguagem. Originárias da linguagem oral, as frases feitas são muito utilizadas pelos falantes de uma língua nas situações da vida cotidiana, porque, em poucas palavras, são



capazes de transmitir conceitos que demorariam a ser explicados. Além de serem portadoras de expressividade, as frases feitas representam uma economia de tempo na comunicação, já que os membros de uma comunidade possuem um certo estoque dessas expressões em sua memória e podem reconhecê-las rapidamente e atribuir-lhes sentido.”

As frases feitas, por outro lado, também podem denotar certa dificuldade do falante em elaborar e expressar seus pensamentos e argumentos, uma vez que, ao recorrer a uma fala recortada e de domínio geral, o falante apenas reproduz o já dito, sem de fato expor um pensamento particular. É importante mencionarmos, também, que o falante, ao empregar uma expressão cristalizada, não só fala por si, mas também assume a voz dos outros, como se houvesse um consenso social expresso, exposto e apoiado em sua fala.

### **3.7 – Estratégias narrativas: personagens da narrativa e narrativa das personagens**

Como observamos no item 3.2.1, a Análise da Conversação, segundo Marcuschi (1991:6), visa a observar os “aspectos envolvidos na atividade aconversacional.” O intuito da AC é, portanto, tentar compreender como a conversação se desenvolve, como os falantes se entendem, como emissor e receptor atingem uma conversação coordenada e uma compreensão mútua, como são criadas condições para que a conversação se desenvolva etc. (cf. id. 7).

Dentre as estratégias conversacionais de que os falantes se valem, para que o ato conversacional ocorra com propriedade, encontra-se a narração. A respeito da narrativa, durante um diálogo, Preti (2006:22) afirma:

O ato de narrar fatos durante uma conversação pode ser analisado como um recurso de que o falante dispõe para referir-se a

eventos ocorridos e que têm ligação com o tema sobre o que está falando. Para Tannen (1984:97), “a narrativa não é uma categoria discreta, mas um protótipo. Alguns textos verbais são mais narrativos do que outros. A narrativa prototípica ou histórica (uso termos um pelo outro) reconta eventos que ocorrem no passado.”

As narrativas podem ser observadas em três formas distintas: narrativa do tipo reprodução, narrativa do tipo notícia e narrativa do tipo afirmação (cf. id. 22). As narrativas por meio de uma reprodução ocorrem quando o falante pode tornar-se o “protagonista do fato e pode atuar como um autêntico ‘ator’ na representação verbal do evento.” (id). Nesse tipo de narrativa há um conjunto de detalhes, de ilustrações etc. acerca do que é exposto. As narrativas por meio de notícia dão-se com menor aparecimento de detalhes. Isso ocorre dado ao distanciamento temporal dos eventos reproduzidos. As narrativas por meio de afirmação, por fim, limitam-se à simples síntese dos acontecimentos rememorados. (cf. id.)

“As narrativas”, desse modo, “fazem parte da estratégia do falante para marcar melhor certas afirmações ao longo da conversação e têm ligação direta com as falas que antecedem e se seguem.” (Id.). O falante, portanto, ilustra ou “atua” durante suas afirmações e explicações, para que haja acréscimo na taxa de informação de sua fala e para conferir, igualmente, maior credibilidade àquilo que está sendo exposto.

## **4 - O desempenho linguístico das personagens do romance *Na Barra do Catimbó***

### **4.1 – A fala das personagens e os usos linguísticos de maior e menor prestígio social**

Como observamos no item 3.1, os usos linguísticos empregados pelo falante podem revelar uma série de informações a seu respeito. De modo que pode-se inferir, por meio da fala, qual é o grau de formação e de cultura do falante, por exemplo. Verificamos também que essa divisão nem sempre se sustenta, uma vez que os usos tidos como cultos e populares se inter cruzam, caracterizando, portanto, uma linguagem comum.

No romance, *Na Barra do Catimbó* (1982), a variedade de fala empregada pelas personagens é especificamente marcada por uma linguagem comum, mais particularmente classificada de linguagem popular, repleta de desvios em relação à norma culta, de termos gírios, de palavras obscenas etc. Plínio Marcos, portanto, para criar uma atmosfera de maior realidade e de verossimilhança na fala de suas personagens, emprega o modo de fala popular em seu texto.

Ao longo da leitura do romance, percebemos que as personagens são vítimas de muitas privações, dentre elas a falta de acesso à educação. Os diálogos, assim sendo, são marcados por uma série de desvios de ordem gramatical, caracterizando usos desprestigiados diante dos critérios normativos e sociais.

Selecionamos alguns exemplos da obra que configuram o nível de fala das personagens:

Ex. 01:

- Damo de comer pros exus e pros santos e pra quem chegar no pedaço. Aviso todo o povão das quebrada do mundaréu. Os atabaque vão tocar pra sete nação: Aruanda, Gege, Angola, Keto, Alaketo, Nagô e Mucuri. E também vai ter candomblé de caboclo. A curriola da pesada vai fazer samba duro. Vai ter partido-alto. Ah, nega boa, nós vai fazer a terra tremer em honra do pivete que vai nascer. (p.16)

No primeiro exemplo, a leitura apresenta-nos um nível de fala menos tenso, despreocupado com as regras gramaticais mais elementares, caracterizando, não somente uma fala menos prestigiada socialmente, mas também a existência de *economia linguística* nos usos. Essa *economia linguística* é comum na fala, uma vez que evita-se, durante o ato de fala, a redundância no emprego do plural. Para aclararmos tais afirmações, podemos apontar a falta de concordância nominal em: “Aviso todo o povão das quebrada do mundarel.” e: “Os atabaque vão tocar pra sete nação” e, ainda, ausência de concordância entre pessoa e verbo em: “Ah, nega boa, nós vai fazer samba duro.”.

Ex. 02:

- As peixeira eles teve de enfiar no cu, moleque. Foi ou não foi, Azulão? (p. 50)

Além da ausência de concordância nominal, a falta de concordância verbal também marca a fala das personagens.

Nos diálogos, contudo, não se encontra somente o nível de fala popular. As personagens do romance, ora empregam a variante de fala popular, ora a culta, variando muitas vezes ambas e empregando-as em uma mesma fala:

Ex. 03:

- (...) A Barra do Catimbó cresceu. E onde as famílias dançam? Alguém da Barra do Catimbó correu na São Silvestre? Não. Porque temo um timão, mas agora precisamos de um clube.  
(p. 49)

O texto nos apresenta, em um mesmo turno, dois níveis de fala. A personagem ora expressa-se concordando os termos gramaticais, como nos trechos: “E onde as famílias dançam?” e “(...) mas agora precisamos de um clube.”, ora não os concorda, como no trecho: “Porque agora temo um timão...”. Esse tipo de ocorrência é comum na fala popular e também serve-nos de exemplificação para corroborar a afirmação de que as formas cultas e populares se inter cruzam.

Os níveis de fala culto e popular, como podemos observar nos exemplos, são empregados pelas personagens do romance, como uma linguagem comum, configurando, portanto, um modo verossímilhante de expressão ligado à classe menos prestigiada. O autor, desse modo, não “corrige” as falas de suas personagens ou as adequa à variante escrita, caracteristicamente culta, para assim conferir maior realidade ao texto e às personagens.

#### 4.2- Os usos linguísticos dos falantes da Barra do Catimbó e sua ligação com os papéis sociais

No romance, *Na Barra do Catimbó*, há uma série de papéis e funções sociais que as personagens representam. Apesar de haver certa regularidade na posição social das figuras apresentadas (praticamente todas são do mesmo nível sócio-econômico-cultural), há um conceito hierárquico obedecido pelas pessoas representadas no romance. De acordo com a função ou posição de cada personagem, é possível se observar que a linguagem é empregada de acordo com seu *status*.

No romance, a personagem com maior poder e, portanto, com maior *status*, entre os moradores da favela, é representado por Bubu Intrujão. A característica principal dessa personagem é a de comprar objetos furtados ou roubados. O nível econômico que o Intrujão obtém propicia-lhe dominar os demais membros da favela. Sua linguagem é caracterizada por ser menos tensa, linguisticamente nivelada às demais personagens da comunidade. O que diferencia sua fala e apresenta sua relação de poder sobre os demais é a maneira dominadora e autoritária como ele se expressa:

Ex. 04:

- Uma cerveja gelada. Bem gelada. Estupidamente gelada.  
Anda, anda, anda. Gelada. Quero gelada. (p.82)

Ex. 05:

- Essa sinhá vaca, negrinha escrota, tem que se arrepender do que me fez. Quero ver ela atirada no mangue amanhã de manhã, sem orelha. Quem fizer o serviço pra mim e me entregar as orelhas da filha-da-puta da sinhá vaca como prova de que ela se acabou recebe um prêmio. Cinco milhão. Uma em cima da outra. Ela tá aqui na Barra do Catimbó, que eu sei. O ladrãozinho escroto, podem deixar de lado. Ele fez seu papel de machinho. Ganhou a sinhá vaca. Quero ela. Se ele for junto, paciência, não é encomendado por mim. Ela sim. Pago o que tou prometendo. Quem dançar ela, não precisa dar bandeira. É coisa só comigo e com ele. Apresenta as orelhas e recebe o dinheiro. E é só. (p.94)

Como podemos observar nos exemplos 04 e 05, a fala autoritária revela a posição superior de Bubu Intrujão. O verbo *querer* (“Quero agora” e “Quero ver ela atirada no mangue...”), constantemente empregado pela personagem, exemplifica como Bubu Intrujão dá ordens aos demais. A posição de poder que a personagem ocupa é caracterizada, portanto, por dois aspectos: por meio de seu poder econômico e, por consequência disso, por meio de sua fala.

Em nível de *status*, abaixo do Bubu Intrujão, estão as personagens Mané Cheiro de Peixe e Quim Ilhéu. A linguagem empregada pelos dois comerciantes (os mais abastados da comunidade) é, dentre os demais, a mais aproximada da norma culta. Além da maior posição social dos comerciantes, o que caracteriza suas falas é o fato de eles serem portugueses, o que diferencia sua linguagem:

Ex. 06:

- Eu sou homem para dizer “não pago” e ficar para o que der e vier. Mas o patrício aí, que é um unha-de-fome, muquinha como ele só, pode ver nisso uma boa forma de se livrar do concorrente. Paga. E enquanto eu fico a trocar tiros com os bandidos, ele fatura minha freguesia. (p. 41)

A fala da personagem portuguesa, Mané Cheiro de Peixe, como podemos constatar, é caracterizada por certa tendência a obedecer as regras normativas. Um exemplo de fala tipicamente portuguesa é apresentado no trecho: “Enquanto eu fico a trocar tiros com os bandidos...”. O emprego do verbo no infinitivo (a trocar tiros) não é comum na fala dos brasileiros. Na fala do compatriota de Mané Cheiro de Peixe, Quim Ilhéu, podemos constatar as mesmas características de emprego linguístico:

Ex. 07:

- Se estamos metidos nisso é por tua culpa. Se tu não se metesse com aquela galinha velha que te sustentava, não tinha esse aborrecimento. Ela que deve ter combinado com os bandidos alguma coisa pra se vingar de quem lhe tomou o dinheiro. O Zecão achou a idéia boa e veio em cima de todos. Que aquele matatáu não ia ter essas idéias de jerico por conta própria, lá isso não ia. (id.)

O emprego do pronome oblíquo *lhe*, no trecho “...para se vingar de quem lhe tomou o dinheiro.”, referindo-se a terceira pessoa do singular, é uma marca culta de expressão.



É preciso salientar, no entanto, que até mesmo as personagens de maior *status* empregam o nível de fala popular. Nos exemplos 06 e 07, podemos destacar o termo gírio *muquinha* e a ausência de concordância entre os pronomes pessoal e reflexivo e o verbo (“Se tu não se metesse...”) respectivamente.

Outra personagem que demonstra seu poder por meio da palavra é Dona Cotinha Boca-Grande. Assim como Bubu, Dona Cotinha, devido ao seu poder econômico, expressa-se sempre autoritariamente.

Ex. 08:

- Não quero saber quanto é. Se é pro filho-da-puta do Mané se danar, dou tudo em dobro. (p.54)

Ex.09:

- Tu é um lalau cabuloso. Roubou o clube e encheu o mulherio mais esculhambado do pedaço de presente. Que malandro tu é, Oscarino? Tu engana os otários. Mas eu não. Tu deu presente com a grana do clube. Só pode ser. Tu não trabalha. Como é que descola uma nota? Quero saber. E é bom tu me explicar. Se não amanhã a Barra do Catimbó inteira vai querer saber também. (p.103)

Os exemplos 08 e 09 são demonstrativos de como a personagem D. Cotinha se expressa. O dinheiro é um tema recorrente em suas falas e os modos agressivo e pedante são sempre empregados durante sua fala, de modo a demonstrar seu poder.

Oscarino Vaselina, homem que sonha em tornar-se vereador, é a personagem de maior destaque na narrativa. Sua fala se assemelha a das demais figuras do romance, misturando as variantes popular e culta:

Ex. 10:

- Nós tamos mal. Não tem escola. Não tem condução pra cidade. Temos que andar até a casa do caralho pra pegar ônibus. Não temos posto-médico. Não temos um telefone sequer. Não temos nada. Nós morre sem ser atendido. E não temos como se divertir. Tamos mal com Deus. Eu to vendo isso. Se fosse político, adiantava o lado da gente. Mas não sou. Paciência. Vou dar um clube pra Barra do Catimbó, que você são tudo gente boa. (p. 66)

Observamos, no exemplo, o emprego da variante linguística caracteristicamente popular, e, portanto, desprestigiada socialmente em: “Nós morre sem ser atendido.”, e: “E não temos como se divertir”, e, ainda, na mesma fala, o emprego considerado culto, em: “Não temos posto-médico. Não temos um telefone sequer.”

Ex. 11:

- Justamente Bubu. Justamente. Tu saca tudo meu lorde. Vivacidade está toda encarnada em ti. Por isso que tou te pedindo segredo. Penetra na minha, meu lorde. Se o mulherio descobre que estou dando presente pra uma nega, tou frito. Nunca mais ganho uma nega aqui no pedaço só na boa amizade. Dar presentes pra mulher desmoraliza, Bubu. Tu sabe disso, não sabe, meu lorde? (p. 27)

As falas de Oscarino, além de serem repletas de reduções (“tou”), de gírias (“penetra na minha”, “meu lorde”) etc, apresentam sempre o intuito de discurso político. A intenção da personagem de eleger-se, ainda que o sistema político da época não permitisse, como vimos no item 1 deste estudo, é expressa pelo modo bajulador e retórico. É preciso evidenciar, todavia, que a retórica de Oscarino Vaselina é nivelada com a fala das demais personagens. Ainda que o pseudocandidato tente empregar a variante culta, quando discursa, sua linguagem tende a manter o nível popular de expressão. O intercruzamento de ambas variantes, portanto, configura não apenas o intuito da personagem de impressionar seus interlocutores e possíveis eleitores, por meio da fala, mas, igualmente, uma tentativa falha de valer-se da variante culta, a cujo emprego a personagem não possui acesso e, tampouco, instrução linguística.

Ex. 12:

- Zenfia, na macumba se é pego pela boca. Se a fia promete, fica devendo. Se não dá, vira tudo contra ela. (p.54)

Ex. 13:

- Mas eu sei. Pode deixar comigo fia. Logo tudo vocês esquece a história da cueca. Vá na paz de Oxalá e na de Obá. (p.74)

Nos exemplos de números 12 e 13, encontramos a fala de Mãe Begum de Obá e Pai Bilu. No vocabulário dessas personagens encontram-se uma série de termos referentes aos africanismos e vocábulos ligados ao candomblé, uma vez que elas são pai e mãe de santo, como por exemplo o tratamento: “Zenfia” e a expressão: “Vá na pás de Oxalá e na de Obá.”

A personagem Catimbó, cujo nome intitula o romance, expressa-se de modo similar às demais. Tanto ele quanto as outras figuras apresentadas ao longo da narrativa valem-se das formas populares, de gírias, de vocábulos obscenos e violentos em suas falas, como podemos observar nos exemplos seguintes:

Ex. 14:

- Vai à merda, seu rato. No braço eu não te conheço e nas armas é pra quem der sorte. (p.09)

Ex. 15:

- Seus puto de merda. Tudo vocês são uns cagão. Até tu, Zecão. Um merda. São porra nenhuma. Tudo vocês são uns bosta. (p.86)

As formas ofensivas e injuriosas, como constatamos nos exemplos apresentados, são recorrentes na comunicação das personagens e a agressão, por meio da linguagem, é uma forma de comunicação comum.

Conhecedor da marginalidade e do submundo, Plínio Marcos, portanto, explora esse recurso, para demonstrar como um ambiente repleto de violência envolve uma comunidade e a habitua à brutalidade e à crueldade.

#### **4.3 – Nomes e papéis sociais**

Durante a narrativa, é patente a constatação de que as personagens apresentadas por Plínio Marcos não possuem sobrenomes. Esse acontecimento,

além de levar à triste constatação de que se trata de um povo sem passado e sem raízes familiares e, portanto, sem identidade e sem história, configura, também, a realidade de milhares de brasileiros apartados e carentes de condições mínimas de existência. Além disso indica, por conseguinte, que as funções sociais podem, muitas vezes, se sobressair à vida das pessoas.

É fato que papel social e *status* são altamente valorizados em meio social, como observamos no item 3.1.3. As personagens do romance, assim sendo, são tratadas em razão de sua função e do papel social que desempenham.

As personagens, com exceção de Catimbó, têm seus sobrenomes relacionados às funções sociais ou às características pessoais, como podemos verificar no levantamento apresentado no quadro:

<b>Nome da personagem</b>	<b>Função social ou característica pessoal</b>
Deixa-Que-Eu-Chuto	Personagem que sonha em ser jogadora de futebol.
Bolinha do Mobral	A única pessoa que havia estudado, na comunidade, mas que, devido sua formação escolar ter sido obtida por meio de curso de aceleração escolar, escreve e lê com dificuldade.
D. Cotinha Boca Grande	Dona de casa que mais se ocupa da vida alheia e de intrigas em geral do que com a própria vida.
Landinho do Mercado	Dono do mercado da favela.
Zeferino Paraíba da Obra	Trabalhador da construção civil.
Bilú Macumbeiro	Pai de santo.
Nega Bina Calcanhar de Frigideira	Cozinheira, antes de amasiar-se com Catimbó.

<b>Nome da personagem</b>	<b>Função social ou característica pessoal</b>
Mestre Zagaia	Perito na luta afro-brasileira Capoeira
Nega Dadeira	Uma das amasiadas de Catimbó, tida como mulher promíscua.
Ivan Papa-Defunto	Fabricante de caixões e mortalhas.
Cativeiro e Facada	Criminosos perigosos.
Zé Bigorna	Personagem que trabalha com ferragens e afins.
Mudinho (O Anta)	Personagem que não fala, por ter sido castigado pelas entidades da umbanda, porque falava muitos “palavrões”, em seu passado.
Pai Bilú	Pai de santo.
Bubu Intrujão	Comprador de objetos roubados ou furtados.
Oscarino Vaselina	Personagem sem profissão determinada. Personagem cuja característica principal é a de se sair facilmente de situações difíceis. Ela almeja, além disso, eleger-se politicamente.
Chupim	Pessoa interesseira e aproveitadora.

Além de serem atribuídas aos nomes das personagens suas características pessoais e funções sociais, os nomes dos lugares, igualmente, estão relacionados às suas características:

<b>Nome do local</b>	<b>Característica</b>
Ponte da Entrada e do Tchau	Entrada e saída da Barra do Catimbó.
Bica do Centro	Paragem no centro da favela de onde as personagens retiram água.
Ladeira das Piranhas	Local onde há zona de meretrício
Ladeira do Sacrifício	Subida íngreme do Morro do Urubu com Fome.
Ladeira do Urubu com Fome	Acesso principal ao morro.
Ladeira da Mula Gemedeira	Um dos acessos secundários ao morro
Morro/Pico do Urubu com Fome	Alto do morro da Barra do Catimbó, onde eram deixados cadáveres.
Cemitério da Cova Rasa	Local onde os cadáveres são deixados.
Prainhas das Lavadeiras e do Quarador	Lugar onde as mulheres lavam e secam as roupas.
Riacho das Águas Cristalinas	Riacho tido como místico, em cujas águas Maria Calcanhar de Frigideira lavara-se e engravidou-se.
Caminho do Mané Cheiro de Peixe	Acesso ao comércio da personagem mencionada.
Cachoeira das Lágrimas dos Encantados	Local onde fica o terreiro de Pai Bilu Macumbeiro.
Galinheiro do Seu Chico das Penosas	Local onde se comercializa aves.
Pracinha dos Botecos	Praça na qual há inúmeros bares.
Pesqueiro	Lugar onde há meretrício.

#### 4.4- Formas de tratamento em Catimbó

Como foi observado no item 3.1.4, as formas de tratamento são empregadas de acordo com as posições ou as funções sociais desempenhadas pelos indivíduos.

No romance, objeto de nosso estudo, as formas de tratamento também variam em presença do interlocutor da narrativa e de seu *status*. A posição social da personagem, portanto, justifica o tratamento que lhe é atribuído.

Ex. 16:

- Trabalho feito uma besta chucra, Dona Cotinha. Dia e noite. Noite e dia. E se não for assim, sei como será. (...) (p. 24)

Como já analisamos neste estudo, Dona Cotinha é a mulher mais abastada da Barra do Catimbó. A forma respeitosa *Dona*, ao referir-se a Cotinha, apresenta, portanto, respeito à senhora que, devido a sua posição social, merece o tratamento. Outro exemplo semelhante, baseado nas relações sociais e *status*, pode ser apresentado pelos exemplos seguintes:

Ex. 17:

- Sinto muito, Seu Oscarino, mas sou modelo dezenove, não voto. (p.26)



Ex. 18:

- Seu Oscarino, gostaria de saber se eu podia conseguir um desconto pra mim e a gente da minha casa ir nesse pequinique?  
(p.100)

O tratamento *seu*, forma popular de *o senhor*, evidencia como a personagem é tratada de maneira respeitosa. Oscarino, como já mencionamos, pretende ser candidato a vereador, ainda que o sistema político lhe impossibilite tal intenção. Apesar de ser atribuído a Oscarino *status* de candidato, essa posição nem sempre lhe confere o tratamento respeitoso e as personagens variam a forma de tratá-lo:

Ex. 19:

- Conta com meu voto, Oscarino. (p. 107)

A personagem é ora tratada por *seu*, forma popular de *o senhor*, e ora tratada sem a palavra que indica respeito.

As formas de tratamento empregadas pelas personagens do romance são muito peculiares. A ideia de hierarquia e de respeito é muitas vezes posta de lado e os tratamentos que vigoram durante os diálogos são a agressão e a intimidação.

Ex. 20:

- O senhor me conhece, Seu Catimbó. Me viu pivete... desde lá da cidade que o senhor me conhece... Eu manjo o senhor,

não ía tar querendo atravessar seu caminho... Inda mais com esses bunda-mole... Tinha respeito pelo senhor. Livra minha cara... A gente já ía se pinotear... Só tava esperando escurecer. Não dá marcar bobeira atravessando a cidade de dia. Deixa a gente andar... (p.86)

Ex. 21:

- Nós é gente boa. Encaveiraram a gente pro senhor. A gente tava arrochando os otários porque o senhor não tava na parada. O senhor chegou, caímos fora. A gente ia querer dureza? Com nego que nem esse Besouro, que abriu o bué só de ver o senhor? (id.)

Nos exemplos apresentados, observamos o uso repetitivo do tratamento o *senhor* e a forma *seu*: “- O senhor me conhece, Seu Catimbó.”, “O senhor chegou, caímos fora.”, etc.. Durante as falas da personagem Zecão, a situação de intimidação e de medo, diante da figura de Catimbó, faz com que ele expresse-se de maneira respeitosa e, por que não dizer, subserviente. Catimbó ameaça matar Zecão e, por isso, este clama pela benevolência daquele. No episódio, a intimidação e o poder prevalecem sobre o respeito, influenciando, assim, na forma de tratamento entre as personagens.

As formas de tratamentos ofensivas, por sua vez, são constantes, ao longo dos diálogos:

Ex. 22:

- Eu não falei que eu queria vocês aqui, seus filho-da-puta?  
Não falei? (p.85)

Ex. 23:

- Suas putas de merda. Vão zoar na puta que vos pariu. Suas cadelas. Fora daqui. Vamos parar com essa zoneação. (p.91)

As formas nominais de tratamento, assim como expressam respeito, podem, por outro lado, demonstrar a falta desse sentimento. Nos exemplos que retiramos do romance, podemos constatar como as personagens costumam-se tratar ao longo da narrativa. O modo de tratamento agressivo, bruto e desrespeitoso é corrente nas falas, fato que demonstra como a violência é uma situação habitual e comum na vida das personagens. As palavras obscenas, portanto, funcionam como uma forma nominal de tratamento.

Ex. 24:

- Então, nego, não tem mas-mas. Vou juntar uns troço que nós vai ter precisão e vamos em frente. Pra tu, obrigado Dona Cotinha. A gente não vai se esquecer o favor. (p.13)

Os vocativos também são empregados como forma de tratamento. A palavra *negro*, apresentada pela forma reduzida *nego*, pode ora apresentar uma

maneira íntima, ora uma forma ofensiva e preconceituosa. Como podemos observar pelo contexto, no caso do exemplo acima, o termo denota uma intenção carinhosa.

Uma forma nominal de tratamento bastante comum entre as classes menos privilegiadas da população é *comadre/compadre*. No romance, essa forma íntima e familiar de tratamento é também encontrada:

Ex. 25:

- Não chora comadre. Ele ainda tá vivo. Quem morre na véspera é peru. (. 91)

Podemos constatar, portanto, que as formas de tratamento variam em função da pessoa, da expectativa e da intenção de expressão das personagens. A forma violenta e agressiva, porém, prevalece sobre as demais, de modo que os xingamentos, as formas ofensivas e desrespeitosas são as mais empregadas pelas personagens do romance.

#### **4.5– Estratégias conversacionais no diálogo construído**

##### **4.5.1 – A oralidade como recurso expressivo na escrita**

Apesar de o *corpus*, objeto de nossa análise, ser de segunda mão e, portanto, ter seus diálogos (re)criados a partir da imaginação do escritor, acreditamos que, mesmo em se tratando de um material escrito, ele nos oferece várias possibilidades de estudo da oralidade. Preti observa que embora haja uma

série de recursos tecnológicos que possibilitem a gravação da oralidade, seja em material sonoro ou mesmo em vídeo,

sabemos que nem sempre podemos ter à mão esses instrumentos tecnológicos para documentar características da conversação, não raro, recorreremos à nossa memória para reproduzir estratégias discursivas ou a documentos escritos da *mídia* ou da literatura, para exemplificar nossas teorias. Assim, se fizermos um levantamento dos textos linguísticos que tratam de problemas interacionais na língua falada, vamos encontrar um grande número de diálogos escritos publicados pela imprensa, transcrições de entrevistas, crônicas etc., bem como muitos textos literários, notadamente da prosa de ficção. Isso para não falarmos da exemplificação ligada aos *cartuns*, às revistas em quadrinhos, à propaganda, também presentes na comunicação de textos falados”. O autor afirma que “podemos entender cada uma dessas fontes como repositórios de modelos falados, de esquemas de diálogos reais, guardados na memória de quem escreve com indicação, não raro, do que podemos chamar de estratégias conversacionais. (2006:151)

Acreditamos, por isso, que, embora nos apoiemos em um material escrito, os recursos da oralidade, embora fictícios e não espontâneos, servem aos objetivos de análise.

A forma aproximada da oralidade utilizada por Plínio Marcos, durante o romance, é empregada visando aos usos verossimilhantes aos da linguagem usada por falantes de *status* categorizados como não-cultos. É oportuno ressaltar, entretanto, que esse tipo de escrita, tão aproximado da oralidade, pode causar, em determinados diálogos, dificuldades na leitura. Esse fato não se deve apenas aos usos tipicamente empregados na fala, como a gíria, por exemplo, mas também às reduções das palavras, às marcas caracteristicamente

conversacionais, como estudaremos no item 4.5.2, às reconstruções das palavras por meio de afixos e sufixos etc..

A escrita aproximada da oralidade, contudo, aproxima-nos do mundo apresentado pelo autor. A maneira verossimilhante de expressão nos diálogos remete-nos, com muita propriedade, ao nível de fala classificado como uma linguagem desprestigiada ou mesmo inculta, caracterizando, assim, a realidade linguística de muitos brasileiros que vivem à margem das condições mínimas de existência.

#### **4.5.2 – Marcas da oralidade no diálogo escrito**

A tentativa de criar uma atmosfera realista dos tipos apresentados confere ao autor, em sua escrita, certa liberdade de usos. Essa liberdade, caracterizada, na narrativa de Plínio Marcos, por uma linguagem distensa, todavia, seria inaceitável diante dos critérios de correção gramatical, principalmente por tratar-se de material escrito, como é o caso do *corpus* de nossa análise. Os “erros” de ordem sintática apresentados, entre outros, nas falas das personagens, portanto, são recursos expressivos de que Plínio Marcos se vale, para representar, de maneira verossimilhante, a realidade linguística das personagens. Os desvios gramaticais empregados nos diálogos são caracterizados, ao longo do romance, por uma série de usos considerada desprestigiada em nível de *status*.

Ex. 26:

- Qual é? Tu quer me furnicar? Fazer a presepada toda que tu fez e vim se esconder aqui? Tu tá doido. Porra, os home tão por dentro do teu chamego com a Bina. Já vieram aqui e vão ficar na campana. (p.12)

Há, na fala da personagem, usos típicos da oralidade, como: “Tu quer”, “os home” e “tu tá” . A falta de concordância entre pessoa e verbo é facilmente constatável na linguagem comum. No emprego de “os home”, por sua vez, além de indicar falta de adequação entre artigo e substantivo, há eliminação da letra *m* no final do vocábulo, caracterizando, portanto, redução no termo. A frase: “Fazer a presepada toda que tu fez e vim se esconder aqui?” indica, também, o uso popular de expressão. A ausência de concordância entre os pronomes pessoais *tu* e o oblíquo *se e*, ainda, o uso do verbo *vim* é corrente na fala menos prestigiada.

Ex. 27:

- Ô meu, te garanto a venda em meia hora a bom preço. Só que tem um babado. Sou sócio meio-a-meio. (p.26)

Uma ocorrência comum na oralidade é apresentada por meio de vocativos, como o utilizado no exemplo acima: “Ô meu”. Esse modo de expressão é utilizado como uma forma de chamar ou de manter a atenção do interlocutor.

Ex. 28:

- Aí, o Catimbó pegou o burro pelo rabo, arrastou ele pra fora do campo, jogou o bicho na vala e já foi berrando: “Vamo bater esse pênalti. Já matei um burro e não custa matar outro.” E eles meteram o galho. Nós bateu o pênalti. (p.53)

Mais uma vez a ausência de concordância entre pessoa e verbo marca a linguagem oral popular, como no trecho: “Nós bateu”, por exemplo. O uso do pronome pessoal como objeto em “arrastou ele pra fora” também assinala a variante popular de expressão.

Ex. 29:

- Ué, a senhora sempre sabe de tudo aqui na Barra do Catimbó. (p.74)

Um aspecto comum da oralidade é o uso de termos que sequer têm significado e funcionam apenas como um recurso expressivo, classificados de marcadores conversacionais<sup>3</sup>, como no caso da interjeição “ué”, por exemplo.

Ex. 30:

- Eh, nós. Quanto mais a gente reza, mais vê fantasmas.  
(p.81)

A forma fática, não constatável nos dicionários: “eh”, também sem significado ou correspondente, pode ser enquadrada no grupo das interjeições. É comum na fala haver o emprego desse termo, para expressar contentamento, alegria, ou, no caso do exemplo, sarcasmo, entre outros.

---

<sup>3</sup> Vide quadro da página 65.



Ex. 31:

- Seu Vaselina, o Seu Zecão tá com a curriola lá na Paineira e mandou o senhor ir levar o dele e mais algum. É pro senhor ir rapidinho, que ele já tá cabreiro com o senhor e se o senhor não for logo, ele tem que vim cá em baixo e não vai prestar. Não vai prestar pro senhor. (p.81)

Dentre as características da forma oral de expressão, encontra-se a repetição. No exemplo, pode-se perceber que há o emprego constante da forma *o senhor*. O recurso da repetição é comum na fala, uma vez que essa ação é um ato espontâneo, “planejado localmente” e ainda remodelado diante da situação interacional. (cf. Koch, 1992: 69)

Ainda no mesmo exemplo, encontra-se a junção da preposição *para* e o artigo *o*, resultando na forma *pro*, também, difundida na oralidade.

Ex. 32:

- Ai, meu Deus, que calor! Que calor do Diabo. Esse calor me mata. (p.82)

A interjeição “ai”, que representa a expressão de dor, de sofrimento etc, é frequentemente empregada na oralidade. O uso desse termo pode, como no caso do exemplo acima, demonstrar descontentamento ou insatisfação.

Ex. 33:

- Pois é. Foi lá no Paraguai. E aí ele tava tesudo, veio com tudo. Queria abafar. Deu uma. Deu duas. Deu três. Eu não estava nem aí. Ele suava. Rosnava. Mas não me dizia nada. Não me retava. E eu, cabeça fresca, puxava por ele. Não lhe dei sossego. O coroa, querendo provar que era homem mais do que os outro, tomou um remédio japonês e ficou outra vez assanhado. Foi trepar aqui em cima da otária, dar um bufo, uma assobiada e começar a babar e a se retorcer. (p.38)

A repetição do verbo *dar*, no trecho: “Deu uma. Deu duas. Deu três”, é empregada, nesse caso, como intensificador que visa a acrescentar expressividade à fala da personagem. Ao repetir por várias vezes a mesma expressão, a personagem atribui o prolongamento da ação que ela retrata em sua narrativa.

#### **4.5.3 – Turnos: a conversação das personagens**

As falas e sua alternância dentre os falantes no ato conversacional, durante a interação, caracterizam o que chamamos de turno, como observamos no item 3.2.2.

No texto escrito, os turnos baseiam-se particularmente no conceito de “falar um de cada vez”, como observou Marcuschi (1991). Por tratar-se de um material escrito, as falas simultâneas ou mesmo as sobreposições não ocorrem no romance. Outros aspectos que caracterizam a conversação, no entanto, são passíveis de constatação.

Ex. 34:

- Por essas e outras é que a gente fala pra você não se meter com gente da laia do Bilu Macumbeniro. Ele não presta. Ele é ruim e não tem...

Surpresa pelo que ouvia, a cabrochinha interrompeu Mãe Begum:

- Mas eu não me meti com Bilu nenhum, minha mãe. Valha-me, Oxalá. Sou da casa de Begum de Obá, minha mãe grande, não ía em outro terreiro por nada, sem sua licença. (p;73)

O que o narrador chama de interrupção, para justificar a fala da segunda personagem no diálogo, de acordo com a nomenclatura da Análise da Conversação, classificamos de assalto ao turno.

O assalto ao turno é empregado na conversação, quando um dos interlocutores interfere e toma para si a fala que até então não havia sido terminada. Essa ocorrência é comum na conversação e denota discordância, intervenção, embate verbal etc., durante a interação. Vejamos outro exemplo:

Ex. 35:

- Já tem um no pedaço, ô Oscarino. É o Amor e Glória. E se já tem um, não precisa de outro. A não ser que queira ser inimigo da gente.

A última coisa que o Oscarino Vaselina queria era ficar contra seu futuro eleitorado. Tentou argumentar:

- Mas o Amor e Glória não joga e time que não joga ...

Não pôde concluir a frase. Seu Olegário, irritado, berrou:

- O Amor e Glória não morreu. E nem vai morrer.

Catiça, diretor-esportivo e escalador do time, homem competente para tirar a camisa de valente que não estivesse jogando bem e botar outro no lugar, avançou para o Oscarino gritando:

- E não vai ser nenhum filho-da-puta que vai enterrar nosso Amor e Glória. Tás entendendo, paspalho? (p. 48-49)

No exemplo fica mais evidente o assalto ao turno, caracterizando, portanto, o duelo verbal.

Além das falas das personagens demonstrarem uma situação tensa, o narrador interfere durante a fala das personagens, para, assim, acrescentar informações sobre o acontecimento, uma vez que o material escrito não oferece a possibilidade de presenciarmos outros sinais da conversação, como alterações no tom de voz, expressões faciais, gestos etc.

Há, no romance, outros momentos de assalto ao turno, nos quais não há a interrupção do narrador e que esse acontecimento fica evidente:

Ex. 36:

- Quanto eles tomam de cada?
- Dez mangos.
- Devem tá faturando muito.
- Isso lá tão mesmo.
- Quantos são?
- Os bandidos são o Zecão...
- Os que pagam. Quero saber quantos pagam. (p.58)

A personagem, ao não ter sua expectativa atendida, toma para si o turno de seu interlocutor, fato caracterizado pelas reticências (Os bandidos são o Zecão...), pela interrupção e pela reformulação da pergunta (Os que pagam. Quero saber quantos pagam).

Também encontramos, ao longo da narrativa, além dos assaltos aos turnos, ações que forçam a fala das personagens e, portanto, diferentemente do que ocorre nas tomadas de turno, o embate dá-se com a tentativa de fazer o outro falar:

Ex. 37:

- Fala menina. Tou te mandando.
- Num dá pra falar, minha mãe.
- É tão feio assim? (p.73)

Ex. 38:

- Fala, seu puto.
- Vai falando, ou vai ser pior.
- Levanta ele pra ele falar. (p.44)

Nos exemplos 37 e 38, as personagens são obrigadas a falar, como podemos constatar nos trechos: “Fala menina. Tou te mandando.” e “Vai falando ou vai ser pior.”.

Além das tomadas de turno, encontramos, nos diálogos, exemplos de entrega de turno na conversação das personagens:

Ex. 39:

- Ele será o que nós não foi.
- Será o que Deus quiser. Mas sempre nego macho. Mestre Zagaia vai lhe dar as dica das Tabuadas das Candongas.
- Mas se a polícia ...
- Não encontra o pedaço. A gente despacha os exus e os tira fica dando volta no mato como peru bêbado na véspera. Pode sossegar. (p. 16)

Como observamos no item 3.2.3, as entregas de turno funcionam como um convite para que o interlocutor interrompa a fala de quem a detém. Geralmente, para que o falante ceda a fala para o outro, as hesitações, os silêncios etc. funcionam como um “convite à tomada de turno” ou mesmo uma “espécie de co-autoria” de turno. (Marcuschi, 1991:27), como verificamos na fala “Mas se a polícia...” e na resposta ao turno: “Não encontra o pedaço. (...)”. Podemos constatar, portanto, no exemplo número 39, que a personagem, ao hesitar, acontecimento esse marcado no texto por meio das reticências, cede a fala ao seu interlocutor e este, por sua vez, a completa, como se houvesse um único turno na fala de ambos.

Ex. 40:

- Fiquei com tudo que ele me deu. Mas não gostei nunca de luxo, sempre fui da gandaia, voltei pras quebradas. Fui vivendo. Só com o aluguel das minhas casa já tou bem. Mas tenho algum espalhado por aqui e ali e que sempre me rende. Sou sozinha. Só ajudo meus afilhados e ... e ... fui ajudar esse filho-de-uma-puta ...

desse Mané Cheiro de Peixe. Mas tá selado. Vou dar um nó na vida desse português paneleiro, que ele vai se entortar. Vai, juro que vai. (p.40)

Ex. 41:

- Tu ... tá ... choca, nega boa? ( p.15)

A hesitação, além de servir como convite ao turno, pode expressar, também, um recurso que indica organização mental, reflexão, meras pausas etc., como ocorre no exemplo número 40: “Só ajudo meus afilhados e... e... fui ajudar esse filho-de-uma-puta... desse Mané Cheiro de Peixe.”, ou mesmo surpresa, como no exemplo 41: “Tu... ta choca, nega boa?”..

Ex. 42:

- O senhor é legal.

- Não. Não sou. Eu sou é de verdade. Tu não me vê chegar aí pra qualquer pé-de-breque e patati-patatá, pororó e quás-quás-quás e bico-de-pato e rosca-quebrada. Me vê, manco?

- Não, Seu Oscarinho.

- Pois é. Tu não me vê porque não sou de enfeitar pavão. Nem pra mulher dou cartaz. Só se merecer. Aí, digo: Tu é. E elas sabe que são. Pra ti, manco do caralho, vou te dizer uma coisa que nem vai querer ouvir. (69)

Como podemos constatar, a primeira personagem a falar convida a segunda a participar da conversa, por meio do vocativo e da indagação: “Me vê, manco?”. A segunda personagem, então, participa, ao responder (Não, seu OScarino.), alternando a vez de cada um falar, caracterizando, portanto, um diálogo.

Ex. 43:

- Morreu?
- Pois é
- Cruz credo!
- Como tu saiu debaixo dele?
- Empurrando o bruto pra fora.
- Morto?
- Então.
- E te fez gozar?
- E como...
- Só tu mesmo, Dona Cotinha.
- Matou o home com um nó de cona.
- Pra tu ver.
- Ele entrou vivo
- Morreu lá dento.
- Foi mesmo
- Valha-me Deus.
- Se me acontecesse uma coisa dessa sou capaz de me enjoar de home.
- Que nada. Não tive culpa.
- Sei foi como tu disse, não teve mesmo. (p;39)

O exemplo de número 43 nos apresenta uma série de perguntas e respostas rápidas. Nesse diálogo, as personagens mantêm a interação de modo



muito particular, como se houvesse um jogo de perguntas e de respostas. As informações são passadas pouco a pouco e as questões feitas pela personagem são respondidas por meio de falas pontuais, ou seja, as indagações são replicadas de maneira sucinta, o que aumenta a curiosidade das demais personagens. As reticências no trecho: “E como...” são uma indicação de como a personagem, que está sendo indagada, pretende manter o clima de expectativa de suas interlocutoras. Ao falar pouco, as outras duas personagens tentam provocar o turno e fazer com que Dona Cotinha fale mais.

Ex. 44:

- Peguei no breu. Comecei a gozar. Não podia ser de outro jeito com aquele velho se remexendo como uma lombriga. Endoidei. Sou zoeira nessas horas. Tou ali e tou querendo mais, e me mexia, me mexia, me mexia, me mexia, e berrei de gozo. Aí fui sossegando. Dava aqueles estremilique. E o velho dava também. Aí sosseguei. E o velho também. Ma aí comecei a ficar assombrada. O velho continuava firme dentro de mim. Durinho. Pensei que era do remédio japa que ele tomou. Dei um tempo, que até tava bom. Mas, depois de ver que ele não trepava nem saía de cima, fui dar um chega-pra-lá nele. E aí que vi. Ele tinha morrido. (p.39)

O turno da personagem Dona Cotinha tem como característica principal a repetição do marcador *aí*. Como podemos constatar ao longo da fala, esse recurso é empregado para que haja sustentação do turno, de modo que sua fala se prolonga, encadeando os acontecimentos citados. Essa estratégia é comumente empregada na oralidade para que o falante adquira tempo e organize mentalmente sua fala. Além disso, serve com tática de organização e de exposição dos acontecimentos.

## 4.6 - Gíria e literatura

### 4.6.1 – Gíria comum: o emprego dos termos gírios na Barra do Catimbó

No item 3.3.1, observamos que a gíria é um “fenômeno sociolinguístico” (Preti, 2006:66). Além disso, Preti (id.) afirma que esse acontecimento pode ser compreendido sob suas perspectivas: a gíria de grupo e a gíria comum. A primeira está diretamente ligada à linguagem fechada, estritamente vinculada a um grupo específico. A segunda, mais ampla, ultrapassa os limites da reclusão grupal e atinge os falantes de diversos grupos, de modo a configurar uma linguagem comum.

No romance, *corpus* de nosso estudo, apesar de haver grupos diversos, tais como assaltantes e marginais das mais variadas esferas, prostitutas, policiais, comerciantes, viciados, operários etc., a linguagem gíria empregada pelas personagens são caracteristicamente enquadradas como gíria comum. Embora haja nos diálogos entre as personagens gírias relacionadas a grupos específicos, muitas delas observáveis na fala marginal, podemos constatar que os vocábulos empregados são de conhecimento geral, de modo a configurar uma linguagem comum aos moradores da Barra do Catimbó.

Os termos gírios são usados indiscriminadamente tanto por homens de vida marginal, quanto por senhoras em conversas do dia-a-dia.

Ex. 45:

- Que é isso, Cotinha? Muito cabaço não tem teu dengo. (p.36)

Ex. 46:

- Bem, como disse, era lindona e com fogo de pomba-gira na chochota. Mas como não me valia disso pra adiantar meu lado, estava trampando de copeira na casa de uns grã-fino. E um dia foi lá um senhor já meio de idade, muito fino. Me viu e ficou de queixo caído. Eu quero, eu quero, dizia ele. Eu não. Eu só ali, no não, não. Tirando uma onda de cabaçuda.

- A senhora era cabaço? (p. 37)

Os exemplos iniciais nos apresentam usos gírios comuns, referentes à linguagem menos prestigiada, como o emprego do termo *cabaço/cabaçuda*, para indicar virgindade. O diálogo entre as personagens dá-se de maneira distensa, como se tanto tema ou mesmo linguagem gíria fossem algo trivial.

A despreocupação e a situação de familiaridade durante a conversação pode justificar como o tema, tabu para muitas pessoas, é exposto pelas personagens. A linguagem, contudo, revela-nos outros aspectos além de intimidade.

O emprego dos termos gírios, na fala de Dona Cotinha, dá-nos a entender como o tema sexual é tratado pelas personagens. As palavras *chochota*, termo direcionado ao órgão sexual feminino, e o vocábulo *cabaço* caracterizam como palavras tabus podem ser empregadas por falantes menos prestigiados econômica e culturalmente. Mesmo em se tratando de uma conversa entre mãe, madrinha e filha/filhada, as palavras, tidas inclusive por obscenas, são empregadas como uma linguagem familiar, de conhecimento geral, fato que pode não corresponder às expectativas linguísticas de falantes do gênero. Apesar de haver, durante o diálogo, no caso do exemplo 46, a ideia de respeito, marcada pelo tratamento *a senhora* (- A senhora era cabaço?), observamos que nem mesmo a noção de *status* ou mesmo de polidez é levada em consideração (cf. Orecchioni, 2006). Esse fato pode demonstrar como a gíria pode ser empregada

por falantes, em determinadas situações interacionais, como uma linguagem comum.

Ex. 47:

- Eu não manjo de esporte. Nunca joguei bola. Pra dançar, já tou coroa. Mas acho que as família da Barra do Catimbó merece. Isso aqui ta cheio de gente boa que pode ser uma força. Eu mesmo, se for para fazer o Amor e Glória crescer, tou aí. Topo colaborar. Se quiserem, é só me chamar. Dão um alô e eu não vou fugir do pau. Se juntar todo mundo aqui do pedaço, nosso clube pode ser maior que o Corinthians. (p. 50)

No exemplo, constatamos usos gírios comuns, de conhecimento geral e há muito difundido na linguagem do dia-a-dia das pessoas. As palavras “manjo” (entender), “coroa” (pessoa de idade avançada), “pedaço” (lugar) e a expressão “não vou fugir do pau” (enfrentar) já eram, na época de publicação do romance, correntes na fala menos tensa dos grandes centros urbanos e ainda permanecem em uso.

Ex. 48:

- A gente não veio aqui a fim de criar caso. Nós tá noutra... Nosso trato é lá na Favela da Ordem e Progresso... a gente tem situação lá. Mas tinha aí uns negócio... coisa pouca... mas que a gente queria pegar. Um fumo que enrusti... uma nega... negócio aí do Besouro. Uma grana na

mão de um filho-da-puta... uma cara que me banhou... (p. 86)

Mais uma vez podemos observar usos gírios característicos da linguagem comum: *grana*, referindo-se a dinheiro e *fumo*, aludindo ao produto ilícito, no caso maconha. O trecho “(...) a gente tem situação lá.” remete-se a existência de negócios ilícitos na favela citada pela personagem.

Ex. 49:

- Tou a perifo perpétuo. Durão, na pior das piores. Saio pra fazer o ganho e olha só o crepe. Quase danço. Trago o bagulho na raça. E vejam só o azar. Seu Bubu não dá um puto de um tostão furado pela jeringonça. (p.26)

A fala da personagem Oscarino Vaselina relata a situação em que ela lamenta a negação de pagamento pelo produto roubado. Ainda que houvesse, durante a fala, a possibilidade de haver uma linguagem específica fechada ao grupo marginal, uma vez que o diálogo se dá entre dois ladrões, o autor emprega a gíria comum. As palavras “durão” (sem dinheiro), “bagulho” (produto do roubo) e as expressões: “quase danço” (complicar-se) e “fazer o ganho” (roubar) são de uso comum, caracterizando mais particularmente o emprego de gíria comum do que gíria referente ao grupo marginal. A única exceção, ao longo da fala, é o termo “perifo”. Essa palavra não é comum à linguagem do dia-a-dia ou, tampouco, difundida na gíria comum, ou por ter caído em desuso, ou por pertencer, de fato a linguagem fechada.

Constamos, portanto, com os exemplos citados, que há o emprego constante de palavras gírias ao longo dos diálogos, em várias situações

conversacionais. Ainda que existam grupos restritos no romance, representados pelas personagens, a linguagem gíria utilizada durante a narrativa está ao alcance do entendimento dos membros fora desses grupos, caracterizando, desse modo, usos típicos da gíria comum.

#### **4.6.2 – Uso da gíria como recurso expressivo no diálogo construído**

A gíria, além de servir como recurso de comunicação e de identificação grupal, pode funcionar, igualmente, como uma possibilidade expressiva que amplia a taxa de informação da fala. Por meio dos empregos de termos gírios, portanto, pode-se observar vários aspectos a respeito do falante que suplantam questões linguísticas.

Como foi apresentado no item 3.3.2, uma das características fundamentais da gíria é sua maleabilidade de significados e de significantes. A um mesmo termo gírio pode ora ser facultada uma intenção cômica, ora uma agressiva etc.. Essa flexibilidade no emprego da gíria confere, a essa variante da linguagem, uma propriedade expressiva importante e ainda apresenta uma série de fatores que favorece o ato conversacional. (cf. Preti, 2006:66-70)

Ex. 50:

- Justamente, Bubu. Justamente, Tu saca tudo, meu lorde. Vivacidade está toda encarnada em ti. Por isso que tou pedindo segredo. Penetra na minha, meu lorde. Se o mulhero descobre que estou dando presente pra uma nega, tou frito. Nunca mais ganho uma nega aqui no pedaço só na boa amizade. Dar presente pra mulher desvaloriza, Bubu. Tu sabe disso, não sabe, meu lorde? (p.27)

O emprego de gírias na fala da personagem nos revela outras intenções além do simples favor que Dona Cotinha aparentemente pede a seu interlocutor.

Um primeiro aspecto que deve ser observado é a intenção bajuladora que Oscarino Vaselina demonstra em sua fala. Ao intitular Bubu Intrujão de “meu lorde”, gíria formada a partir do estrangeirismo *lord*, cujo significado indica tratamento respeitoso e de alto *status*, a personagem intensifica sua posição subserviente.

Outro aspecto apresentado na fala de Oscarino é, por outro lado, a intenção sarcástica. O mesmo emprego gírio que anteriormente foi empregado com intuito servil, passa a ser utilizado de maneira irônica, como podemos observar no trecho: “Dar presente pra mulher desvaloriza, Bubu. Tu sabe disso, não sabe, meu lorde?”. O artifício de presentear mulheres para, assim, conquistá-las, é uma estratégia constantemente empregada por Bubu Intrujão. Ciente desse fato, Vaselina vale-se desse acontecimento para ter sua petição atendida. O mesmo termo gírio pode abranger, portanto, mais de um significado, conforme a intenção do falante.

Ainda na mesma fala, podemos constatar outra estratégia conversacional que também é empregada por meio da gíria, na fala de Oscarino Vaselina: a personagem põe à prova a *face* de Bubu Intrujão (cf. Goffman 2004). A intenção desafiadora na fala da personagem, ao valer-se do conhecimento de que Bubu Intrujão somente conquista as mulheres por meio de presentes, revela-nos como a personagem pretende ter seu anseio atendido. Ou seja, ou a personagem atende a seu pedido de segredo, ou Bubu terá sua *face*, caracterizada pelo *status* de galanteador, e seu recurso de conquista amorosa postos à mostra, o que o desmoralizaria.

Ex. 51:

- Catimbó, sou teu chapa. Tu tá sabendo. Por isso vim te dar uma dica. Os cara tão aí querendo te ganhar.

(...)

- Que cara, porra? Que ganhar?

(...)

- O Zecão e sua cupinhada.

(...)

- O filho-da-puta voltou?

- Tou te falando. Tão na Paineira. Aquela grande do pico do Urubu com Fome. Tão esperando escurecer pra te fritar.

- Vou deitar esses putos todos antes do Sol se moitar.

- Eles são uns cinco ou seis.

- Vai lá e manda um entrar no cu do outro, como já mandei eles fazer uma vez e eles se espantaram.

- Só vim avisar.

- Já avisou. Deixa comigo. (p. 83)

No diálogo realizado entre as personagens Catimbó e Oscarino Vaselina encontramos uma série de termos gírios. As palavras empregadas pelas personagens são utilizadas com intensa carga expressiva. A expressão: “Os cara tão aí querendo te ganhar” é um exemplo de como a gíria tem seu significado atribuído ao momento e ao ato conversacional. “Querer ganhar”, mediante ao contexto do diálogo, refere-se a ação de assassinar. Outro exemplo semelhante está na fala: “Vou deitar esses putos antes do Sol se moitar.” A palavra “deitar” também possui o mesmo recurso expressivo, sendo-lhe atribuído o significado do exemplo anterior.

Ex. 52:

- Pera. Nós só metemos os teço na lomba do negrão.  
Vamos por uns arrebite na fuça do puto pra ninguém duvidar



que deitamos o filho-da-puta no toma-lá-dá-cá. Vamos desvirar a besta. (p.88)

No exemplo, encontramos as palavras “teco”, “arrebite”, referindo-se a tiros de revolver, o termo “lomba” e “fuça” referem-se às costas e ao rosto respectivamente.

Ex. 53:

- Nem preciso falar. Tu tá vendo, Quim. Por essas e outras que não trouxe a banca das inscrições pra cá. Teu boteco é avacalhado. Tu com esse seu coração de manteiga deixa qualquer uma entrar. Até pomba-gira tá fazendo ponto aqui. Assim não dá. Como uma mulher direita vai entrar aqui, se tem sempre cocrodilaça no pedaço?

(...)

- Crocodila e pomba-gira é a puta que te pariu. Tua bronca comigo, sei qual é. Tu engana os otários, mas eu te conheço de velhos carnavais. Tu afanou o dinheiro do Amor e Glória. Tu é um puta lalau.

(...)

- Tu prova. Tu prova que afanei um puto de um tostão do clube, sua galinha velha?

(...)

- É bóia provar que tu é um lalau escroto. (p. 102)

No exemplo de número 53 há uma batalha verbal pela preservação da face. Para tentar resguardar-se, Vaselina se vale de uma série de insultos direcionados à Dona Cotinha. O termo “crocodila/crocodilaça” é empregado com o intuito de

desclassificar a senhora e de reduzi-la à condição de prostituta. Tratando-se de recurso expressivo, observamos que a personagem não apenas utiliza a gíria para agredir a mulher, mas ainda emprega a forma superlativa “crocodilaça”, para assim atingir de maneira mais contundente a honra de Dona Cotinha, uma vez que sua imagem pessoal também fora maculada. A senhora, para defender-se, por conseguinte, o adjetiva de “lalau”, termo direcionado a ladrões.

Como já observamos neste estudo, para conferir maior expressividade à fala das personagens, o autor vale-se da gíria. É certo que se nos diálogos encontrássemos palavras que não caracterizassem a fala marginal e desvalorizada em nível de *status* social, por exemplo, o texto perderia seu atributo expressivo e verossimilhante, uma vez que as personagens apresentadas no romance estão às margens da subsistência. As palavras e expressões gírias são empregadas, portanto, não somente com o intuito de classificar um grupo ou mesmo com intenção de indicar uma fala desprestigiada em relação à variante culta, mas sim como recurso estilístico e expressivo.

#### **4.6.3 – Usos gírios na Barra do catimbó e sua ligação com os aspectos sócio-culturais**

A linguagem empregada pelo falante, além de ser uma fonte de comunicação ou de identificação grupal, pode, ainda, agir de modo a identificar-lhe os hábitos, o local de nascimento, o *status*, o nível de instrução escolar, de cultura etc. Além disso, outros aspectos da vida do falante também podem ser transmitidos por meio da fala, tais como sua função social, seu poder econômico entre outros. (cf. Wentworth e Flexner, 1967: 11)

Na fala das personagens da Barra do Catimbó, observamos que a linguagem expressa por elas está diretamente ligada ao meio social em que vivem. Cada personagem, mediante a sua função, emprega os termos gírios

relacionados à sua posição, função, ideologia ou mesmo às suas características pessoais.

Ex. 54:

- Trinta mangos por cabeça. Criança de colo não paga. O sócio pode levar a família. Mas a mulher paga taxa. É pra alugar o ônibus. Não vou livrar nem a cara do diretor. Seu Olegário, se não pagar, eu pago por ele. Azulão, Catiça, Bolinha, Deixa-Que-Eu-Chuto, eu, todos vamos bufar. Cada um leva seu gordurame. Mas o clube vai dar algum grude. Duas bananas, dois ferrão de siri, caipirinha à vontade, isso já tá certo que o clube dá. Não quero ninguém lá na praia gemendo de fome. (p.99)

O exemplo 54 é um demonstrativo de como questões sociais aparentemente simples são tratadas pelas personagens do romance.

Conforme já afirmamos, neste estudo, o relato da pobreza é o aspecto fundamental da narrativa e o tema alimentar é constantemente trazido à discussão. Evidentemente, diante da falta das condições mínimas de existência, ações cotidianas, como o ato de alimentar-se, por exemplo, tornam-se um drama e configuram uma série de questões de cunho social.

Na fala da personagem de Oscarino Vaselina, encontramos dois termos gírios relacionados à comida que podem trazer muitas informações, além da simples intenção comunicativa: “gordurame” e “grude”.

No exemplo, é evidente como os aspectos sociais são apresentados na fala. A personagem, ao referir-se ao alimento como “grude” e “gordurame”, remete-nos ao tipo de alimentação que a parcela menos prestigiada da sociedade está habituada. O termo “grude”, por exemplo, dá a entender que o tipo de

alimento que as personagens comem não pode sequer ser tratado por comida. A palavra “gordurame” possui o mesmo sentido depreciativo com relação ao alimento, como se o que houvesse, para alimentarem-se, fosse apenas “um grude gorduroso”.

Ex. 55:

- Como é que é, Mané?

(...)

- Como é que é o quê?

- Vamos afogar o ganso?

- Tás louca?

- Tou louca de gama por ti, Mané.

- Esquece, Dona Cotinha, esquece.

- Não dá jeito de esquecer.

- Mas tem que ter jeito. É o que se pode fazer.

- Esse jeito é besta. Eu aqui de cona ardendo e tu aí brochando como pinto com boba.

- Não diz asneira, Dona Cotinha.

- Asneira foi eu botar meu dinheiro nas tuas pata, pra nada. Tu agora só trabalha e eu aqui no ora-veja.

- Sou-lhe grato. Ora, porra, que queres mais? Digo a todos: Essa Dona Cotinha tem um coração grande. Maior que a boca. Foi a mãe carinhosa que arranjei.

- Mãe, a pura que o pariu!

- Tens razão. Aquela nunca me deu porra nenhuma mesmo. Tu és melhor que uma mãe. Agora cai fora. Sabe como é essa gentalha por aqui. Falam de tudo. Se te vêem aqui vão pensar mal de nós.

- Eu não ligo para o que os outros falam.

- Isso eu sei. Mas, ora, porra, eu ligo. E tem uma negrona aí que também liga e se escuta o falatório não vai gostar. (p.32-33)

Neste diálogo encontramos uma situação tensa entre as personagens Dona Cotinha Boca-Grande e Mané Cheiro de Peixe.

No episódio, Dona Cotinha não cobra de Mané Cheiro de Peixe, *a priori*, apenas o dinheiro que ela lhe confiou, para que ele iniciasse um comércio, mas, também, que ele se relacione sexualmente com ela. A personagem, para emprestar o dinheiro a Cheiro de Peixe, impôs-lhe a condição de que ele morasse com ela e a assumisse como esposa. Mané, então, após estabelecer-se, recusa-se a viver ou a ter qualquer relacionamento com ela e, além disso, não restitui o dinheiro a Cotinha. O embate verbal, portanto, dá-se acerca desse acontecimento.

Além da situação tensa no diálogo, devido à complexidade do tema e do modo agressivo como ele é exposto por ambas as personagens, observamos a seleção lexical que o autor emprega para configurar a discussão. As personagens expressam-se de maneira violenta e para isso valem-se de palavras obscenas e de gírias. A expressão gíria: “Vamos afogar o ganso?” representa com propriedade como o tema sexual é tratado de maneira rude pelas personagens. É importante mencionar que a essa altura da narrativa, Dona Cotinha já tinha ciência de que Mané Cheiro de Peixe não cumpriria sua parte no acordo, por isso, em sua linguagem, podemos observar como a mulher se expressa de maneira baixa, sarcástica e desafiadora, com relação ao ato sexual. Ao esperar uma resposta negativa de seu interlocutor, a personagem não apenas apresenta uma ideia promíscua face ao ato sexual, mas também dá indícios de como é o relacionamento entre ambos. Diante da insistente recusa de Cheiro de Peixe, Dona Cotinha, portanto, o agride com a expressão “brochando como pinto com boba”, e coloca à prova sua masculinidade.

Ex. 56:

- O catimbó saiu lá do nosso mocó para ir nessa guerra. Vai voltar pra lá. (p.91)

Ex. 57:

- Vocês conhece uma sinhá vaca que tava morando lá no meu mocó. Ela é uma negrinha sem-vergonha. Tirei ela da putaria. Dei casa, comida, mandei arrumar os dente da piranha. Em algum lugar dessa Barra do Catimbó, com um pé-de-chinelo que costumava ir lá em casa vender bugiganga que ele afanava. Ela foi com ele; Ainda levou coisas minhas, a danada da negrinha. Mas essa sinhá vaca tem que aprender que não se faz sujeira com um homem bom como eu. (p.93)

Além dos aspectos culturais, as questões econômicas também são constantemente tratadas na narrativa.

A moradia, ou a ausência de habitação descente, recebe, ao longo do romance, uma série de termos gírios, como podemos observar nos exemplos 56 e 57. A palavra “mocó” é empregada com o sentido de casa, residência etc. Além da palavra “mocó”, encontramos as palavras “barraco”, “cafofo” etc., sempre com o mesmo significado. É preciso mencionar, no entanto, que esses empregos sempre comportam um sentido depreciativo, de modo a menosprezar as indignas condições de morada.

Ex. 58:

- Essa sinhá vaca, negrinha escrota, tem que se arrepender do que me fez. Quero ela atirada no mangue amanhã de manhã, sem orelha. Quem fizer o serviço pra mim e me entregar a orelha da filha-da-puta da sinhá vaca como prova de que ela se acabou recebe um prêmio. Cinco milhão. Uma em cima da outra. Ela tá aqui na Barra do Catimbó, que eu sei. O ladrãozinho escroto, podem deixar de lado. Ele fez seu papel de machinho. Ganhou a sinhá vaca. Quero ela. Se ele for junto, paciência, não é encomendado por mim. Ela, sim. Pago o que tou prometendo. Quem dançar ela, não precisa dar bandeira. É coisa só comigo e com ele. Apresenta as orelhas e recebe o dinheiro. E é só. (p. 63-64)

Na fala de Bubu Intrujão, observamos como as relações sociais podem ser expressas por meio da fala. No exemplo, a personagem encomenda a morte de uma de suas amantes, uma vez que essa fugiu com um rapaz que lhe vendia produtos roubados.

Como podemos constatar na fala da personagem, os papéis sociais, desempenhados por homens e mulheres, são tratados com atitude machista. Ao analisarmos o trecho: " Ela tá aqui na Barra do Catimbó, que eu sei. O ladrãozinho escroto, podem deixar de lado. Ele fez seu papel de machinho." , notamos como os papéis sociais atribuídos à mulher e ao homem são avaliados em determinadas camadas de nossa sociedade. O homem, de acordo com a fala da personagem, ainda que participe da traição de que o Intrujão reclama, tem sua vida assegurada, uma vez que ele apenas cumpriu seu papel social. A mulher, contudo, deve pagar pela traição. Bubu, portanto, para tentar preservar sua *face*, diante da atitude da mulher, emprega, em sua fala, palavras gírias de modo irônico e vingativo, como se o assassinato por ele proposto fosse feito como um "serviço" ou uma "encomenda" qualquer. Além disso, a personagem cria a expectativa de premiar

aquele que efetuar a “encomenda” com uma quantia em dinheiro. As expressões gírias: “Quem dançar ela, não precisa dar bandeira.”, “Quero ela atirada no mangue...” “Quem fizer o serviço pra mim...”, por sua vez, são utilizadas com intuito de ordenar o assassinato da moça. Assim sendo, uma vez que a mulher não cumpriu adequadamente seu papel, diante do conceito social feminino esperado pela personagem, Bubu Intrujão sentencia sua ex-amante à morte.

Com os exemplos apresentados, analisamos como os aspectos sociais, econômicos e culturais, ou mesmo os ideológicos, são apresentados e como estão ligados ao emprego dos termos gírios.

#### **4.6.4 – A linguagem da marginalidade: os usos linguísticos empregados na Barra do Catimbó**

A gíria, como afirmamos no item 3.3.5, é comumente atribuída aos foras da lei e marginais de diversas esferas. Observamos, também, que não somente os grupos marginais possuem uma linguagem com intuito criptológico. Os mais distintos grupos sociais detêm, igualmente, uma linguagem referente ao seu grupo. Precisar a origem de um termo gírio, todavia, devido à efemeridade dos significados, à ausência de registros, ao constante desaparecimento dos termos ou mesmo de suas recriações etc., é uma ação que dificulta seu estudo e, portanto, impossibilita afirmar se determinado emprego é decorrente de um grupo específico. Muitos termos, contudo, que configuram a gíria comum, têm seus usos relacionados ao mundo criminoso. Desse modo, de acordo com os temas ligados às ações marginais, tais como violência, armamento, roubos e furtos, drogas ilícitas, morte, força policial etc., é possível estabelecer a vinculação entre gíria e marginalidade.



Ex. 59:

- Olha lá a Zenaide. Tá na banda que não vai.
- Como é, Zenaide? Faltou cacau?
- Que? Sou dura, não. Coisa do nego. Ele tem trampo e deu um alô. Se eu for, é pra ficar de vez. Com nós é assim. Vai junto ou não vai. (p.112)

Ex. 60:

- Quantos ele tomam de cada um?
- Dez mangos.
- Devem tá faturando muito. (p. 58)

Ex. 61:

- Se aceitam Barra do Catimbó no nome, tudo bem. Começo a trabalhar hoje mesmo. Não quero cargo de importância na diretoria. Fico relações-públicas. Seu Olegário, presidente. Tudo como tá. Bolo um jeito de fazer entrar dinheiro. Grana pro Unidos com Amor e Glória da Barra do Catimbó vai ser eu mesmo que vou descolar. (p.62)

Ex. 62:

- Tou a perifo perpétuo. Durão, na pior das piores. Saio pra fazer o ganho e olha só o crepe. Quase danço. Trago o bagulho na raça. E vejam só o azar. Seu Bubu não dá um puto de um tostão furado pela jeringonça. (p.26)

Os exemplos 59, 60, 61 e 62 apresentam quatro gírias distintas para a palavra dinheiro: “cacau”, “mangos”, “grana” e “tostão furado”. Já observamos que a gíria marginal é empregada com o intuito de preservação grupal, por isso, no meio criminoso, haver diversos vocábulos para expressar uma mesma ideia, auxilia a proteção do grupo.

Ex. 63:

- Dobra essa língua quando falar, tira. Mulher que tá comigo pra ti e pros da tua laia é sempre senhora. Sai de nós e vai cuidar da tua vida pra lá. (p.09)

Ex. 64:

- Tu tá fudido, Catimbó. Tas estrepado do primeiro ao quinto e não pode ficar aqui, Os home já piaram nesta parada a fim de te ganhar. (p.10)

Ex. 65:

- Chamar a cana é sujeira. Quem fizer é defunto barato. Nós, ninguém quer eles por aqui. A maioria tá tudo devendo. Se a cana surpreende o caminho nós tá no papo da aranha, né, Seu Bubu. (p.59)

Semelhantemente aos vários vocábulos gírios relacionados ao dinheiro, verificamos as diferentes palavras atribuídas à força policial: “cana”, “tira” ou mesmo o substantivo masculino “home”, por exemplo.

Ex. 66:

- Se eu descolar o baduaque, te dou o serviço. É coisa fina, podes crer. E tem mais. Tem dono valente. Por isso é que tem ser mocasado o nosso arreglo. Boca de siri, meu lorde. Mas, podes crer, é o bundão da Barra do Catimbó. (p.28)

Ex. 67:

- Tou a perifo perpétuo. Durão, na pior das piores. Saio pra fazer o ganho e olha só o crepe. Quase danço. Trago o bagulho na raça. E vejam só o azar. Seu Bubu não dá um puto de um tostão furado pela jeringonça. (p.26)

Ex. 68:

- Então? Tu por aqui?

- Pois é. Tenho que combinar um ponto aí com o Zecão. (p. 32)

Ex. 69:

- A gente não veio aqui a fim de criar caso. Nós tá noutra... Nosso trato é lá na Favela da Ordem e Progresso... A gente tem situação lá. Mas tinha uns negócio... coisa pouca... mas que a gente queria pegar. Um fumo que inrusti... uma nega aí do Besouro. Uma grana na mão de um filho-da-puta... um cara que me banhou. (p. 86)

Nos quatro últimos exemplos, podemos constatar expressões diversas que indicam a ação de roubo: “Saio pra fazer o ganho...”, “Se eu descolar...” e “Tenho que combinar um ponto...” Além de palavras referentes ao roubo, encontramos ainda expressões alusivas à venda de drogas ilícitas, como no trecho: “ Nosso trato é na Favela da Ordem e Progresso... A gente tem situação lá.” As palavras “trato” e “situação” são empregadas com sentido diverso do seu significado real e remetem-se à contravenção.

Ex. 70:

-Vai que dá um azar e o Catimbó é empacotado pelo Zecão. É melhor que tudo se resolva para lá entre eles, que são matatéus. (p. 60)

Ex. 71:

- Matou quatro. Mas tomou as dele.
- Tá mal.
- Tá perdido.
- Vai apitar. (p 89)

Ex. 72:

- Catimbó, sou teu chapa. Tu tá sabendo. Por isso vim te dar uma dica. Os cara tão aí querendo te ganhar. (p. 83)

A morte, tema comum à vida criminosa, é mencionada nos diálogos e expressa por vários termos gírios. No exemplo 70 encontramos a palavra “empacotar”, no 71 a palavra “apitar” e no 72 o verbo “ganhar”.

Nos exemplos apresentados encontramos uma série de expressões e de gírias referente ao submundo marginal. Como afirmamos no início deste item, identificar a origem de um termo gírio e atribuí-lo a um grupo determinado, após a palavra ter-se difundido na linguagem comum, é uma ação complexa e de difícil comprovação. Fazer a ligação, contudo, entre palavra e falante ou mesmo palavra e grupo é perfeitamente possível, uma vez que os usos linguísticos oferecem possibilidades de análise e de comprovação.

#### **4.6.5 – A gíria e sua formação: características dos vocábulos gírios**

Observamos, nas afirmações de Cabello (1991:51), que a gíria não é uma linguagem nova, mas sim uma recriação da linguagem e que, para sua formação,

ocorrem mudanças de significados dos vocábulos, alterações no léxico, acréscimos de sufixos às palavras, supressões etc. Seleccionamos, portanto, alguns vocábulos gírios utilizados pelas personagens da Barra do Catimbó, para exemplificarmos como se processa a formação da gíria:

### **I - Degradação de valores ou vocábulos relacionados com bichos**

Ex 73:

- Todos de focinho na parede e mão na nuca.. (p.8)

Ex: 74:

- Vá a merda rato, rato. No braço eu não te conheço e nas armas é pra quem der mais sorte. (p.9)

Ex 75:

- Deixa de onda, crioulo. Eu te conheço. Sei quem tu é. Mas não complica meu serviço. Fica com os outros. É melhor pra ti e pra essa piranha. (p. 9)

Ex 76:

- Filho de uma cadela. Nasceu com o rabo virado pra lua. Está faturando o que quer. (p. 44)

Nos exemplos apresentados, encontramos vários vocábulos gírios empregados com o intuito de depreciação do interlocutor. As palavras “focinho”, “rato”, “piranha”, “rabo” e “cadela” relacionam as personagens aos animais. Ao atribuir às personagens características animais, como no caso de “rabo” ou “focinho”, por exemplo, é exposta uma posição de valor, com o intuito de menosprezar o outro. As formas nominais de referência “piranha” e “cadela” possuem o mesmo valor expressivo, porém, fazem menção à conduta sexual das mulheres.

## **II - Alteração dos significados**

Ex 77:

- Quero uma puta de uma festa quando Mãe Begum de Obá lhe botar a mão na cabeça e lhe der o nome. (p.16)

Ex 78:

- Mas não se afinamo (p. 51)

Ex 79:

- Aqui tem tabela, nega boa. Não vai fazer michê de cueca, que tu estraga nosso pesqueiro. (p. 72)

Ex 80:

- É bóia provar que tu é um lalau escroto. (p. 102)

As alterações dos significados das palavras são uma das características fundamentais da gíria, conforme já observamos. Nos exemplos selecionados, encontramos os vocábulos “puta”, “afinamo”, “pesqueiro” e “lalau”. Essas palavras são empregadas, nos diálogos, com significado diverso de sua acepção comum. O termo “puta”, geralmente atribuído à má conduta sexual da mulher, é usado, baseado no contexto da fala da personagem, com significado de algo grandioso, memorável etc.. A palavra “pesqueiro”, por sua vez, refere-se ao local onde as prostitutas atuam e negociam com seus clientes. A variação do significado das palavras também ocorre nos vocábulos “afinamo” (acovardar-se) e “lalau” (bandido).

### **III - Alteração de classes de palavras**

Ex 81:

- Nós é gente boa. Encaveiraram a gente pro senhor. A gente tava arrochando os otário porque o senhor não tava na parada. O senhor chegou, caímos fora. (p.86)

Ex 82:

- Seu Olegário, junta uns negos de culhão e espanta aquelas putas. Lá em casa essas cadelas não entra. E se conheço elas, tão vindo atrás de todo o povo. Manda elas bundar. (p.92)

Ex 83:

- E a negona Rita, qual o mastigo? (p.111)



As alterações nas classes gramaticais também são correntes na formação da gíria. Os vocábulos *caveira* (*encaveirar*), *bunda* (*bundar*), por exemplo, são dicionarizados como substantivos femininos. Na fala da personagem, todavia, as palavras exercem função de verbos. O termo “*mastigo*”, por outro lado, originalmente classificado como verbo de primeira conjugação (*mastigar*), exerce a função de substantivo.

#### IV - Estrangeirismos

Ex 84:

- Se tu descolar o badulaque, te dou o serviço. É coisa fina, podes crer. E tem mais. Tem dono valente. Por isso é que tem que ser mocoçado o nosso arreglo. Boca de siri, meu lorde. Mas, podes crer, é o maior bundão da Barra do Catimbó. (p.26)

Ex 85:

-Seu Bubu só não come o que já comeu. Lordeiro tá aí. (...) (p. 82)

Os estrangeirismos são comumente encontrados nos vocábulos gírios. Nos exemplos, selecionamos as palavras “lorde” e “lordeiro”. Ambos os termos, formados a partir da palavra inglesa *lord*, que indica alto *status*, pelo contexto dos exemplos, estão relacionados à forma de tratamento e à forma nominal de referência, respectivamente, assim como seu significado original.

## V - Alongamentos por meio de sufixos

Ex 86:

- Tu é demais, Deixa-que-Eu-Chuto. Já vi muito manquetola na puta da vida. Mas vou ter dizer um troço que nunca disse pra ninguém. Tu é o manco que mais entende de bola no mundo. (p. 69)

Ex 87:

- Manco, pra esse Amor e Glória deixar de ser um timeco de merda, a gente precisa de um treineiro com o teu gabarito. É disso que a gente precisa. Um cara que entenda. E tu entende. (p. 69-70)

Ex 88:

- Suas putas de merda. Vão zoar na puta que vos pariu. Suas cadelas. Fora daqui. Vamos parar com essa zoneação. (p.91)

Ex 89:

- Qual o gordurame, comadre Anunciação. (p. 113)

Os alongamentos são típicos na formação dos vocábulos gírios. Nos exemplos, destacamos as palavras “gordurame”, “timeco”, “treineiro” e “zoneação”.

O acréscimo de sufixação aos léxicos altera seu significado. O alongamento da palavra “manco”, formando o termo “manquetola”, satiriza a deficiência física da personagem. A mesma intenção irônica é empregada na palavra “timeco”. O sufixo “eco” somado ao léxico “time” opera de modo a alterar a constituição do vocábulo e modifica seu significante, atribuindo-lhe uma ideia diminutiva. A sufixação na palavra “zona”, formando o vocábulo “zoneação”, por outro lado, apresenta uma ideia aumentativa, significando “muita bagunça”. O substantivo “gordura”, sofrendo o acréscimo “me” ao seu final, revela a intenção depreciativa agregada à palavra. Na fala da personagem, percebe-se que sua pergunta se refere à alimentação, como se ela soubesse que se trata de alimento de má qualidade.

## **VI – Redução**

Ex 90:

- (...) Mas tua cabeça é teu guia. Faz o que te der na teia. Eu já vou indo. (p. 75)

Ex 91:

- Tu é de fé, Bina. Por isso, eu juto: se Ogum permitir, com a força da tua gama, eu, neste pedaço, vou erguer um mundão. (p.15)

Ex 92:

- Portuga filho-da-puta! Viado escroto. (p.34)

As apócofes, ou seja, as gírias formadas por meio de redução, ocorrem apenas em três falas durante os diálogos. Nos exemplos, há as palavras “teia”, forma reduzida do substantivo feminino “telha”, vocábulo referente às palavras cabeça, consciência, pensamento etc., “gama”, forma reduzida do adjetivo “gamado(a)” e a palavra “portuga”, abreviação do adjetivo pátrio “português”.

## **VII - Onomatopéias**

Ex 93:

- (...) A gente ia querer pegar dureza? Com nego que nem esse Besouro, que abriu o bué só de ver o senhor?  
(p.86)

Há baixa ocorrência de gíria onomatopaica ao longo dos diálogos. Apenas uma vez esse tipo de vocábulo gírio foi encontrado no romance: a palavra “bué”. A gíria representa o som produzido durante o choro. Além disso, o termo denota intenção sarcástica e irônica.

## **VIII – Repetição de palavras e repetição sonora - rimas**

Ex 94:

-Sabe de onde eu tou vindo? Do velório do tira que tu mandou pro inferno. Cheguei lá muito na minha. Enganei pros trouxas que era a viúva filial do falecido e não teve quás-quás-quás. Transei às baldas. Tô dentro de tudo. Tu

ainda tem um tempo pro pinote. Eles vão enterrar o falecido às quatro da tarde aí vão sair na tua captura pra valer. (p.13)

Ex 95:

-Então, nego, não tem mas-mas. Vou juntar uns troço que nós vai ter precisão e vamos em frente. Pra tu, obrigado, Dona Cotinha. A gente não vai se esquecer do favor. (p.13)

Ex 96:

- Pera. Nós só metemos os teço na lombã do negrão. Vamos por uns arrebite na fuça do puto pra ninguém duvidar que deitamos o filho-da-puta no toma-lá-dá-cá. Vamos desvirar a besta. (p.88)

Ex 97:

- Não, não sou. Eu sou é de verdade. Tu não me vê chegar pra uma qualquer pé-de-breque e patati-patatá, pororó e quá-quás-quás e bico-de-pato e rosca-quebrada. Me vê, manco? (p.69)

As repetições de palavras ou de sons são um recurso corrente na gíria. Nos exemplos, encontramos repetições “quás-quás-quás” e “mas-mas”, repetição sonora em “patati-patatá” e “pororó” e rimas em “toma-lá-dá-cá”. A expressão “quás-quás-quás”, de acordo com o contexto da fala da personagem, refere-se a

não haver impedimento em sua ida ao funeral. A repetição “mas-mas” alude à ideia de não haver outra opção, além da partida das personagens. As expressões “patati-patatá” e “pororó” fazem menção ao ato de conversar ou de convencer.

Outras características na formação da gíria, tais como vocábulos técnico-científicos, palavras relacionadas às sensações (sensitivas) etc. não foram constatadas nos diálogos.

#### **4.7– A linguagem injuriosa e violenta como forma de agressão**

Já observamos que a gíria, além de caracterizar linguagem de grupo e expressar uma série de informações acerca do falante, funciona, ainda, como um recurso de agressão. Outro emprego linguístico age, igualmente, de modo hostil e violento: as palavras obscenas.

As palavras tabus, ou simplesmente os palavrões, têm seus significados ligados aos temas sexuais e escatológicos, visando a depreciá-los.

No romance, *Na Barra do Catimbó*, constatamos o uso recorrente e exagerado de palavras obscenas. Tanto personagens masculinas como femininas, donas de casa ou prostitutas, comerciantes ou marginais se valem desse recurso expressivo em suas falas:

Ex 98:

- Este portuga é brocha. Dei a ele esse boteco. Dei tudo que tá aí. Bati com a cona na cara dele. E ele nem relou na minha carne mijada. É brocha. E eu quero meu dinheiro de volta, que não sou de sustentar chibugo. Tu é brocha, Mané.

(...)

- Brocha, não, Cotinha. Só não te comi porque eu não tenho desgosto, não tenho raiva do pinto pra por ele em qualquer cona velha.

(...)

- Viado! Corno! Puto! Cafetão! Brocha! (p. 35)

As palavras obscenas empregadas no embate verbal entre Dona Cotinha Boca Grande e Mané Cheiro de Peixe, além de serem direcionadas aos órgãos sexuais, são utilizadas como forma de agressão verbal. Os xingamentos, inclusive, são vocábulos voltados ao mesmo tema. As formas nominais de tratamento “viado”, “corno”, “brocha”, “cafetão” e “puto” estão diretamente ligadas às ações sexuais. As palavras “pinto” e “coná” e a expressão “carne mijada”, são direcionadas aos órgãos sexuais masculinos e femininos, respectivamente.

A violência verbal a que ambas personagens estão sujeitas e a agressão mútua, por meio das falas, chocam pela vulgaridade e pela maneira como o tema é exposto, uma vez que a discussão entre as personagens realiza-se durante uma cobrança monetária e, além disso, sexual. Dona Cotinha exige que Mané lhe restitua tudo que ela havia dado a ele, uma vez que não houve a recompensa sexual que ela almejava. Ambos referem-se aos próprios órgãos sexuais de modo a depreciá-los. A violência configura-se, portanto, por meio da linguagem, no ataque e na desmoralização mútua das personagens, caracterizados pelos xingamentos.

Ex 99:

- Bem, como disse, era lindona e com fogo de pombagira na chochota. Mas como não me valia disso pra adiantar meu lado, estava trampando de copeira na casa de uns grã-

fino. E um dia foi lá um senhor já meio de idade, muito fino.  
(...) (p.36)

Ex 100:

- Ele agora faz cu doce pra falar. (p. 44)

Ex 101:

- Como foi o filha-da-puta na cama?

- Não me disse nada, madrinha.

- Pau grande?

- Igual de todo mundo. (p.64)

Ex 102:

- Cedo o caralho. Cedo, uma porra. Tava marcado  
pras sete hora e já é sete e vinte. (p. 115)

Ex 103:

- Lalau escroto. Deputado, uma porra. (p. 110)

Ex 104:

- Seu Olegário, junta uns nego de culhão e espanta  
aquelas putas. Là em casa essas cadelas não entra. E se



bem conheço elas, tão vindo atrás de todo o povo. Manda elas bundar. (p. 92)

Dentre os vários vocábulos obscenos empregados nos diálogos, destacamos, como exemplificação de como as palavras obscenas e os órgãos genitais estão relacionados, os vocábulos “chochota”, “cu”, “pau”, “caralho”, “escroto” e “culhão”.

Os temas sexuais, ainda atualmente, são tratados como tabus e muitas pessoas, por uma série de questões, os evitam. Os órgãos sexuais do corpo humano, ou mesmo as palavras que os nomeiam, são vistos como imorais, desrespeitosos, agressivos, “feios” etc.. Acreditamos, por isso, que todos os adjetivos ou substantivos direcionados à genitália são tratados de modo grosseiro, visando à ofensa. É evidente que há palavras, em nível de aceitabilidade linguística, tidas como apropriadas para os genitais. É preciso lembrar, no entanto, que mesmo esses vocábulos podem causar desconforto ou gerar situações constrangedoras, dependendo da situação conversacional ou do interlocutor.

Ao usar palavras obscenas, como as voltadas ao tema sexual, o falante não apenas choca pela falta de pudor e de polidez, mas também agride aquele cuja moral refuta tais empregos. Isso ocorre devido às diversas questões éticas, ideológicas, religiosas etc. individuais e, além disso, esses vocábulos comportam alta taxa de informação, uma vez que ao proferi-los, o falante expõe sua face e sua posição social a respeito de temas tabus e íntimos.

Ex 105:

- Está encerrada a lista. Quem pagou vai e quem não pagou se foda. Vou na cidade tratar do ônibus. Deixa-Que-Eu-Chuto, se alguém quiser saber, tu diz que a saída é domingo às sete da matina e não espero ninguém. (p. 110)

Ex 106:

- Vai morrer morfético. Vai ter câncer no olho do cu.  
Fazer isso com a gente é muita sacanagem.

(...)

- Vou fuder a alma desse Oscarino.

- É muito escroto.

- Vai ser ralado e enforcado na Painera, se não vier com o ônibus. (p. 118)

Assim como os órgãos sexuais são objetos para as palavras obscenas, as ações sexuais, igualmente, são utilizadas para agredir. As palavras “foda” e “fuder”, por exemplo, são relacionadas ao ato sexual. No contexto dos diálogos, contudo, esses vocábulos são empregados para ameaçar e atacar o interlocutor.

Além de o tema sexual, as ações escatológicas também são correntes nas palavras obscenas:

Ex 107:

- Manco, pra esse Amor e Glória deixar de ser um timeco de merda, a gente precisa de um treineiro com o teu gabarito. É disso que a gente precisa. Um cara que entenda. E tu entende. ( p. 69-70)

Ex 108:

- Bilu, seu filho-da-puta. Eu vou te esculachar, seu desgraçado. Pai de merda. Se cobre. Que eu não tou a passeio. (p. 79)

Ex 109:

- Pois é. Dei-lhe um bom trato. Cinco seguidas, sem tirar de dentro nem pra mijar. E depois de tudo, aquela maldita me rouba a cueca. Tem cabimento uma coisa assim? (p. 71)

Ex 110:

- Seus puto de merda. Tudo vocês são uns cagão. Até tu, Zecão, Um merda. São porra nenhuma. Tudo vocês são uns bosta. (p. 86)

Os exemplos apresentam uma série de palavras direcionada a ações escatológicas, dentre elas destacamos: “merda”, “mijar”, “cagão” e “bosta”.

Os excrementos ou os fluidos corporais, por serem considerados repugnantes, servem como objeto para a agressão verbal. Ao intitular os interlocutores de: “Pai de merda”, “cagão”, “uns bosta” ou ainda ao referenciar o time de “timeco de merda”, as personagens não apenas desqualificam os interlocutores ou o time, mas também os agridem, como se os relacionassem e os igualassem ao nojento, ao fétido, ao podre etc.

Com os exemplos apresentados, demonstramos como as palavras obscenas estão relacionadas aos temas sexuais e escatológicos e como elas são empregadas como um recurso violento e agressivo em um embate verbal.

#### **4.8- A fala popular: os lugares-comuns da comunicação**

As personagens apresentadas por Plínio Marcos, além de expressarem-se de maneira violenta, empregando constantemente palavras obscenas e gírias, valem-

se de frases cristalizadas e de domínio geral, tidas como lugares-comuns. Essa variante da linguagem, como foi observado no item 3.6, engloba uma série de valores expressivos que auxilia na comunicação do dia-a-dia e “não manifestam muitas variantes para expressar as mesmas ideias” (Dias: 2003:70)

Os provérbios, frases feitas, ou clichês etc. são correntes na oralidade e, além de serem fundamentados no senso-comum, podem demonstrar uma fala recortada, reproduzindo o já dito. Esses recursos expressivos são atribuídos aos falantes menos cultos, por configurarem deficiência na argumentação, no planejamento e exposição de ideias ou mesmo recurso vocabular.

As personagens do romance, uma vez que representam a classe carente, inculta e marginal, recorrem às frases feitas, em sua comunicação:

Ex 111:

- Foi sujeira, nego. O home se apagou. E tem dois com o pé mais pra lá do que pra cá. (p.10)

No exemplo, encontramos a frase “com o pé mais pra lá do que pra cá”. Essa expressão cristalizada, comum à fala distensa e desprestigiada é utilizada com a ideia de correr risco de morte. Ao empregar essa construção, o falante, baseado no senso-comum e no conhecimento partilhado com seu interlocutor, expressa, de maneira sucinta, a informação.

Ex 112:

- Então é medo do Zecão?  
-Pois é. Quem tem cu tem dedo  
- Pro Zecão só tem uma para indigesta. Um cara que se quiser bota ele pra fora do pedaço.

- Quem é?
- O catimbó. Esse é valente.
- Mas não quer nada. Tá com o burro amarrado na sombra.
- De graça o negrão não vai se doer por ti. Mas por que tu e os outro aí não experimenta chegar nele com uma grana? Sai mais barato que sustentar os pilantra. (47)

A frase: “Tá com o burro amarrado na sombra” possui maleabilidade em seu emprego, o que lhe confere diversos usos, em diferentes contextos. Essa expressão pode significar tranquilidade, boas condições econômicas, despreocupação etc.. No contexto do diálogo, no entanto, acreditamos que uma interpretação possível pode ser feita com a ideia de que Catimbó não está envolvido na questão que perturba a personagem Mané Cheiro de Peixe e que, por isso, não se envolverá, a não ser que haja certa quantia em dinheiro em compensação, como sugere o interlocutor, durante o diálogo.

Ex 113:

- Mas vê lá, ô labrego. Não vai dizer que fui eu quem deu a dica. Boca de siri. Sabe como é, não tenho nada com isso. (p.47)

No exemplo, encontramos a expressão “boca de siri”. Assim como na frase feita, apresentada no exemplo de número 112 (burro amarrado na sombra), mais uma vez a utilização da figura de um animal, para expressar uma ideia, é empregada. É comum às frases feitas ou aos provérbios haver a imagem de animais, para ilustrarem uma afirmação, como “tire o cavalinho da chuva”, “cão que ladra não morde”, “deu com os burros n’água”, por exemplo.

Ex 114:

- Em briga de homem e mulher bom malandro não mete a colher. (p. 97)

Com o mesmo sentido de não envolvimento, expresso no exemplo de número 113, a frase feita "em briga de homem e mulher o bom malandro não mete a colher" refere-se ao não envolvimento nos acontecimentos. Além de ser uma expressão que facilita a comunicação, essa construção frasal possui dois recursos que auxiliam em seu emprego e em sua perpetuação, ao longo dos tempos: a rima nas palavras "mulher" e "colher" e sua cadência, muito comum aos provérbios. Um exemplo dessa afirmação é a expressão "água mole e pedra dura tanto bate até que fura". Pode-se perceber que o ritmo, as palavras rimadas e a imagem metafórica favorecem o fato de tais expressões não terem caído em desuso e de serem, ainda, facilmente compreendidas e disseminadas pelos falantes.

Ex 115:

- E aquela negada toda fez das tripas coração e o filho-da-puta do bicho não arredava. (p.52)

A expressão "fazer das tripas coração" é empregada com a ideia de sacrificar-se em pró de algo. A figura metafórica contida nessa frase cristalizada amplia sua carga expressiva e, baseada no conhecimento partilhado, simplifica uma possível explicação mais detalhada de como os fatos se deram.

Ex 116:

- Eu não embarco em canoa furada. (p. 112)

A figura de linguagem é um recurso recorrente nas frases feitas. É comum haver uma imagem, uma exemplificação de algo ou de uma ideia, para, assim, ser expresso ou comunicado um pensamento, um fato ou um conselho. A expressão “embarcar em canoa furada” é um exemplo de como uma figura ilustrativa funciona como recurso de comunicação, simplificando a exposição dos fatos. O ato de “embarcar em uma canoa furada” é uma ação que terminará em seu inevitável naufrágio. Ao valer-se dessa metáfora, o falante exime-se de detalhar como seria se ele cometesse um ato que fatalmente se desfecharia de maneira desagradável.

Com os exemplos apresentados, delineamos o constante aparecimento de frases feitas ao longo dos diálogos e, além disso, demonstramos como esse tipo de expressão é utilizado como recurso expressivo, por meio de suas imagens, metáforas e exemplificações.

#### **4.9– A narrativa no diálogo construído**

Durante a conversação menos tensa, geralmente em situações nas quais há a rememoração de fatos passados, é comum os falantes narrarem os acontecimentos. Para isso, o indivíduo recorre às imagens, às citações, às “atuações”, como se ele ocupasse o lugar da personagem citada a falar durante a narrativa. Para Preti (2006:21), o “ato de narrar fatos durante uma conversação pode ser analisado como um recurso de que o falante dispõe para referir-se a eventos ocorridos e que têm ligação com o tema sobre o qual está falando.” Esse recurso da oralidade, não raro, é empregado para garantir maior fidelidade ao que é exposto, como se a pessoa mencionada e o fato ocorrido fossem trazidos ao momento da fala e tudo se passasse no instante de sua exposição.

Em nosso *corpus* de estudo, encontramos, durante os diálogos, a narrativa do tipo reprodução, como recurso expressivo:

Ex 117:

Depois que o Catiça contou o caso do Genildo, que salvou um gol certo de um time adversário furando a bola com um tiro no exato momento em que ela ia cruzando a trave, Seu Olégário pigarreou e, com uma voz rouquenta e com a autoridade de presidente, afirmou:

- A nossa maior vitória, a maior de todos os tempos, foi a que a gente conseguiu contra o Estrela do Norte, um time de paraíba de obra que tinha campo lá pras bandas de Sapopemba e que era metido a garantir resultado na peixeira. Pois a gente foi lá e carimbou eles. No campo deles.

- E as peixeira, Seu Olágário?

Seu Olegário mediu o perguntador, pigarreou mais uma vez, tomou um gole de cerveja e rosnou:

- As peixeira eles teve que enfiar no cu, moleque. Foi ou não foi, Azulão?

- Se o senhor tá dizendo, é que foi, Seu Olegário.

O presidente correu a roda com os olhos, bebeu o copo de cerveja de uma só vez, limpo a boca com a mão e, com sua voz rouquenta, prosseguiu:

- Nós ganhamos eles de um a zero. Eles era invicto como nós. Nós acabamo com a alegria deles e continuemos mais nós. Agora, a verdade a gente diz. Essa vitória nós deveu ao Catimbó. Deveu ou não, Catiça?

-Deveu. Mas a rapaziada que botei em campo não fez feio.

- Nós foi lá com três caminhão de gente. Eles tinha umas dez vez mais gente pra garantir eles. Tudo na boca de espera, a fim de baixar o pau em nós. Uns quinhentos, eles tinha.

- Bota gente deles nisso, Seu Olegário.



-Era pra mais, Azulão?

- Muito pra mais.

- O que sei é que era gente pra caraio. O Campo tava arrochadinho de cabeça-chata. Tava a três de alto, com nego se agarrando pelos picos pra ninguém espirrar pelo ladrão. Nós perto deles tava sem ninguém.

- Mas não se afinamo.

- Ah, isso não. Chegemo maneiro, mas chegemo pro que desse e viesse. E entremo com a idéia de ganhar. Não foi, Catiça?

- Também, botei um time encardido. Me lembro de cor até hoje. Nenê, Ranheta e Facada; Cativoiro, Chaminé e o Bolbão; Chupeta, o falecido Zé Bigorna. O Chico Preto, o filho-da-puta do Piolhinho e o Chupim. Eta negada! Tudo eles oriço. Mas conta o caso, Seu Olegário.

Seu Olegário só olhou para o Quim Ilhéu e ele entendeu que era para servir mais cerveja, o que fez rápido para não perder nenhum detalhe do caso. Seu Olégário esperou ser servido e só então continuou:

- O jogo tava endurecido. Nós lá, eles cá. Eles cá, nós lá. Era bola com bola, pau com pau. Nós não entrava em campo, mas a torcida deles também não. Se alguém entra, aí ia feder. Nós tava ali. Até falemos pro Ranheta que se era pra tirar o juiz, que ele podia tirar, que nós garantia. E o Ranheta aceitou. Tirou três juiz que eles botaram pra roubar pra eles e botou três pra roubar pra gente. Eles tirava os da gente e nós tirava os deles. Não tava fácil. Cada vez que ia tirar um juiz pra botar outro, era aquele quás-quás-quás do caraio. Parecia que ia ferver. Mas acabava indo pra frente. Uma zorra. Sabe como é, valia taça. Por falar nisso, Azulão, onde foi parar aquela taça que nós ganhou lá?

-Nós perdeu ela no caminho. Nós deixou ela com aquele filho-da-puta do Melado e ele, bebum como uma vaca, deixou cair do caminhão e não falou porra nenhuma pra parar o caminhão e nós pegar a taça. Nós só viu quando chegou no pedaço. Aí, fizemo

ele voltar a pé pra achar o coneco e até hoje tamo esperando o corno filho-da-puta voltar com ela.

- Tu tá confundindo essa taça com a que a gente ganhou do Corintinha da Vila Imaculada. Essa que o melado perdeu. A do Estrela do Norte nós vendeu pro Bubu Intrujão pra poder pagar as cerveja da festa. Se lembra, Seu Olegário?

Meu embaraçado com a revelação do Catiça, que no entusiasmo estava revelando que eles venderam o patrimônio do Amor e Glória, Seu Olegário continuou o caso, antes que alguém percebesse:

- Mas nós ganhou essa taça por causa do Catimbó. O jogo tava duro. Zero a zero. Já tava escurecendo. A gente nem via a porra da bola. E ia ter que acabar loguinho. E foi aí que um danado de um burro, que ninguém sabe de onde veio, entrou em campo e foi se plantar na nossa área. Bem perto do gol. Bicho filho-da-puta. Olha que entre nós e eles tinha mais de mil nego. Mil ou mais. Né, Azulão?

- Bota gente nisso, Seu Olegário.

- E aquela negada toda fez das tripa coração e o filho-da-puta do bicho não arredava. Dava coice. Queria morder. E não saia do lugar. Desgramado do bicho. Nós até tinha começado o enguiço pra trazer o caneco. Nós dizia: O burro é do campo de vocês, a taça é nossa. E eles vinha com o papo de que nós é que levou o bicho pra complicar. A coisa começou a ficar encrespada. Já tava saindo um empurra-empurra, uns tapão pra lá, outros pra cá, mais os diretor ainda tava naquela do deixa-disso. Só que eu já botei meu revólver no jeito. E tava naquele vai-não-vai, parecendo que ia, quando o Catimbó que tava quieto berrou: “Eu tiro o burro daí”. Todo mundo duvidou. Mas o Catimbó se confirmou: “Eu to dizendo que tiro essa porra daí e tiro mesmo. E quem for duvidar vai duvidar da puta-que-pairu.” Um negirtinho folgado quis azucrinar o Catimbó: “Então tira, porra.” Mas o compadre não se afobou. Meteu ficha: “Sou Amor e Glória até o cu criar bico. Por isso tem um negócio. Se eu tirar o burro daí sozinho, é pênalti pra nós. Se eu não tirar o

bicho, vocês fica com a porra da taça. Valeu?” Teve gente nossa que quis estranhar. Mas eu topei. Os paraíba de obra deles lá também topou. Porra, se todo aquele mundão de gente não tirou o bicho, não ia ser o negrão sozinho que ia tirar. Ficou tudo combinado. Então o Catimbó foi no burro e nem conversou. Deu um puta soco na cabeça do filho-da-puta do bicho. O burro não tossiu nem peidou. Caiu duro. Não foi, Azulão?

- Foi assim mesmo que foi, Seu Olégário. Como o senhor tá dizendo.

- Aí, o Catimbó pegou o burro pelo rabo, arrastou ele pra fora do campo, jogou o bicho na vala e já foi berrando: “Vamo bater esse pênalti. Já matei um burro e não custa matar outro.” E eles meteram galho dentro. Nós bateu o pênalti.

- Quem chutou, Seu Olegário?

- Quem sabe isso é o Catiça.

- Foi o Chupim. Deu um puta bico na bola, que o goleiro deles nem viu onde ela foi. Foi na casa do caraio, lá no mato. Já tava escuro e eles foram procurar a bola, que era a única que eles tinha. Eu peguei a taça e nós veio simhora. Mas essa nós ganho por causa do Catimbó. (p.50-51-52-53)

Escolhemos esse trecho do romance, para análise da “atuação” durante a narrativa das personagens, porque ele engloba uma série de estratégias de exposição dos fatos empregados durante um relato rememorado.

O primeiro aspecto a ser destacado é o momento que propicia o início da narrativa de Seu Olégário: a personagem “pega a deixa” de Catiça, uma vez que esse contava um acontecimento em um jogo de futebol. A “deixa”, muito comum ao teatro, também ocorre durante um diálogo, como se houvesse uma circunstância oportuna, para que surja o assunto e o interlocutor assuma a fala. Seu Olégário, portanto, após a “deixa”, relembra, igualmente, durante sua narração, outro episódio ocorrido em mais um jogo de futebol.

A personagem, ao começar a expor o caso, para garantir a atenção de seus interlocutores, pigarreia (Seu Olegário pigarreou e, com uma voz rouquenta e com a autoridade de presidente, afirmou:), como se preparasse seu turno. Após garantir a atenção de seu “público”, o presidente do time inicia sua narrativa, introduzido o tema central da narração (- A nossa maior vitória, a maior de todos os tempos...). Depois de situados e enquadrados os fatos, criando imagens e detalhando os fatos, tais como, pessoas (... um time de paraíba de obra.), local onde se passou o episódio (...que tinha campo lá pras bandas de Sapopemba...), situação (Eles era invicto como nós.), criação de expectativa de como os acontecimentos se deram (Essa vitória nós deveu ao Catimbó. Deveu ou não, Catiça?), evidenciar o clima de rivalidade entre os dois times de futebol (- Nós foi lá com três caminhão de gente. Eles tinha umas dez vez mais gente pra garantir eles. Tudo na boca de espera, a fim de baixar o pau em nós. Uns quinhentos, eles tinha) etc., com o “campo” preparado para expor os fatos, Seu Olegário inicia sua narrativa (- O jogo tava endurecido. Nós lá, eles cá. Eles cá, nós lá).

Durante suas falas, a personagem vale-se de constantes “atuações”, pois, além de contar o caso, ela representa a fala das pessoas citadas, incorporando-as às suas, como se fossem elas a falar. A primeira atuação ,durante a narração de Seu Olegário, se dá, portanto, no seguinte trecho: “Nós até tinha começado o enguiço pra trazer o caneco. Nós dizia: O burro é do campo de vocês, a taça é nossa. E eles vinha com o papo de que nós é que levou o bicho pra complicar.” Nessa fala, a personagem não comunica apenas um fato, mas age de modo a expressar-se como se fosse outras pessoas. Ao reproduzir o trecho: “Nós dizia: O burro é do campo de vocês, a taça é nossa.”, a personagem assume outras vezes em sua fala e, portanto, “atua” como se os outros falassem por meio de suas palavras.

Há outras “atuações” em que a fala do outro, durante o discurso de Seu Olegário, fica mais evidente: o trecho: “E tava naquele vai-não-vai, parecendo que ia, quando o Catimbó que tava quieto berrou: ‘Eu tiro o burro daí.’” Neste fragmento da narração de Seu Olegário, encontramos explicitamente como a personagem assume a “voz” de Catimbó e a reproduz, como se fosse esse a falar

no lugar daquele. A personagem continua: “Todo mundo duvidou. Mas o Catimbó se confirmou: ‘Eu to dizendo que tiro essa porra daí e tiro mesmo. E quem for duvidar vai duvidar da puta-que-pairu.’ Um negirtinho folgado quis azucrinar o Catimbó: ‘Então tira, porra.’ Mas o compadre não se afobou. Meteu ficha: ‘Sou Amor e Glória até o cu criar bico. Por isso tem um negócio. Se eu tirar o burro daí sozinho, é pênalti pra nós. Se eu não tirar o bicho, vocês fica com a porra da taça. Valeu?’.” Ao continuar sua narração, Seu Olegário não só assume mais uma vez a fala de Catimbó, no trecho: “Eu to dizendo que tiro essa porra daí e tiro mesmo. E quem for duvidar vai duvidar da puta-que-pairu’.”, mas, igualmente, evoca uma terceira voz, na fala do garoto: “Então tira, porra.” E, em seguida, lança a tréplica de Catimbó: “Sou Amor e Glória até o cu criar bico. Por isso tem um negócio. Se eu tirar o burro daí sozinho, é pênalti pra nós. Se eu não tirar o bicho, vocês fica com a porra da taça. Valeu?’.” Percebemos, portanto, que, além de a personagem falar como se ela fosse outras pessoas, ela ainda recria, em sua narração, um diálogo, acerca do acontecido.

O recurso de “atuação” é comum na oralidade e na conversação distensa, para que seja atribuída mais credibilidade ao que está sendo exposto, de modo que o falante, ao “atuar” durante a narração, aproxima o interlocutor do falante que está servindo de referência durante a conversação.

## Considerações finais

A oralidade na literatura, mais particularmente a escrita aproximada da fala, em diálogos literários, tem sido empregada, contemporaneamente, com o intuito de diminuir a distância entre a linguagem empregada pelo leitor e pela personagem, criando, assim, uma escrita verossimilhante e condizente ao falar dos mais variados tipos sociais. Além de a escrita próxima à fala, as condições de produção e de expressão dessa mesma representação de fala refletem-se no ato de comunicação. É evidente que em se tratando de apresentar uma personagem inculta, por exemplo, em suas falas identificaremos expressões, construções frasais, vocábulos referentes à sua condição de falante inculto. É esse o conceito de caracterização de personagens que encontramos nas falas e nos diálogos (re)criados por Plínio Marcos.

As personagens retratadas pelo autor e suas variantes expressivas estão diretamente ligadas às suas condições sociais, culturais e configuram como uma comunidade às margens da subsistência pode comunicar-se. Não podemos, todavia, afirmar que as falas e os diálogos (re)criados por Plínio Marcos sejam a representação fidedigna da variante expressiva de pessoas do nível sócio-econômico e cultural das personagens. Podemos assegurar, contudo, que o autor apresenta uma realidade possível e aproximada da realidade linguística de muitos falantes, cujos *status* se nivelam aos das figuras do romance. O autor vale-se, portanto, da relação entre linguagem e falante, para conferir verossimilhança aos diálogos e caracterizar suas personagens.

Uma vez que a narrativa nos apresenta tipos marginais, prostitutas, pessoas sem instrução, desocupados e golpistas das mais diversas esferas, a linguagem apropriada às falas das personagens é, de fato, a variante popular, repleta de empregos linguísticos desprestigiados, de gíria, de palavras obscenas etc. A comunicação agressiva e violenta, empregada na maioria dos diálogos, caracteriza como uma comunidade exposta à degradação de valores morais e éticos, à ausência de condição básica de existência e de acesso à cultura, ao

trabalho, à alimentação etc. é afetada e como esses acontecimentos se refletem na fala e na interação durante os diálogos.

A linguagem empregada na conversação literária, objeto de nosso estudo, marca, portanto, as condições de existência das personagens. Os vocábulos gírios relacionados aos alimentos, às relações sexuais, às partes corporais, aos temas violentos, por exemplo, expõem o sentimento de insatisfação, de revolta, de sofrimento e denunciam o quão precária é a vida de um grande número de pessoas esquecidas, violadas, abandonadas em meio à carência, à miséria e à desigualdade social.

A denúncia, portanto, é a tônica do romance e a linguagem das personagens é a maneira que o autor emprega para revelar à sociedade como a luta pela sobrevivência se dá nos becos das favelas, nas sombras do submundo marginal, nas relações conflituosas e violentas, na degradação de inúmeras vidas que não têm lugar na história da humanidade.

## Referências bibliográficas

ALÉONG, Stanley. *Normas lingüísticas, normas sociais, uma perspectiva antropológica*. In: BÉDARD, Edith et MAURIS, Jacques (org.) *La norme linguistique*. Québec. Gouvernement du Québec: Paris, Le Robert, 1983.

ALMEIDA, Jahilda Laurenço de (2003). *A manifestação das pressões sociais na linguagem: um estudo do diálogo construído em Quando as máquinas param, de Plínio Marcos*. São Paulo: PUC/SP. Dissertação de Mestrado. (Língua Portuguesa).

AZEVEDO, Carlos (2008) *O pesadelo recorrente*. In: Caros Amigos. São Paulo, n. 09, p. 04-05.

BECHARA, Evanildo (2001). *Moderna gramática portuguesa*. 37<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. Lucerna.

CABELLO, Ana Rosa Gomes (1991). *Processo de formação da gíria brasileira*. São Paulo. Alfa.

CARVALHO, José Herculano (1967). *Teoria da linguagem*. Coimbra.

DIAS, Ana Rosa Ferreira (2003) *O discurso da violência*. As marcas da oralidade no jornalismo popular. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo. Cortez.

DOMENICI, Thiago (2008). *Marcha funesta*. In: Caros Amigos. São Paulo, n. 09, p. 07.

FAUSTO, Boris (2007). *História do Brasil*. São Paulo. EDUSP.



FERRERO, Ernesto (1972). *As gírias da vida marginal, de 1500 até hoje*. Trad. Darli Sconaienchi. Verona. Mandadori.

FOLHA On-line. Ilustrada 50 anos. Disponível em <[www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u469156.shtm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u469156.shtm)> Acesso em 24 de nov.2008.

GOFFMAN, Erving (2004). *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Clélia Santos Raposo. 12ª ed. Petrópolis.Vozes.

HORTON, B. & HUNT, C. L. (1981). *Grupos Sociais*. In: *Sociologia*. Trad. Auripebo Berrance Simões. São Paulo: Mc Graw-Hill, p. 127-143.

KOCK, Ingdore Villaça (1992). *A interação pela linguagem*. São Paulo. Contexto

MAFFESOLI, Michel (1987). *Dinâmica da Violência*. São Paulo. Revista dos tribunais.

MARCOS, Plínio (1982). *Na barra do Catimbó*. São Paulo. Parma.

\_\_\_\_\_ . Sitio oficial. Disponível em <[www.pliniomarcos.com](http://www.pliniomarcos.com)> Acesso em 05 de dez. 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1991). *Análise da Conversação*. 2. ed. São Paulo: Ática.

MICHAUD, Yves (1989). *A violência*. Trad L. Carcia. São Paulo. Ática.

ODALIA, Nilo (1991). *O que é violência*. 6ª Ed. São Paulo. Brasiliense.

ORECCHIONI, Catherine Kerbrat (2006). *Análise da Conversação: princípios e métodos*. Trad. Carlos Piovezani Filho. São Paulo. Parábola.

PRETI, Dino (1984). *A gíria e outros temas*. São Paulo. T. A. Queiroz.

\_\_\_\_\_ (2006). *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro. Lucerna.

PRIORE, Mary Del & VENANCIO. Renato Pinto (2001). *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro. Ediouro.

ROSEMBLAT, Angel (1967). *El criterio de corrección lingüística. Unidad o pluralidad de normas en español de España y América*. In: Simposio de Broomington. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.

SALOMÃO. M. do C.R.C. (2001). *Os provérbios e as frases feitas no discurso jornalístico*. São Paulo: PUC/SP. Dissertação de Mestrado. (Língua Portuguesa).

SOARES, Enos Correa (2001). *A expressividade da língua falada no texto escrito: análise da peça teatral Dois perdidos numa noite suja, de Plínio Marcos*. São Paulo: PUC/SP. Dissertação de Mestrado. (Língua Portuguesa).

URBANO, Hudinilson (2000). *Oralidade na literatura (o caso Rubem Fonseca)*. São Paulo. Cortez, p135.

WENTWORTH, Harold & FLEXNER, Stuart (1967). *Dictionary of American Slang*. Prefácio. Trad. Michelangelo Di Vito. New York. Thomas Y. Crowell Company.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)